



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

FRANCILEUDA PONTES PAZ

**O MORAR NA PRAIA: TRANSFORMAÇÕES E PERMANÊNCIAS NA MORADIA
LITORÂNEA EM CAUCAIA – CE.**

FORTALEZA

2021

FRANCILEUDA PONTES PAZ

O MORAR NA PRAIA: TRANSFORMAÇÕES E PERMANÊNCIAS NA MORADIA
LITORÂNEA EM CAUCAIA - CE

Dissertação apresentada a Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos da obtenção do título de Mestre em Geografia. Área de concentração: Dinâmica Ambiental e Territorial do Nordeste Semi-Árido.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Queiroz Pereira.

Coorientador: Prof. Dr. Eider de Olivindo Cavalcante.

FORTALEZA

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

P368m Paz, Francileuda Pontes.

O morar na praia : transformações e permanências na moradia litorânea em Caucaia –
CE / Francileuda Pontes Paz. – 2021.

119 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Programa
de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2021.

Orientação: Prof. Dr. Alexandre Queiroz Pereira.

Coorientação: Prof. Dr. Eider de Olivindo Cavalcante.

1. Moradia litorânea. 2. Metropolização litorânea. 3. Urbanização turística. I. Título.

CDD 910

FRANCILEUDA PONTES PAZ

O MORAR NA PRAIA: TRANSFORMAÇÕES E PERMANÊNCIAS NA MORADIA
LITORÂNEA EM CAUCAIA - CE

Dissertação apresentada a Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos da obtenção do título de Mestre em Geografia. Área de concentração: Dinâmica Ambiental e Territorial do Nordeste Semi-Árido.

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alexandre Queiroz Pereira (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Wagner Vinícius Amorim.
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof. Dr. Francisco Fransualdo de Azevedo.
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

AGRADECIMENTOS

Em essência, esta pesquisa é resultado de muitas interações do meio social o qual estive inserida. Assim, o ato de realizar a pesquisa se confundiu com as vivências e as amizades conquistadas e fortalecidas nesse percurso. Portanto, este momento de agradecer é bastante oportuno e prazeroso.

Agradeço a **Deus** pelas oportunidades e pela força que me proporciona diariamente para seguir meus objetivos profissionais e de vida;

À **Ana Dajna Cardoso de Araújo**, amiga e grande incentivadora dos meus estudos. Obrigada pelo apoio no percurso e no término desta pesquisa;

Ao **Daniel Bruno Eloi Aguiar**, grande amigo! Sempre disposto a me ajudar e me proporcionar momentos de alegria e de lazer. Obrigada pelo esforço dedicado a esta pesquisa e na realização dos campos e das entrevistas.

Ao meu orientador Prof. Dr. **Alexandre Queiroz Pereira** por ter aceitado a tarefa de me orientar no mestrado sempre com muita competência e seriedade. Trata-se de um profissional com exemplar capacidade e profissionalismo. Muitíssimo obrigada pela paciência e parceria no desenvolvimento desta pesquisa;

Ao meu coorientador Prof. Dr. **Eider de Olivindo Cavalcante** pela dedicação no objeto de estudo da pesquisa e pela atenção concedida sempre em qualquer dia e horário. Muito obrigada pela amizade;

À banca de defesa composta pelo Prof. Dr. **Wagner Vinícius Amorim** e Prof. Dr. **Francisco Fransualdo de Azevedo**. Muito obrigada pela disponibilidade e pelas contribuições na pesquisa.

Ao amigo Prof. Dr. **José Meneleu Neto**. Obrigada pelo incentivo para a minha permanência na carreira acadêmica. Agradeço também pelas discussões que ocorreram entorno do método lefebvriano por meio do **Grupo de Estudos do Método de Lefebvre** no **Laboratório de População (LEPOP)** da Universidade Estadual do Ceará.

Ao **Rafael Marques de Andrade**. Obrigada pela grande ajuda no mapeamento da pesquisa e pela disponibilidade em todas as etapas desse trabalho.

Às **lideranças comunitárias da Associação de moradores do Parazinho** e da **Associação de Pescadores Z-7** em Cumbuco. Agradeço as dicas e compartilhamento do dia-a-dia que concederam a mim.

Às **trabalhadoras** e aos **trabalhadores** que, circunstancialmente, contribuíram com importantes informações sobre o dia-a-dia no litoral de Caucaia, contribuindo na minha inserção das práticas diárias dos moradores do litoral de Cumbuco e Tabuba.

Aos amigos da pós-graduação período 2018.2: **Wandson do Nascimento Silva, Marluce Silvino; Francisca Fernanda Batista de Castro; Magno Ricardo Silva de Carvalho; Anderson Nonato de Freitas; Gabriela de Azevedo Marques; Jefferson Santos Fernandes**. Minha gratidão por ter vivenciado a alegria de vocês em dias de intensos trabalhos na pós-graduação.

Aos **docentes do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFC**, que trabalham incansavelmente pelo crescimento do Programa e da carreira profissional de seus discentes e docentes. Muito obrigada pelos ensinamentos e pela oportunidade de ter participado desse programa de grandes relações acadêmicas no cenário nacional e internacional.

Aos integrantes do **Grupo de Estudos de Urbanização Litorânea do Laboratório de Planejamento Urbano e Regional (LAPUR)**, sempre muito organizados com a pesquisa e com as contribuições nos Colóquios Acadêmicos Individuais.

À **Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP)**. Obrigada pelo financiamento concedido para a realização dessa pesquisa.

RESUMO

Por se tratar de um espaço aberto às diversas dinâmicas socioespaciais, o espaço turístico metropolitano se mostra como um conjunto de transformações resultantes das ações dos agentes sociais que produzem o espaço urbano litorâneo e da dinâmica ocasionada pelo turismo e pela vilegiatura. A contextualização dessas transformações se torna pertinente a partir da moradia litorânea destinada às classes de baixos rendimentos, de modo a contextualizar a prática do morar em espaços litorâneos gentrificados e segregados. Portanto, visa-se compreender como se dá o morar na praia das classes de baixos rendimentos nas áreas litorâneas com investimentos concentrados no turismo e lazer no município de Caucaia - Ceará na passagem do século XX para o século XXI. Os procedimentos metodológicos da pesquisa foram desenvolvidos e embasados a partir do método Regressivo-Progressivo de Henri Lefebvre (1949). Operacionalmente, elencou-se as classes de até 2 salários mínimos da renda total domiciliar como o principal grupo a ser analisado em relação à moradia urbana em Cumbuco e Tabuba. Assim, utilizou-se a base de dados numérica e georreferenciada do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) para caracterizar a área de estudo e seu entorno. Adicionalmente, realizou-se entrevistas semiestruturadas, de modo a identificar as transformações e as estratégias de permanência da classe de baixa renda no litoral de Caucaia. Como resultado, construiu-se um panorama geral do litoral e do município de Caucaia; discutiu-se a formação dos espaços de moradia para as classes de renda de até 2 salários mínimos; constatou-se a ocupação das áreas ambientalmente frágeis pelos grupos sociais de menores rendimentos dimensionados pelo processo de valorização da faixa litorânea de Cumbuco e Tabuba; identificou-se a mudança no modo de vida e nas atividades de trabalho dos moradores instalados no recorte espacial em análise nessa pesquisa.

Palavras-chave: Moradia litorânea. Metropolização litorânea. Urbanização turística.

ABSTRACT

As it is an open space to the diverse socio-spatial dynamics, the metropolitan tourist space is shown as a set of transformations resulting from the actions of the social agents that produce the coastal urban space and the dynamics caused by tourism and by villegiature. The contextualization of these transformations becomes pertinent from the coastal housing destined to the low income classes, in order to contextualize the practice of living in gentrified and segregated coastal spaces. Thus, the aim is to understand how low-income classes live on the beach in coastal areas with investments concentrated in tourism and leisure in the municipality of Caucaia - Ceará during the transition from the 20th to the 21st century. The methodological procedures of the research were developed and based on the Regressive-Progressive method of Henri Lefebvre (1949). Operationally, classes of up to 2 minimum wages of total household income were listed as the main group to be analyzed in relation to urban housing in Cumbuco and Tabuba cities. Therefore, the numerical and georeferenced database of the Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) and the Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) was used to characterize the study area and its surroundings. Additionally, semi-structured interviews were carried out in order to identify the transformations and strategies for the permanence of the low-income class on the coast of Caucaia. As a result, an overview of the coast and the municipality of Caucaia was constructed; the formation of living spaces for income classes of up to 2 minimum wages was discussed; the occupation of environmentally fragile areas by social groups with lower incomes was verified, as measured by the process of enhancing the coastal strip of Cumbuco and Tabuba; the change in the way of life and in the work activities of residents installed in the spatial area under analysis in this research was identified.

Keywords: Coastal housing. coastal metropolization. tourist urbanization.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Erosão marinha e barracas destruídas na praia de Icaraí, Caucaia - CE.....	45
Figura 2 - Residencial construído à beira-mar na praia de Icaraí, Caucaia - CE.....	46
Figura 3 - Aglomerado subnormal no bairro Parque Leblon, Caucaia – CE.....	53
Figura 4 - SESC Iparana e a praia ao fundo.....	54
Figura 5 - Habitações à beira mar e estrada de terra em Parque Leblon.....	55
Figura 6 - Estrada de terra e descarte de lixo em Pacheco.....	55
Figura 7 - Apartamentos construídos na década de 1980 à beira da praia em Icaraí.....	57
Figura 8 - Enrocamento na frente da casa de veraneio em Tabuba.....	60
Figura 9 - Barraca na faixa de praia e contenção das ondas com enrocamento em Tabuba.....	61
Figura 10 - Comunidade Parazinho sobre as dunas no bairro Tabuba, Caucaia – CE.....	88
Figura 11 - Rua com maior número de comércios no sentido leste da duna na Parazinho, Tabuba, Caucaia – CE.....	89
Figura 12 - Associação do Parazinho, Tabuba, Caucaia.....	90
Figura 13 - Expansão da Comunidade Parazinho sobre as dunas do bairro Tabuba na série histórica dos anos 2004, 2010 e 2019.....	92
Figura 14 - Lote de duna à venda em Parazinho – Tabuba, Caucaia.....	93
Figura 15 - Rua com calçamento e energia elétrica em Parazinho, Tabuba.....	94
Figura 16 - Demolição de casa em Parazinho, Tabuba.....	95
Figura 17 - Jangadas utilizadas para pesca e para passeio em Tabuba.....	102
Figura 18 - Pescadores realizam passeio à cavalo para usuários da praia.....	103
Figura 19 - Anúncios em Cumbuco no idioma coreano.....	104
Figura 20 - Placa de imobiliária com o idioma coreano.....	104

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Os 10 municípios cearenses com maior contingente populacional segundo o censo de 1991, 2000 e 2010.....	62
Gráfico 2 - Evolução da população de Caucaia de 1970 a 2010.....	63
Gráfico 3 - Percentual dos domicílios particulares permanentes por classes de rendimento nominal mensal <i>per capita</i> em Caucaia, 2010.....	73
Gráfico 4 - Percentual dos domicílios particulares permanentes por classes de rendimento nominal mensal <i>per capita</i> nos bairros litorâneos de Caucaia, 2010.....	74
Gráfico 5 - Percentual dos domicílios por tipo de esgotamento sanitário no bairro Cumbuco, 2010.....	76
Gráfico 6 - Percentual dos domicílios por tipo de esgotamento sanitário no bairro Tabuba, 2010.....	76
Gráfico 7 - Percentual dos domicílios por tipo de esgotamento sanitário no município de Caucaia, 2010.....	77
Gráfico 8 - Percentual de crescimento dos empregos no total das ACT's nos municípios litorâneos da RMF: 2010-2018.....	100
Gráfico 9 - Faixa de remuneração média salarial - ACT "Outros tipos de alojamento", Caucaia, 2018.....	101
Gráfico 10 - Faixa de remuneração média salarial - ACT "Restaurantes e outros (alimentação e bebidas)", Caucaia, 2018.....	101

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Vetores de expansão urbana da RMF.....	36
Mapa 2 - Mapa da zona costeira de Caucaia - CE.....	40
Mapa 3 - Mapa de mancha Urbana do município de Caucaia – CE.....	43
Mapa 4 - Divisão distrital e mancha urbana de Caucaia – CE.....	50
Mapa 5 - Bairros litorâneos de Caucaia – Ceará.....	52
Mapa 6 - Distribuição da População por bairros em Caucaia – CE.....	67
Mapa 7 - Densidade Demográfica de Caucaia por setores censitários.....	70
Mapa 8 - Mapa de Localização da Área de Estudo.....	81

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Classificação de 10 regiões metropolitanas do Brasil com maior número populacional em 2010.....	33
Quadro 2 - Características Gerais da Planície Litorânea.....	41

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Empregos formais no turismo cearense a partir das Atividades Características do Turismo (ACTs) em relação a dezembro de 2018.....	28
Tabela 2 - Praias preferidas pelos turistas, excluído o litoral de Fortaleza no período de 1999 a 2008.....	58
Tabela 3 - Evolução da população de Caucaia por distritos na série temporal de 1991, 2000 e 2010.....	64
Tabela 4 - Domicílios permanentes e domicílios de uso ocasional nos bairros litorâneos de Caucaia – CE, 2010.....	71
Tabela 5 - Bairros com menos e mais moradores por domicílios em Caucaia – CE, 2010.....	72
Tabela 6 - Percentual de domicílios permanentes com abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo e energia elétrica no litoral de Caucaia.....	75

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental.
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento.
BNB	Banco do Nordeste.
BNH	Banco Nacional da Habitação.
CAF	Corporação Andina de Fomento.
Cohab - Ce	Companhia de Habitação do Ceará.
Coovenam	Cooperativa dos Vendedores Ambulantes da Praia do Cumbuco.
CSP	Companhia Siderúrgica do Pecém.
CIPP	Complexo Industrial e Portuário do Pecém.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará.
PNT	Política Nacional de Turismo.
PRODETUR	Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste.
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais.
RMF	Região Metropolitana de Fortaleza.
SETUR	Secretaria de Turismo do Ceará.
SIMT	Sistema de Informações sobre o Mercado de Trabalho no Setor Turismo.
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.
ZBD	Zona de Baixa Densidade.
ZBD - OR	Zona de Baixa Densidade com Ocupação Restrita.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	O MORAR EM ESPAÇOS LITORÂNEOS METROPOLIZADOS.....	25
2.1	Metropolização litorânea e moradia.....	25
2.1.1	<i>A Região Metropolitana de Fortaleza.....</i>	33
2.2	Características ambientais de Caucaia.....	38
3	CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DA MORADIA LITORÂNEA EM CAUCAIA.....	48
3.1	Características gerais de Caucaia.....	48
3.2	Dados socioeconômicos de Caucaia.....	61
3.3	Saneamento básico em Caucaia: o encerramento do paraíso turístico.....	74
4	ESTRATÉGIAS E CONTRADIÇÕES NA MORADIA LITORÂNEA EM CAUCAIA.....	78
4.1	Moradia x consumo turístico do lugar.....	82
4.1.1	<i>A Vila do Cumbuco.....</i>	83
4.1.2	<i>Parazinho: reprodução do morar na praia.....</i>	87
4.2	Trabalho e (In) Mobilidade da força de trabalho no litoral de Cumbuco e Tabuba.....	98
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
	REFERÊNCIAS.....	110
	APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA DESTINADO ÀS LIDERANÇAS E MORADORES MAIS ANTIGOS DAS COMUNIDADES LITORÂNEAS DE CUMBUCO E TABUBA.....	119

1 INTRODUÇÃO

O espaço litorâneo cearense se mostra como um conjunto de apropriações mentais e físicas no tempo-espaço de sua formação. Esse conjunto é diversificado e aberto às novas dinâmicas, assim como se revela peculiarmente em suas formas, conformando um complexo mosaico de dinâmicas sociais, políticas, econômicas, culturais e ambientais.

Na escala intraurbana dessas dinâmicas, identifica-se o litoral de Caucaia que é partícipe do contexto de metropolização da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) no estado do Ceará. Enquanto espacialidade produzida por meio do processo de metropolização, depreende-se que o litoral de Caucaia é constituído por redes de circulação, de informação, de comunicação e de mercadorias, assim como pelo desenvolvimento de infraestruturas, de provisão de serviços e de intensos fluxos de pessoas (LENCIONI, 2006; 2013).

O litoral caucaense se manifesta como um espaço metropolizado que é bastante dinamizado econômica e demograficamente. Essas características se tornam tônicas dada a chegada de novos moradores, assim como da geração de estratégias e de investimentos econômicos impulsionados pelo processo de turistificação e pela prática da vilegiatura marítima, que contribuem nas transformações objetivas e subjetivas das localidades litorâneas. Segundo Benevides (2007), o processo de turistificação diz respeito a um

processo de criação de uma ampla ambiência apropriada às práticas turísticas para, com isso, abranger os contextos objetivos e as representações subjetivas que motivam deslocamentos espaciais e existenciais. Por essa ambiência entenda-se não somente, em termos econômicos, a sua reconfiguração material, expressa na valorização turística de muitos atributos locais transformados em atrativos pela agregação de trabalho a eles, mas também o modo como essa ambiência recebe outra valoração, traduzida nas atitudes que compõem a singularidade da sociabilidade turística e impele aqueles deslocamentos. (BENEVIDES, 2007. p. 88)

Quanto à prática da vilegiatura, Pereira (2012) afirma que antes era tida como prática do/no campo que passou a se revestir de “potencial periurbanizador, ou seja, propicia, a partir de uma aglomeração, a extensão contínua ou descontínua do tecido urbano, contribuindo para o processo de implosão-explosão da cidade” (PEREIRA, 2012. p. 84). O crescimento econômico, o aumento das atividades

turísticas e recreativas; e a difusão do consumo estão entre os principais fatores que impulsionaram a expansão mundial dos domicílios de uso ocasional (ASSIS, 2006). Por conseguinte, a segunda residência é uma materialidade do urbano em expansão, sendo responsável pela redefinição de novos espaços (PEREIRA, 2006).

Parte-se da premissa de que os processos e a prática citados, assim como os processos oriundos do espaço metropolitano, são fomentadores da ocupação e da fixação da classe trabalhadora no litoral. Tratam-se, portanto, de condicionantes da formação da moradia litorânea para as classes de diferentes rendimentos.

A prática do morar na praia do litoral de Caucaia resulta de processos socioespaciais que se desenvolvem no nível das transformações metropolitanas, portanto, faz surgir novas formas e conteúdos na produção do espaço urbano. Para além das transformações metropolitanas, a prática do morar na praia está contígua ao modo de vida tanto de comunidades tradicionais pretéritas, que habitam o litoral para fins de reprodução da vida - e com o tempo de lazer se consolidando organicamente no tempo de trabalho dos primeiros moradores -, quanto das classes de melhores rendimentos, que passam a redefinir sua relação com o litoral, resultante da diversificação do tempo de trabalho e de lazer.

O morar na praia é uma prática anterior às práticas marítimas modernas e serve de suporte para entender as várias temporalidades socioespaciais que foram sendo delineadas na urbanização litorânea, principalmente no que diz respeito à inserção do turismo, do lazer e da vilegiatura na produção dessa urbanização.

Nesse sentido, o foco da análise dessa pesquisa está centrado na prática do morar na praia, de modo a entender as transformações, as permanências e as estratégias na produção dos espaços de moradia construídos pelas classes de menores rendimentos e que estão fixadas em áreas já bastante valorizadas econômica e culturalmente, dados os investimentos voltados para as atividades turísticas e de lazer no litoral de Caucaia.

A escolha do objeto de estudo tem relação com as experiências anteriores da autora com as discussões entorno da questão da moradia. Com o ingresso no mestrado em Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC), o estudo sobre a moradia urbana se atrelou aos estudos da urbanização litorânea na RMF. Assim,

ambas as temáticas se complementaram, de modo a relacionar a metropolização, o turismo, a vilegiatura marítima, o lazer e a moradia permanente.

Anteriormente à delimitação geográfica do recorte espacial, os estudos iniciais se deram em reconhecimento das características socioeconômicas da RMF e, após o aprofundamento nos estudos sobre a urbanização litorânea no Lapur, cercou-se o objeto de estudo e elencou-se os bairros Cumbuco e Tabuba como recorte espacial para a realização das análises, pois ambos se destacam nas atividades turísticas e de lazer do município. Esses bairros também possuem áreas de moradia urbana de classes de menores rendimentos, tornando-os representativos para análise pretendida nesta pesquisa.

A análise voltada especificamente para as comunidades litorâneas de Parazinho, em Tabuba, e a Vila do Cumbuco se estabeleceu dada a necessidade de conhecer as estratégias dos residentes para se estabelecerem em áreas valorizadas pelo turismo e pelo lazer. Ambas as comunidades estão localizadas próximas dos empreendimentos turísticos e possuem íntima relação entre si, pois, nas últimas décadas, ocorreram movimentos migratórios dos moradores da Vila para a Parazinho. Nesse sentido, essas comunidades são indicativas de vários processos sociais e econômicos no âmbito da moradia litorânea em Caucaia e que podem indicar como se dá o morar na praia em áreas com tendência à valorização econômica e cultural.

O litoral de Caucaia se insere em um quadro de referência, que inclui espaços em transformação, espaços de intervenção econômica, espaços de exclusão, mas, também, espaços de resistência e de esperança. Isto porque a apropriação do litoral ocasiona disputas pelos diferentes grupos sociais, dados os atributos sociais, culturais e econômicos dessa porção do território.

Sincronicamente, o espaço litorâneo aglutina formas que são resultado de tempos passados e atuais que se entrelaçam, de tal modo que o novo e o velho permanecem em constantes rearranjos e conflitos. Diacronicamente, o espaço litorâneo deslinda processos que se desenrolaram em temporalidades diversas fazendo emergir contradições decorrentes da ação dos diferentes agentes produtores do espaço urbano. Assim, a síntese complexa dos processos que resultam nas formas espaciais é produzida pelo singular jogo de forças entre os diversos agentes e por suas estratégias materializadas no espaço litorâneo.

Convém ressaltar o olhar geográfico sobre esse processo que também é objeto de estudo de outros campos da pesquisa científica. Neste sentido, questões relacionadas às formas e processos espaciais, bem como às estratégias dos agentes produtores do espaço litorâneo, devem ser acompanhadas de uma estrutura teórico-conceitual capaz de capturar a complexa dinâmica do espaço-tempo em zonas litorâneas.

Subsequente, enfatiza-se que a reestruturação em si, no seu sentido amplo, transmite a noção de mudanças e rupturas temporais em direção a uma ordem e a uma configuração significativamente diferentes da vida social, econômica e política. Evoca, pois, uma combinação sequencial de desmoronamento e reconstrução, de desconstrução e tentativa de reconstituição através de mecanismos que fomentam essas mudanças.

Os espaços litorâneos, em particular o litoral de Caucaia, têm sido representativos de citada combinação sequencial, estando sob o comando da crescente valorização econômica dessa porção do território nas últimas décadas. Isto é corroborado quando analisamos a vilegiatura e as práticas de lazer e de turismo que são apontadas como fomentadoras dessa valorização econômica e cultural do ambiente litorâneo, dada a variedade de investimentos que é realizada entorno dessas práticas.

Anteriormente à mudança de mentalidade em relação ao marítimo, que foi possibilitada pela ocorrência de práticas marítimas modernas e a valorização do espaço litorâneo, tem-se a ocupação da zona litorânea pelas comunidades pesqueiras e por atividades portuárias (PEREIRA, 2010). Essas comunidades resultam de processos migratórios relativos às más condições de vida, à seca e à questão fundiária do semiárido cearense. Assim como resultam de antigos processos de ocupação do litoral por meio de grupos indígenas (DANTAS, 2011).

Com a descoberta das zonas de praia pelos vilegiaturistas, esse quadro socioespacial se transforma gradativamente e passa a compor uma lógica de ocupação que se associa à demanda pelo lazer, por trabalho e por moradia (DANTAS, 2010).

Segundo Dantas (2010), o processo de valorização das zonas de praia se ampliou com a vilegiatura na década de 1970, que se intensificou nos litorais dos municípios cearenses e subjugou a antiga lógica de defesa do território praticada

pelos primeiros povos litorâneos às novas demandas por lazer da sociedade. Esse novo quadro socioespacial engendrou restrições no que tange a apropriação das zonas de praia pelas classes de menores rendimentos.

Ademais, a diversidade de investimentos públicos e privados possibilitam uma maior complexidade de tipologia de usos e de usuários no litoral, ao mesmo tempo, que lhe concede um “status” de espaço elitizado, destinado àqueles que possam pagar por ele. Por conseguinte, quando se fala de moradia em áreas praianas, pressupõe-se, inicialmente, que se trata de um morar elitizado e segregado.

Esse pressuposto surge do caráter específico da habitação como mercadoria que possui simultaneamente um valor de uso e um valor de troca. Enquanto valor de uso, a habitação tem uma utilidade que se estabelece no âmbito da reprodução da força de trabalho. Enquanto valor de troca, a habitação se constitui em uma mercadoria especial - a qual é dependente de outra mercadoria, a terra, que também está sujeita aos mecanismos do mercado (CORRÊA, 1999; RIBEIRO & PECHMAN, 1985).

Segundo Bernal (2004), o capital incorporador depende da exacerbação das diferenças na ocupação urbana, pois a habitação é adquirida segundo vários atributos urbanos, tais como: meio de interação social e facilidades de acesso a outras atividades urbanas de lazer e de comércio. Portanto, associado a esse duplo caráter – valor de uso e valor de troca, o morar na praia está imbricado na valorização sociocultural do litoral, assim como está permeado de uma valoração à qual restringe a propriedade privada da moradia litorânea aos grupos com melhores rendimentos financeiros (PEREIRA, 2014).

Para além da oferta do mercado imobiliário formal no litoral de Caucaia, constata-se a presença de outras formas de morar, pois a dinâmica de constituição da moradia está inserida no contexto do espaço litorâneo metropolizado, que possui processos de turistificação e atividades produtivas que são capazes de gerar movimentos migratórios de atração, incrementando e diversificando os perfis dos usuários e moradores das áreas litorâneas.

Neste sentido, destaca-se a importância de abordar as ações estabelecidas pelos agentes produtores do espaço litorâneo com enfoque para a moradia das populações de baixos rendimentos, seja como resiliência de ocupações

pretéritas às mutações provocadas pela dinâmica do mercado imobiliário e turístico, seja como novos processos de ocupação associados a reestruturação espacial na área metropolitana que, no litoral de Caucaia, tem-se como exemplos as seguintes comunidades: a Vila de Pescadores em Cumbuco, a Parazinho e a Parnamirim em Tabuba, a Lagoa do Barro em Garrote e a Munguba em Icaraí.

Logo, assim como o turismo, o lazer e a indústria se mostram representativos na formação dos arranjos e rearranjos socioespaciais, a moradia litorânea também se apresenta como uma prática capaz de exprimir as transformações e as permanências socioespaciais do litoral.

O olhar geográfico sobre o padrão espacial de moradia das classes de baixa renda nesse trabalho se coloca no âmbito da metropolização, que faz e refaz o tecido urbano da área em estudo. Vale ressaltar ainda que entender como se dá a moradia - dimensão da reprodução - no litoral de Caucaia por meio do processo de metropolização requer levar em consideração o capital produtivo (indústria, turismo e imobiliário), que modela a expansão urbana da metrópole fortalezense e, por consequência, interfere na estrutura urbana dos municípios vizinhos, como Caucaia, uma vez que Fortaleza se mostra polarizadora e irradiadora dos processos de produção e reprodução da área metropolitana.

Parte-se, portanto, de uma escala metropolitana que aponta para o litoral de Caucaia como um espaço complexo, capaz de exemplificar, na sua especificidade, a diversidade de usos do litoral metropolitano. Desse pressuposto, derivam os seguintes questionamentos norteadores desta pesquisa:

- Como o município de Caucaia é incorporado frente a demanda metropolitana turística?
- Quais as condições ambientais, urbanas e habitacionais do litoral de Cumbuco e Tabuba em Caucaia?
- Quais os processos sociais, culturais e políticos que possibilitaram a construção de moradias das classes de baixa renda nas áreas com investimentos para o lazer e para o turismo?
- Quais as estratégias que os residentes se utilizam para se manter e se instalar no litoral do município de Caucaia-CE?

A partir dos questionamentos acima, elencou-se um objetivo geral e três objetivos específicos, que serviram de suporte para a construção dos capítulos da

pesquisa. O objetivo geral da pesquisa está em compreender como se dá o morar na praia das classes de baixos rendimentos nas áreas litorâneas com investimentos concentrados no turismo e lazer no município de Caucaia - Ceará na passagem do século XX para o século XXI. Os objetivos específicos subdividem-se em:

- Periodizar os processos de formação da moradia da classe de baixa renda vinculados ao lazer e ao turismo;
- Analisar as formas de trabalho das comunidades litorâneas e sua relação com as atividades de lazer e de turismo.
- Deslindar as estratégias das populações de baixa renda na produção da moradia nos espaços litorâneos de Caucaia.

Os procedimentos metodológicos da pesquisa têm como fio condutor o método Regressivo-Progressivo de Henri Lefebvre (1949). Esses procedimentos surgem de uma análise horizontal e vertical das relações sociais, os quais resultam em três caminhos metodológicos: Descritivo, Analítico-regressivo e Histórico-genético.

Na análise horizontal do real, identifica-se uma justaposição das diversas temporalidades que compõem o objeto de estudo. A partir dela, tem-se o primeiro passo do método: a descrição do objeto da pesquisa, a descrição do percebido. Inicialmente, o procedimento descritivo possibilita a identificação dos vários segmentos sociais e processos espaciais imbricados na dinâmica da moradia litorânea. Assim como dá subsídio para adentrar na dimensão das práticas cotidianas do conjunto de agentes sociais, em especial aos moradores do litoral de Caucaia. Logo, a descrição geral das características do município de Caucaia se configurou de fundamental importância.

Por conseguinte, na análise vertical do real, a descrição é posta em análise com maior precisão teórica e com maior esforço de datação de cada processo descrito e de cada grupo social identificado. Nesse segundo momento, dá-se seguimento a pesquisa com o procedimento Analítico-regressivo, no qual a realidade social descrita é decomposta de modo a demarcar as diferentes datações de cada grupo social no tempo e no espaço. É o momento de maior esforço analítico da realidade exposta. Assim, procura-se detalhar quatro temporalidades da ocupação do espaço litorâneo de Caucaia: 1 – as primeiras ocupações do litoral com as comunidades pesqueiras; 2 - a vilegiatura marítima em Caucaia; e 3 – a

contemporaneidade, com a produção do espaço litorâneo de Caucaia por meio da alocação de empreendimentos turísticos-imobiliários e, 4 - a formação de áreas de moradia popular na planície litorânea relacionadas ao lazer turístico.

Na exposição da pesquisa, tem-se o terceiro momento, o Histórico-genético. Objetiva-se expor a gênese das contradições e conflitos do recorte temporal e espacial a ser pesquisado, pois este é o momento de retorno ao presente compreendido. “A volta à superfície fenomênica da realidade social elucida o percebido pelo concebido teoricamente e define as condições e possibilidades do vivido” (MARTINS, 1996. p. 22).

A pesquisa ocorre pela tríade levantamento bibliográfico - observação *in loco* - descrição da configuração territorial, objetivando resgatar os processos históricos-espaciais de ocupação do litoral.

Operacionalmente, elencou-se as classes de rendimento de até 2 salários mínimos como o principal grupo a ser analisado em relação à moradia urbana do litoral. Assim como, utilizou-se a base de dados numérica e georreferenciada do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE, 2010; 2019) sobre a área de estudo e seu entorno. Com os dados obtidos, utilizou-se ferramentas de Sistemas de Informação Geográficas (SIG's), em especial, o software Quantum Gis 2.18 (QGis) para a espacialização e manipulação das informações obtidas a partir de órgãos governamentais e da coleta de dados em campo.

O reconhecimento da área de estudo se deu inicialmente pelas ferramentas de SIG's. Com a coleta de dados secundários, tornou-se possível realizar um panorama geral e uma cartografia das características ambientais do município.

Em seguida, realizou-se pesquisa exploratória, aprofundando-se o olhar sobre a área de estudo e realizando-se três trabalhos de campo para reconhecimento da área de estudo e para a execução das entrevistas.

O primeiro campo consistiu em registro fotográfico e em reconhecimento do ambiente litorâneo, sendo executado em junho de 2019, no qual se observou as formas espaciais que se estabelecem no espaço litorâneo, possibilitando também pensar e delimitar as áreas de moradia que se configurassem em recortes espaciais representativos para o estudo do morar na praia pelas populações de baixa renda.

O segundo campo se consolidou em outubro de 2019 no bairro Tabuba e no Cumbuco. Esses dois bastante dinamizados pelas atividades de turismo e de lazer em Caucaia. Portanto, a escolha do recorte espacial se justifica pela complexidade de usos e ocupações que essas localidades litorâneas possuem em relação à totalidade do espaço litorâneo metropolizado de Caucaia.

Ambos os bairros estão localizados na sede municipal e o trabalho em campo viabilizou o contato inicial com os moradores e lideranças comunitárias das comunidades fixadas nesses bairros. Esse campo foi decisivo para a escolha e delimitação do objeto de estudo e do recorte espacial que foi trabalhado com mais detalhes ao longo da pesquisa.

Em Tabuba, o trabalho em campo se realizou na faixa de praia frontal à Barraca Chico do Caranguejo Cumbuco¹ e na comunidade do Parazinho. Essa comunidade está localizada na porção noroeste do bairro e assentada sobre as dunas fixas e móveis de Tabuba.

Ao percorrer a comunidade, visitou-se a Associação Comunitária do Parazinho. Esta associação realiza as reuniões da comunidade para decidir as demandas a respeito da construção de casas e de infraestruturas urbanas no entorno da ocupação.

O trabalho em campo realizado na faixa de praia possibilitou o contato com trabalhadores ambulantes que são associados à Cooperativa dos Vendedores Ambulantes da Praia do Cumbuco (Coovenam). Assim como obtivemos contato e informações do dia-a-dia dos trabalhadores que exerciam passeios de jangada e a cavalo.

Em vista da escala do objeto pesquisado, esta pesquisa demandou atividade empírica de base primária, através de trabalho de campo em junho de 2020, consubstanciando o terceiro campo. Em razão disto, foram realizadas visitas a área e se utilizou entrevistas qualitativas (gravadas) com informantes locais e com as lideranças comunitárias da Parazinho, em Tabuba, e do Cumbuco.

Ressalta-se que, dado o período de distanciamento social ocasionado pela pandemia do COVID-19, a comunicação e as reuniões com as lideranças se deram em diversos momentos por meio digital com a utilização de aplicativos, tais

¹ Apesar de possuir o nome atrelado ao Cumbuco, esta barraca está localizada no bairro Tabuba.

como: WhatsApp e Google Meet. A utilização de Google Earth também foi habitual para reconhecer e percorrer as ruas que compõem o recorte espacial.

Para associar a prática à teoria, realizou-se levantamento bibliográfico de autores que dissertam a respeito das seguintes temáticas e conceitos: urbanização litorânea; Zona Costeira; Questão da moradia; Espaço urbano; Metropolização, Segregação e Território. O levantamento hemerográfico também foi importante para acompanhar os conflitos sociais e ambientais ocorridos no objeto de estudo. Desse modo, recorreu-se à construção de hemeroteca com jornais de alcance nacional, estadual e local.

Em síntese, os procedimentos metodológicos se consubstanciaram em 5 principais momentos: 1 - levantamento bibliográfico e documental; 2 - realização de trabalhos de campo; 3 - aplicação de entrevistas, 4 – análise dos dados coletados, e 5 – escrita da dissertação. Os capítulos do trabalho foram construídos segundo os objetivos específicos citados anteriormente. Desse modo, a dissertação é composta por: uma Introdução, mais 3 (três) capítulos e as Considerações Finais.

Esta Introdução se consolida como o primeiro capítulo da pesquisa. Em seguida, tem-se o segundo capítulo que se intitula “O Morar em Espaços Litorâneos Metropolizados” e disserta sobre a moradia na praia por meio do processo de metropolização. Assim, adentra-se nos processos de produção e reprodução da moradia no litoral de Caucaia, dando pressupostos para se compreender como se configura o morar na praia em espaços litorâneos metropolizados.

O terceiro capítulo intitula-se “Características Socioeconômicas da Moradia Litorânea em Caucaia”. O quarto capítulo denomina-se “Estratégias e Contradições na Moradia Litorânea em Caucaia” aborda a formação das áreas de moradia no litoral de Cumbuco e Tabuba, assim como aborda as estratégias de sobrevivência dos moradores de baixa renda no litoral.

Nas Considerações Finais disserta-se a respeito dos resultados da pesquisa. E como resultado da pesquisa, construiu-se um panorama geral do litoral e do município de Caucaia; discutiu-se a formação dos espaços de moradia para as classes de renda de até 2 salários mínimos; constatou-se a ocupação das áreas ambientalmente frágeis pelos grupos sociais de menores rendimentos dimensionados pelo processo de valorização da faixa litorânea de Cumbuco e

Tabuba; identificou-se a mudança no modo de vida e nas atividades de trabalho dos moradores instalados no recorte espacial dessa pesquisa.

2 O MORAR EM ESPAÇOS LITORÂNEOS METROPOLIZADOS.

Nesse capítulo, discorre-se sobre a moradia na praia por meio do processo de metropolização. Nesse sentido, adentra-se nos processos de produção e reprodução da moradia no litoral de Caucaia, dando pressupostos para se compreender como se configura o morar na praia em espaços litorâneos metropolizados, assim como possibilita identificar as temporalidades que compõem a dinâmica do morar na praia, culminando no esforço de periodizar os processos de formação da moradia das classes de baixos rendimentos vinculados ao lazer e ao turismo.

A habitação é um elemento essencial no processo de metropolização. Trata-se de uma objetividade que é indicativa da expansão, da densidade e da diversidade do espaço metropolitano. Dentre os municípios da Região Metropolitana de Fortaleza, Caucaia é representativa no que concerne a essas características, a julgar pelas diversas formas de moradias existentes em seu território: moradias antigas, casas indígenas, conjuntos habitacionais, espaços residenciais fechados e segundas residências. Essas formas espaciais sinalizam uma dinâmica imobiliária que está no cerne dos processos regionais e também sinalizam as peculiaridades do município de Caucaia, pois estão inseridas nas diferentes temporalidades do contexto social e espacial do município que possui estreita relação com a metrópole fortalezense.

Nesse contexto, a constituição da moradia na praia, imbricada pelas práticas marítimas tradicionais e modernas, implica o conjunto de forças que se sobrepõem e que revela uma configuração territorial resultante das ações dos agentes produtores do espaço litorâneo, à saber: os moradores permanentes, vilegiaturistas, turistas, promotores imobiliários e o Estado.

2.1 Metropolização litorânea e moradia.

A urbanização contemporânea está expressa em um novo contexto, novo estágio de desenvolvimento, que se coloca subordinado ao processo de metropolização do espaço. Segundo Lencioni (2015, p.7), “é como se a metropolização do espaço se constituísse em uma segunda natureza da

urbanização, no sentido de uma urbanização com nova essência e substância”. O processo de metropolização extrapola a fronteira da metrópole e não se restringe somente às grandes aglomerações. A autora afirma que o processo de metropolização se trata de um

processo socioespacial que imprime ao espaço características metropolitanas; por exemplo, alta densidade, em termos relativos, de fluxos imateriais e frequentes e significativas relações com outras metrópoles. (...) implica, portanto, um território no qual os fluxos de pessoas, de mercadorias ou de informações são múltiplos, intensos, permanentes. Aí é comum a presença de cidades conurbadas bem como a concentração das condições da reprodução do capital nos dias atuais. (LENCIONI, 2006. p. 47-48)

As transformações no espaço urbano da contemporaneidade estão intrinsecamente ligadas a uma desconcentração da indústria e a formação de novas centralidades, assim como a um espraiamento da malha urbana condicionado pela dinâmica imobiliária e valorização do solo urbano, culminando na incorporação de novas áreas ao contexto metropolitano.

Essas transformações estão condicionadas ao processo de metropolização que se reificam em um mosaico de áreas dotadas de funcionalidades específicas e destinadas aos diferentes estratos sociais. Assim como, tornam evidente a predominância de um modo de vida urbano que extrapola os limites territoriais da cidade-campo.

Segundo Souza (2015, p.112), a reflexão a respeito da metropolização de uma determinada localidade requer o entendimento das “várias convergências, justaposições e combinações das múltiplas escalas (local, regional, nacional e mundial) e eixos de expansão metropolitana”, concedendo-se especial atenção aos níveis dos processos em pauta. O autor afirma ainda que a metropolização da RMF, que tem a capital fortalezense como irradiadora dos processos, se desenvolve na tríade produtiva-imobiliária-litorânea na qual se faz compreensível a partir da articulação das escalas micro e macro da produção do espaço.

No tocante à metropolização litorânea da RMF, a urbanização do litoral segue a linha de costa impulsionada pela comercialização do solo litorâneo, pela expulsão-atração de moradores e pelos investimentos públicos voltados para obras portuárias e turísticas.

O espaço litorâneo, inserido na lógica do processo de metropolização, passou a ser dimensionado por novas práticas marítimas modernas (lazer, turismo e

vilegiatura). Isto se engendra a partir dos novos gostos assimilados e praticados pela sociedade em relação ao mar. O ambiente praiano adquire importância para a sociedade, que passa a desfrutar do tempo-livre com novas formas de consumo do espaço litorâneo.

Segundo Luchiari (1998, p. 17), “as cidades turísticas representam uma nova e extraordinária forma de urbanização, porque são organizadas não para a produção, como foram as cidades industriais, mas para o consumo de bens, serviços e paisagens”. Parafraseando Rodrigues (1997), as formas de produção não-material se expandem e são acompanhadas do desenvolvimento das formas de produção material, culminando no consumo não-material do lazer e do turismo. Estes últimos sendo interpretados como produtos da sociedade de consumo de massa.

Se anteriormente a praia era o ambiente da pesca e do trabalho, na contemporaneidade, a praia se torna, também, o ambiente propício ao turismo, à moradia sazonal e à moradia permanente (PEREIRA, 2012). Assim, a análise que considera as novas práticas marítimas na constituição da urbanização do litoral é bastante relevante.

A vilegiatura e o turismo fizeram emergir um cenário de novos usos e novas funcionalidades, refletindo formas e conteúdos espaciais advindos de um conjunto de demandas da classe média urbana sedenta por lazer. Por consequência, conformou-se uma morfologia espacial específica e, simultaneamente, heterogênea, evidenciando um litoral de perfil diverso em tipologias de usos e de usuários.

É sabido que o turismo litorâneo é responsável por movimentar um volumoso capital financeiro e imobiliário ao qual acarreta uma significativa valorização das áreas litorâneas. Ao mesmo tempo em que o turismo valoriza essas áreas litorâneas, torna-se também um dos responsáveis pela atração e repulsão de pessoas, pois acarreta uma dinâmica populacional ocasionada pela geração de empregos em vários setores da economia.

No que se refere a isso, pode-se observar na tabela 1 que o Ceará seguiu incrementando o seu quadro de postos de trabalho formais nas Atividades

Características do Turismo (ACTs)², ocupando 2,62% da economia cearense e com destaque para os serviços de alojamento, alimentação e transporte³.

Tabela 1 - Empregos formais no turismo cearense a partir das Atividades Características do Turismo (ACTs) em relação a dezembro de 2018.

ACTs	Número de ocupações	Participação relativa da ACT	Participação relativa na economia
Alojamento	8588	31,11%	0,81%
Alimentação	12419	44,98%	1,18%
Transporte Terrestre	2421	8,77%	0,23%
Transporte Aquaviário	12	0,04%	0,00%
Transporte Aéreo	1029	3,73%	0,10%
Aluguel de Transportes	1367	4,95%	0,13%
Agência de Viagem	1175	4,26%	0,11%
Cultura e Lazer	596	2,16%	0,06%
Total	27607	100%	2,62%

Fonte: SIMT – IPEA (Extrator de dados), 2019.

Outro elemento importante na dinâmica populacional das áreas litorâneas é a criação de equipamentos e infraestruturas. Estes contribuem com o aumento do preço do solo, criando as condições para saída de moradores de menores rendimentos ou ainda modificando o modo de vida de pescadores e marisqueiras.

No passado, os pescadores construíram suas moradias em terrenos próximos às lagoas, aos manguezais e às dunas - áreas que não eram objetivadas para a produção econômica. Na contemporaneidade, essas áreas passaram a ser alvo de investimentos que são creditados a partir das potencialidades de uso vinculados ao lazer e ao turismo (LIMA, 2006).

Desse processo, emergem-se dois direcionamentos: o primeiro está relacionado à luta e à resistência para a reprodução do modo de vida dos pescadores; e o segundo está relacionado à transformação do pescador em mais

² ACTs são um conjunto de atividades que contemplam a maior parte dos gastos dos turistas (IPEA, 2015).

³ O Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (IPEA) se utiliza dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) para caracterizar a ocupação formal do turismo.

um elemento partícipe da reprodução do capital turístico da zona litorânea. Somado a esses citados direcionamentos, tem-se a complexidade de conflitos e contradições relacionados à moradia no território metropolitano, que colaboram para o surgimento de novas ocupações em áreas próximas às oportunidades de emprego geradas a partir dos investimentos na indústria. Nesse sentido, a moradia no litoral se mostra bastante representativa para entender os processos socioespaciais oriundos da atividade turística e demais processos de âmbito metropolitano.

A questão da moradia não é um tema novo nas discussões socioambientais, mas permanece pertinente. Pois, discutir o morar enriquece no entendimento da formação da sociedade e da dinâmica social exercida pelos grupos sociais no tempo-espaço, dado que a moradia é elemento essencial na produção e reprodução da vida.

A moradia, contextualizada no modo de produção capitalista, possui um duplo caráter social: é condição de reprodução da força de trabalho - valor de uso - e, simultaneamente, é mercadoria, portanto, possui valor de troca.

Enquanto elemento constituinte da reprodução humana, a moradia é fundamental para a classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que demanda um custo financeiro que se soma à alimentação, à educação e à saúde. Sendo parte fundamental da reprodução humana, a moradia torna-se central, também, para os investidores, o Estado e os promotores imobiliários.

A moradia enquanto mercadoria é acompanhada de algumas demandas que se resume em terra urbanizada e financiamento para produção e venda (MARICATO, 2001).

Terra urbana significa terra servida por infraestrutura e serviços (rede de água, rede de esgotos, rede de drenagem, transporte, coleta de lixo, iluminação pública, além dos equipamentos de educação, saúde etc.). Ou seja, a produção da moradia exige um pedaço de cidade e não de terra nua. Há a necessidade de investimentos sobre a terra para que ela ofereça condições viáveis de moradia em situação de grande aglomeração. Como esses investimentos conferem rendas aos proprietários fundiários e imobiliários, a disputa pelas localizações e pelos investimentos públicos nas cidades é crucial (MARICATO, 2001. p.119).

Concomitantemente, a moradia é uma mercadoria que participa de uma valorização e de uma valoração, tornando-se restrita àqueles que podem pagar por ela. Segundo Maricato (2012, p. 186), “a dificuldade de acesso à terra regular para a

habitação é uma das maiores responsáveis pelo explosivo crescimento de favelas e loteamentos ilegais nas periferias das cidades”.

Assim, iremos compreender o que é o morar na praia a partir da premissa de que a moradia possui esse duplo caráter anteriormente citado. Ademais, o morar na praia se configura como fator emblemático para entender os processos de ocupação do litoral que se mostra múltiplo e bastante dinamizado socialmente e espacialmente por um contexto metropolitano.

Por conseguinte, a análise a partir da moradia torna possível pontuar o perfil da população com diferentes rendas. As classes com melhores rendimentos possuem os melhores serviços de infraestrutura básica e melhores localizações. Em contraposição, às classes com menores rendimentos resta a irregularidade fundiária e as localizações precárias de infraestrutura e de serviços (RIBEIRO & PECHMAN, 1985). Portanto, para a classe pobre das cidades brasileiras resta as áreas de proteção de mananciais, dunas, várzeas, beira de rio e mangues (MARICATO, 2012).

Com o aumento populacional, a reprodução da pobreza e a redução das ações do Estado nas políticas urbanas, tem-se a formação cada vez maior de espaços de “informalidade” na cidade (DAVIS, 2006). Nesse sentido, a desigualdade social e residencial se agrava na medida em que a moradia se configura como mercadoria de restrito acesso.

Simultaneamente, desvela-se a diferenciação social, espacial e residencial que é potência para o processo de segregação residencial. Segundo Corrêa (1993, p. 15), “o espaço da cidade capitalista é fortemente dividido em áreas residenciais que tendem a segregação, refletindo a complexa estrutura social em classes, própria do capitalismo”.

A forma, o conteúdo e o conceito da segregação nas cidades brasileiras são abordados em várias perspectivas. Em diversos momentos das abordagens o termo segregação é acompanhado por um adjetivo que o qualifica e o especifica na análise do contexto social e espacial da cidade. Julga-se interessante priorizar o conceito de segregação residencial para análise da moradia no litoral a partir da abordagem de Corrêa (2018), visto que essa abordagem leva em consideração a segregação residencial que se manifesta por meio de áreas sociais.

Para Corrêa (2018. p. 39), “a segregação residencial é um dos mais expressivos processos espaciais que geram a fragmentação do espaço urbano” e as áreas sociais são o conteúdo social que demarca o processo de segregação residencial. Carlos (2018) reforça que

a segregação surge e expressa-se na vida cotidiana diante do extenso processo de privação que acompanha a realização da vida. Aparece e constitui-se nos interstícios, ganha sentido na reunião das pessoas em torno da insatisfação das necessidades nunca atendidas; das injustiças na distribuição da riqueza social; intolerância entre membros de classes sociais diferenciadas; das políticas públicas que repõem, constantemente, a desigualdade sob o discurso da inclusão; das novas relações entre o Estado e os setores privados da economia, que se definem a partir das políticas públicas dirigidas ao espaço por meio de novas alianças de classe; da ausência dos espaços públicos como lugares da vida comum e, nesse sentido, do estreitamento da esfera pública etc. (CARLOS, 2018. p. 60).

Subsequente, por possuir uma existência social, a segregação “revela os campos de ações e lutas que movem a sociedade” (SPOSITO, 2018. p. 67) e que são protagonizados pelos agentes produtores do espaço.

Isto posto, existe um conjunto de agentes sociais - a saber: moradores, incorporadores imobiliários e o Estado - que participam da produção do espaço litorâneo de Caucaia, especificamente na constituição dos espaços de moradia. Esses agentes possuem diversas estratégias que interferem na dinâmica do uso e ocupação do solo e que conformam algumas características específicas às localidades litorâneas.

Essas características são peculiares porque os interesses são diversos e se sobrepõem entre si. E, é mister lembrar que, quando se trata de terra urbana e moradia, esses interesses estarão centralizados para o valor de uso e de troca que são inerentes a ambas. Nesse campo de forças, o Estado, detentor dos fundos públicos e norma jurídica, assume papel central na “mediação” de conflitos (MARICATO, 2012; 2015). Trata-se de um agente que cumpre um papel decisivo, expresso na política nacional de turismo, nos planos e programas regionais de todos os âmbitos da administração pública (RODRIGUES, 1997).

Nesse âmbito, as ações do Estado condicionam incisivamente a forma e o conteúdo da produção do espaço. No que diz respeito à metropolização litorânea do oeste cearense, o Estado interveio em várias frentes. Estas sendo representadas desde a construção e ampliação das vias de acesso para o litoral oeste aos investimentos no CIPP e na política de fomento ao turismo.

Bernal (2004) explica que ocorre na RMF uma extrapolação urbana para além dos seus limites oficiais. Isto é resultado das ações do mercado imobiliário que realiza loteamentos periféricos nos municípios vizinhos à capital, destinados às classes de menores rendas, assim como realiza loteamentos para classes de alta renda.

Dessas ações resultam dois processos: o primeiro se trata de um processo de “periferização” que se mostra como áreas socialmente homogêneas e segregadas. Um segundo processo é a valorização e especulação imobiliárias das áreas loteadas para classes de alto poder aquisitivo.

À vista disso, Santos (1993, p. 95) tece importantes observações sobre a especulação na cidade ao discutir o crescimento das cidades no qual aponta que existe a interdependência de categorias espaciais (tamanho urbano; modelo rodoviário, carência de infraestruturas, especulação fundiária e imobiliária, problemas de transporte, extroversão e periferização da população) que gera um modelo específico de centro-periferia.

Segundo Santos (1993),

há especulação porque há vazios e vice-versa; porque há vazios as cidades são grandes. (...) Havendo especulação, há a criação mercantil da escassez e o problema do acesso à terra e à habitação se acentua. Mas o déficit de residências também leva à especulação e os dois juntos conduzem à periferização da população mais pobre e, de novo, ao aumento do tamanho urbano. As carências em serviços alimentam a especulação, pela valorização diferencial das diversas frações do território urbano. A organização dos transportes obedece a essa lógica e torna ainda mais pobres os que devem viver longe dos centros, não apenas porque devem pagar caro seus deslocamentos como porque os serviços e bens são mais dispendiosos nas periferias.

(...) A especulação imobiliária deriva, em última análise, da conjugação de dois movimentos convergentes: a superposição de *sítio social* ao *sítio natural* e a disputa entre atividades ou pessoas por dada localização. A especulação se alimenta dessa dinâmica, que inclui expectativas. Criam-se *sítios sociais* uma vez que o funcionamento da sociedade urbana transforma seletivamente os lugares, afeiçoando-os às exigências funcionais. É assim que certos pontos se tornam mais acessíveis, certas artérias mais atrativas e, também, uns e outras, mais valorizados. (...) O *marketing* urbano (das construções e dos terrenos) gera expectativas que influem nos preços.

Assim, um primeiro momento do processo especulativo vem com a extensão da cidade e a implantação diferencial dos serviços coletivos. (SANTOS, 1993. p. 96)

Ao que se refere aos efeitos da especulação imobiliária na RMF, pontua-se a expansão da malha urbana mediada pelo uso especulativo do solo urbano, que combinada aos baixos salários da população, segue colaborando para o avanço da

urbanização nos municípios metropolitanos vizinhos à Fortaleza, assim como segue deixando em pousio os vazios urbanos da capital fortalezense (SILVA, 2006).

2.1.1 A Região Metropolitana de Fortaleza.

A RMF abrange uma área de 7.440 km² (SEPLAG, 2019) que comporta 19 municípios. Em 2010, a RMF apresentou o maior contingente populacional do Ceará com 3.741.198 habitantes, cerca de 44% da população total do estado, e esteve entre as 10 maiores regiões metropolitanas do país, ocupando o sexto lugar no ranking populacional (Quadro 1). De acordo com Pequeno (2009), esse contingente populacional marca a macrocefalia na RMF, que é resultado do processo de desenvolvimento desigual e concentrado no Ceará. Com isso, tem-se 8 municípios cearenses⁴ que possuem população superior a 100 mil habitantes e quatro deles estão inseridos na RMF - Fortaleza, Caucaia, Maracanaú e Maranguape (IBGE, 2010).

Quadro 1 – Classificação de 10 regiões metropolitanas do Brasil com maior número populacional em 2010.

	Regiões Metropolitanas	População
1	São Paulo (SP)	19.683.975
2	Rio de Janeiro (RJ)	11.835.708
3	Belo Horizonte (MG)	5.414.701
4	Porto Alegre (RS)	3.958.985
5	Recife (PE)	3.690.547
6	Fortaleza (CE)	3.615.767
7	Salvador (BA)	3.573.973
8	Curitiba (PR)	3.174.201
9	Campinas (SP)	2.797.137
10	Goiânia (GO)	2.173.141

Fonte: IBGE/Censo, 2010.

⁴ Fortaleza, Caucaia, Juazeiro do Norte, Maracanaú, Sobral, Crato, Itapipoca e Maranguape.

A institucionalização e definição da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF)⁵ se deram anteriormente ao processo de metropolização (SILVA, 2009). Essa agregação de municípios conformou um conjunto de territórios de temporalidades distintas, dentre os quais o território da capital fortalezense passou a exercer maior centralidade por sua forte capacidade de comando e de expansão da sua área de influência, esta verificada pela ramificação e distribuição da malha viária. Silva (2009) afirma que o sistema viário original, de característica radioconcêntrica, manteve forte influência na distribuição populacional e dos núcleos de prestação de serviços.

Em síntese, a expansão da RMF se dá em um processo articulado de desconcentração, expansão e adensamento circunscrito nas centralidades da metrópole, assim como está ligada à atividade industrial, imobiliária, portuária, de lazer e de turismo (SILVA, 2009).

Essa expansão metropolitana segue o padrão historicamente das principais vias da capital, que partem do centro da metrópole e seguem para o interior do estado cearense e para as faixas litorâneas no sentido leste e oeste. Villaça (2001, p. 70) evoca que há uma “íntima relação entre as vias regionais de transporte e o crescimento físico das cidades”. O autor afirma ainda que as vias provocam melhorias na acessibilidade, culminando na valorização dos terrenos.

A estruturação e expansão urbana da RMF são caracterizadas por Smith (2001 *apud* Bernal, 2004) em quatro principais vetores (Mapa 1): o primeiro vetor está vinculado aos distritos industriais e conjuntos habitacionais, correspondendo à via da CE – 060, e ao período de investimentos e incentivos fiscais promovidos pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) na década de 1970.

O segundo vetor corresponde ao eixo da BR – 116 que percorre os municípios de Eusébio, Horizonte e Pacajus. Este vetor se relaciona à expansão industrial iniciada em Fortaleza e ampliada em direção a outros municípios na década de 1990 (PAIVA, 2010). A rodovia BR – 116 se configura como vetor estratégico para o escoamento da produção dos municípios citados.

O terceiro vetor diz respeito ao setor leste de Fortaleza em direção ao município de Eusébio e Aquiraz. Trata-se de um importante eixo turístico e

⁵ A Região Metropolitana de Fortaleza foi instituída em 1973 (Lei Complementar Nº 14/73).

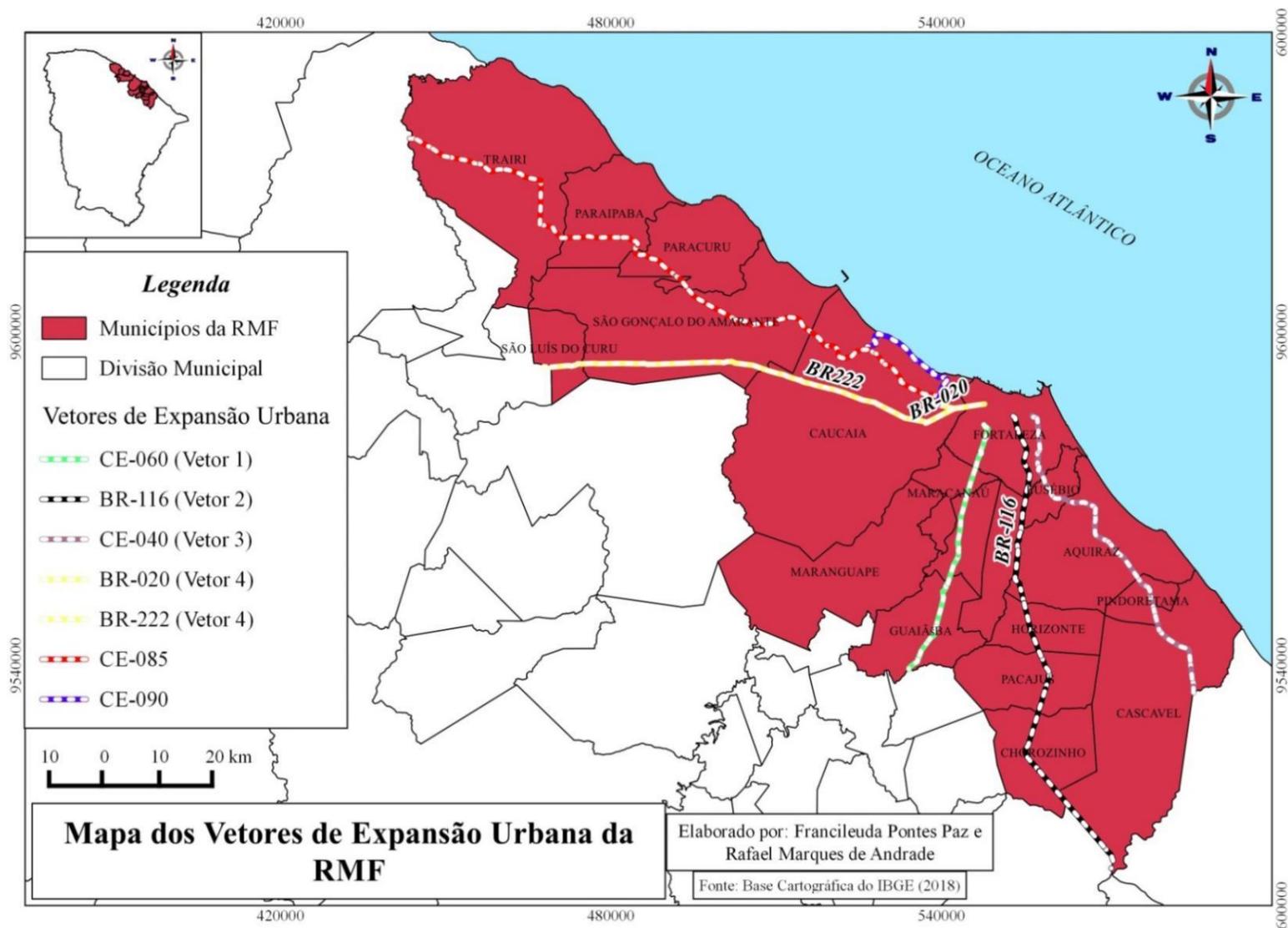
imobiliário com melhores condições de renda⁶, ambientais e paisagísticas da RMF. À vista disso, esse eixo atraiu a classe média metropolitana e passou pelo processo de substituição da segunda residência de lazer para residência permanente (BERNAL, 2004).

O último vetor concerne ao eixo oeste da RMF e está localizado ao longo da BR – 020/ BR – 222. Este eixo nos interessa principalmente no que se refere à moradia em áreas planejadas para as atividades de lazer e de turismo no litoral caucaense. Em etapa inicial, esse vetor é bastante emblemático na formação dos conjuntos habitacionais na porção sudoeste da RMF na década de 1970, pois demarca o objetivo de amenizar o déficit habitacional de Fortaleza, realocando populações removidas⁷ de áreas em potencial valorização na capital cearense. Em etapa seguinte, é significativo para entender a ocupação do litoral de Caucaia a partir da construção da CE – 085 e da CE-090.

⁶ Dentre os 15 maiores PIB *per capita* municipais, o município Eusébio registrou o maior valor (R\$ 59.097,86), sendo 3,83 vezes maior que o PIB *per capita* cearense em 2016 (IPECE, 2018).

⁷ Para a construção da Avenida Leste-Oeste em Fortaleza, removeu-se 2.168 moradias do bairro litorâneo Moura Brasil. Aproximadamente 13 mil pessoas foram redirecionadas para outras áreas da capital e para o município de Caucaia, especialmente para o loteamento denominado Conjunto Marechal Rondon, que gerou o bairro de mesmo nome localizado no distrito de Jurema em Caucaia. (CAVALCANTE, 2017).

Mapa 1 - Vetores de expansão urbana da RMF.



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

O eixo oeste é constituído por um conjunto de vias que partem da área central de Fortaleza e se ramifica em vias importantes para o deslocamento regional e nacional. À exemplo disso, tem-se a avenida Bezerra de Menezes, em Fortaleza, que segue para o norte do estado, é continuada pela avenida Mister Hull, no sentido oeste da cidade fortalezense, e dá continuidade à BR – 020, estando na rota dos conjuntos habitacionais, e sendo interligada à BR – 022 no município de Caucaia (PAIVA, 2017).

Somadas às vias federais citadas, tem-se duas importantes vias estaduais: a CE – 085 e a CE – 090. A primeira se configura como um dos principais acessos às localidades litorâneas do eixo oeste, assim como possibilita o acesso aos sítios e ao CIPP. A segunda via tem localização contígua à orla marítima, que parte da avenida Leste-Oeste, no litoral oeste de Fortaleza, e prossegue a CE – 090 a partir da Ponte José Martins Rodrigues sobre o Rio Ceará no município de Caucaia (PAIVA, 2017).

O eixo oeste possui um dinamismo intenso com a difusão de segundas residências, de hotéis e de pousadas (Souza, 2015). Adicionalmente, a construção de resorts e de residências de luxo esteve ainda mais dinamizada com a expansão das atividades econômicas do CIPP⁸ localizado entre os municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante.

Na década de 1990, o eixo oeste passa a atender às demandas por espaços de lazer, de recreação e de turismo, culminando na incorporação do litoral à lógica de valorização dos espaços litorâneos (SILVA e DANTAS, 2009). Nesse período, a faixa litorânea passa por intervenções com os recursos do PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO NORDESTE I (PRODETUR I). Este é um programa de crédito financiado com os recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)⁹ e executado pelo Banco do Nordeste (BNB) para os Estados e municípios com vistas à criação das condições favoráveis à ampliação e expansão da qualidade da atividade turística no nordeste do Brasil.

Nesse domínio, o PRODETUR atua em nove estados nordestinos mais o norte de Minas Gerais e de Espírito Santo com obras de infraestruturas, projetos de

⁸ O CIPP gerou 23.263 empregos até o ano de 2018 segundo o Anuário do Ceará (2019 - 2020) do Jornal O Povo (2019). Esse quantitativo gerou expectativas nos investidores imobiliários. No litoral de Caucaia, os investimentos se deram principalmente nas localidades de litorâneas de Cumbuco, Tabuba, tendo como público alvo os sul-coreanos que trabalhavam nas obras da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP) (DIÁRIO DO NORDESTE, 2015)

⁹ Atualmente, o PRODETUR também recebe recursos da Corporação Andina de Fomento (CAF).

proteção ambiental; proteção e conservação de patrimônio histórico e projetos de capacitação profissional (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2019).

Entre 1995 a 2003, tem-se a fase inicial do Programa com recursos previstos para 900 milhões e divididos diferencialmente para os estados, estando Bahia, Ceará e Rio Grande do Norte com os maiores repasses de recursos. O volume desses recursos e investimentos norteou a implantação dos Pólos de Desenvolvimento de Turismo Integrado Sustentável na Região¹⁰ (DANTAS et al., 2006). O pólo cearense é conhecido por Costa do Sol e em sua fase inicial era composto por seis municípios do litoral oeste do estado tais como Caucaia, São Gonçalo do Amarante, Paracuru, Paraipaba, Trairi e Itapipoca (CASTRO, 2016).

Dentre as intervenções na porção oeste do litoral do Ceará, pontua-se a Via Estruturante (CE - 085), que foi construída com o intuito de facilitar o acesso às praias na Costa do Sol Poente, assim como viabilizar os fluxos em direção ao CIPP. Atualmente, trata-se de um eixo que comporta várias alterações no que diz respeito à melhoria de infraestrutura com vistas ao acesso às praias e aos empreendimentos turísticos-imobiliários do litoral oeste (PAIVA, 2017).

Nota-se que a ocupação do eixo oeste se deu por meio dos investimentos em políticas públicas no setor industrial, na habitação e no turismo. Portanto, reforçaram-se o caráter diversificado do litoral da porção oeste da RMF, produzindo-se um espaço urbano metropolitano bastante imbricado com as novas demandas da sociedade local e internacional, assim como estando atrelado ao mercado produtivo internacional.

2.2 Características ambientais de Caucaia.

Com características litorâneas e de depressão sertaneja, o município de Caucaia possui um perfil diferenciado dentre os municípios da RMF. Na geologia de Caucaia, tem-se a ocorrência de “terrenos cristalinos dos complexos gnáissico-migmatítico e granitóide-migmatítico, ultrabásitos do proterozóico, rochas vulcânicas alcalinas” (MEDEIROS e SOUZA, 2015. p. 29) e a Formação Barreiras constituída

¹⁰ São Luis/MA; Costa do Delta /PI; Ceará Costa do Sol/CE; Costa das Dunas/RN; Costa das Piscinas/PB; Costa dos Arrecifes/PE; Costa Dourada/AL; Costa dos Coqueirais/SE; Salvador e Entorno/BA; Litoral Sul/BA; Costa do Descobrimento/BA; Chapada Diamantina/BA; Vale do Jequitinhonha/MG; Vale Mineiro do São Francisco/MG; Caminhos do Norte/MG; Pólo Capixaba do Verde e das Águas/ES (DANTAS et al, 2006)

por sedimentos cenozoicos com depósitos flúvio-marinhos e aluvionares, paleodunas e dunas móveis. O uso diversificado da paisagem litorânea de Caucaia denota uma gama de potencialidades e de limites ambientais que podem ser verificados a partir do uso e ocupação do solo urbano na zona costeira.

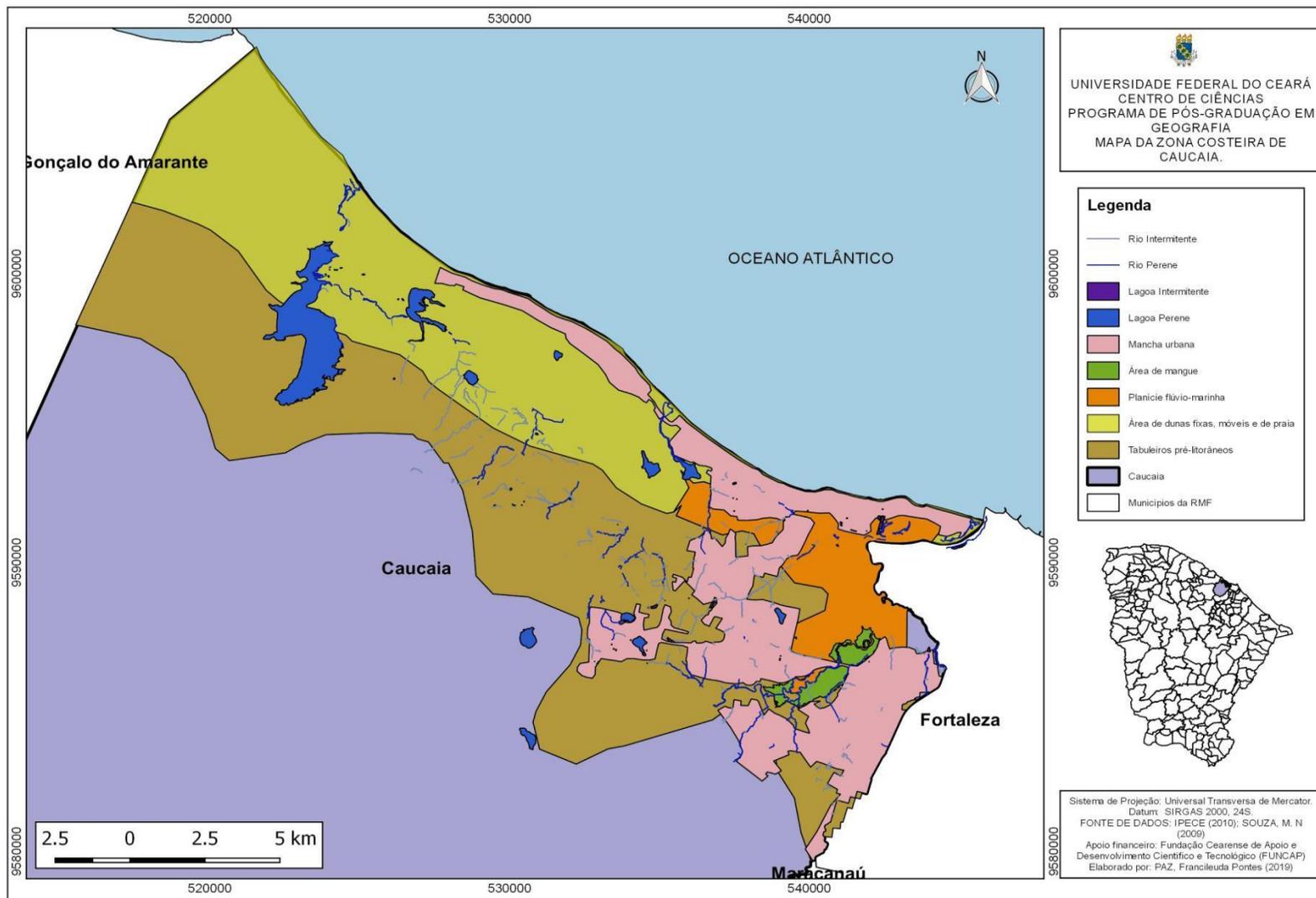
Em um contexto geral, a zona costeira possui especificidades naturais. Não seguindo, portanto, um padrão natural e um padrão de extensão em todas as áreas litorâneas que ela ocorre. Concomitantemente, trata-se de uma zona de usos e atividades múltiplas que também lhe compete especificidades próprias (MORAES, 2007). Com características singulares, a zona costeira é analisada sob diversos aspectos, seja ambiental ou sob o aspecto social. Isto se torna possível dado o seu caráter múltiplo de usos e ocupação.

Segundo Claudino Sales e Peulvast (2006), a zona costeira cearense possui 573 km de extensão e uma média de 40 a 60 km de largura, sendo definida morfologicamente pela presença da Formação Barreiras, configurando-se na paisagem com os tabuleiros costeiros e interioranos, assim como falésias, quando avança no litoral. Do total dessa extensão, 44 Km pertence ao município em análise.

Souza (2000 apud MORAIS et al., 2012), ao realizar a compartimentação geoambiental da zona costeira do Ceará, dividiu essa zona em subunidades:

- 1 - A planície litorânea (com subunidades constituídas pela faixa praial e campo de dunas móveis; campo de dunas fixas e paleodunas; desembocaduras fluviais em planícies flúvio-marinhas revestidas por manguezais, além de ocorrências eventuais e/ ou pontuais de pontas rochosas ou promontórios e de falésias);
- 2 - As planícies fluviais com matas ciliares;
- 3 - Os corpos d'água lacustres envolvendo planícies flúvio-lacustres e lagoas freáticas.
- 4 - Áreas de acumulação inundáveis freqüentes no Município de Aracati e
- 5 - Tabuleiros Pré-Litorâneos ou Costeiros. (SOUZA, 2000 apud MORAIS et al., 2012. p. 134)

Mapa 2 - Mapa da zona costeira de Caucaia - CE.



Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Dentre essas subunidades, elencamos a planície litorânea como recorte espacial na abordagem do uso e ocupação do solo urbano de Caucaia por meio da moradia, dado que essa subunidade revela uma complexidade socioambiental no território municipal de Caucaia.

Segundo Souza et al. (2009), a planície litorânea possui uma estreita faixa de terra (2,5 a 3 Km) e o geossistema desse sistema ambiental possui três geofáceis - faixa praial e campo de dunas móveis; Campo de dunas fixas; planície flúvio-marinhas - que apresentam potencialidades e limites ambientais, assim como apresenta limites ao uso e ocupação apesar de se tratar de ambiente com topografia pouco acidentada.

Quadro 2 - Características Gerais da Planície Litorânea.

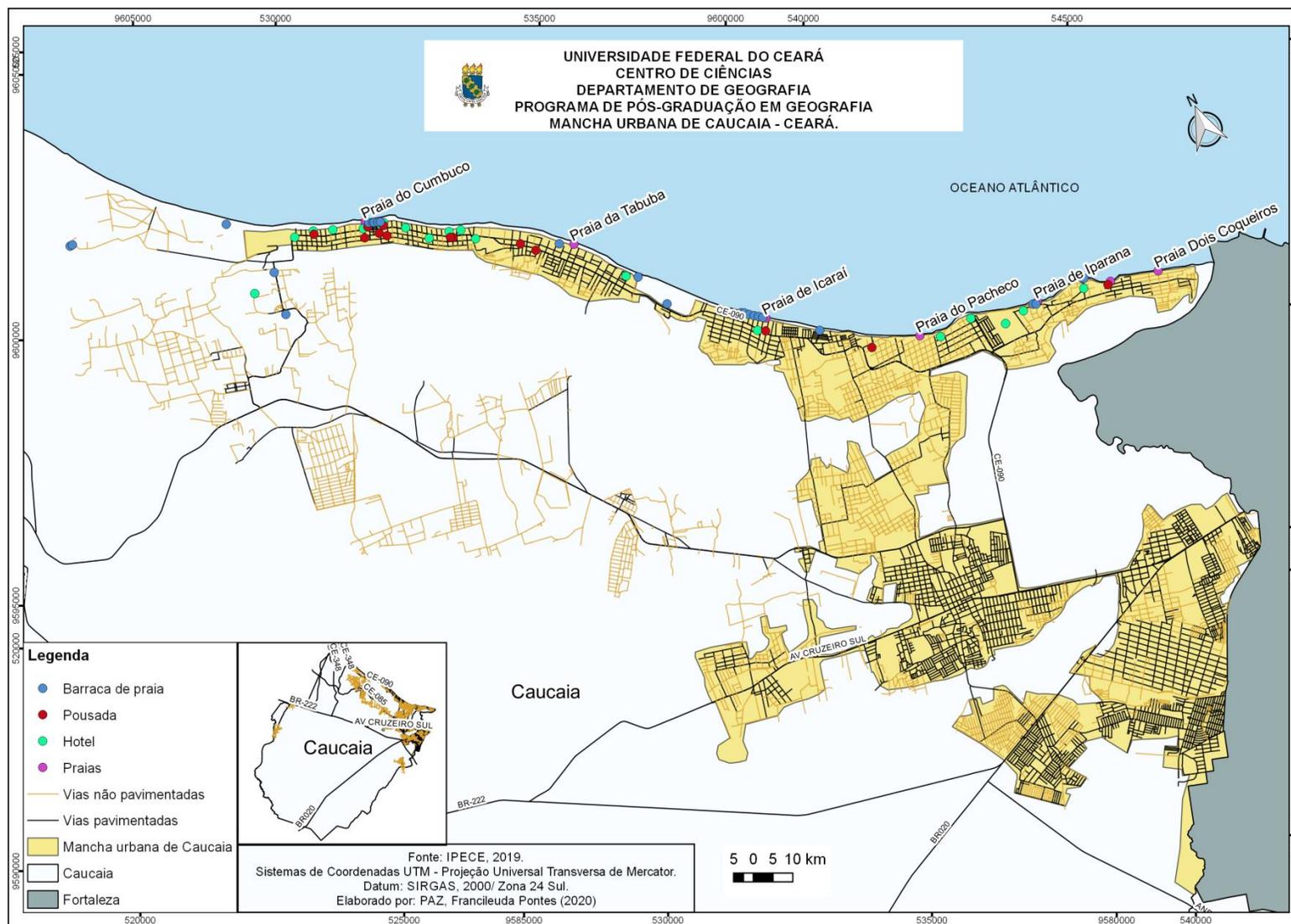
GEOFÁCEIS DA PLANÍCIE LITORÂNEA.	CARACTERÍSTICAS	USO E OCUPAÇÃO.
Faixa praial.	Areias quartzosas; Forte atuação morfogenética; Pedogênese praticamente nula; Ambiente instável e ativo.	Destinada ao lazer e recreação sustentáveis.
Campo de dunas móveis.	Formado pelos mesmos sedimentos que a faixa praial; Sem cobertura vegetal; Áreas com alta instabilidade e vulnerabilidade ambiental.	Destinado ao turismo e ao lazer, desde que subjugados aos preceitos conservacionistas e de sustentabilidade ambiental.
Campo de dunas fixas.	Ambiente de transição entre o campo de dunas móveis e os tabuleiros pré-litorâneos; Área recoberta por vegetação subperenifólia de porte arbóreo-arbustivo e com forte potencial hídrico subterrâneo. Área com restrições à ocupação.	Águas subterrâneas passíveis de serem utilizadas.
Planície flúvio-marinha.	Área inundada periodicamente e de deposição de sedimentos continentais e marinhos; Ambiente fortemente instável e de alta vulnerabilidade à ocupação e uso do solo. Área de grande produção de biomassa que serve de berçário às espécies continentais e marinhas.	Área de preservação compulsória.

Fonte: Adaptado de Souza et al. (2009) e Medeiros (2014).

Estas geofáceis se mostram com condições bastante homogêneas e com perfil vulnerável ao uso intenso de atividades produtivas como a atividade agrícola, por exemplo. Contudo, algumas atividades são viáveis em áreas de planície flúvio-marinhas, tais como: o ecoturismo, a pesquisa científica, a educação ambiental e a pesca artesanal desde que sejam executadas com cuidadoso planejamento para que as atividades de lazer e recreação se desenvolvam de forma sustentável (SOUZA et al., 2009).

Dessa forma, verifica-se no mapa 3 que grande parcela da população caucaiense está localizada na planície litorânea e, conseqüentemente, é nesse ambiente que estão situados os serviços de saúde, educação, lazer e moradia. A tipologia de uso residencial se destaca com as unidades habitacionais de uso permanente e de uso sazonal.

Mapa 3 - Mapa de mancha urbana do município de Caucaia – CE.



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

A urbanização litorânea do município de Caucaia tem morfologia linear paralela à linha da costa marítima, sendo dinamizada principalmente pelas localidades praianas: Parque Leblon, Iparana, Pacheco, Icaraí, Tabuba, Cumbuco e a Área de Proteção Ambiental (APA) de Cauípe. Estas localidades possuem diferentes formas de usos, que em diferentes situações, podem acarretar impactos ambientais e sociais na planície litorânea.

Trata-se de localidades bastante utilizadas por veranistas, que possuem sua primeira residência em Fortaleza, assim como se tornaram importantes destinações dos turistas estrangeiros. Esse incremento no fluxo de pessoas no litoral de Caucaia conduziu ao aumento nos investimentos e instalação de hotéis, pousadas, barracas, clubes, restaurantes, bares, equipamentos turísticos e resorts (PAULA, 2015).

Paralelamente à instalação de fixos ligados ao setor turístico e de lazer, tem-se a construção de moradias populares. Os fixos citados, na maioria das vezes, estão instalados próximos ou sobre as áreas de preservação ambiental, tais como: dunas e lagoas. Segundo Medeiros (2014), a falta de fiscalização do poder público nas obras da zona litorânea possibilita a instalação desses fixos em áreas de preservação, ocorrendo a contaminação dos aquíferos através das fossas rudimentares e do lançamento de esgoto a céu aberto.

Os diversos usos e ocupações sobre a base natural em questão ocasionam efeitos adversos à dinâmica ambiental e as praias de Icaraí, Pacheco e Iparana são emblemáticas em se tratando desses efeitos, que são reconhecidos no processo erosivo da faixa de praia e no desgaste do patrimônio construtivo (figura 1 e 2). Este último sendo impactado pelo avanço do mar, dada a construção civil sobre as dunas frontais que serviriam de proteção inicial na dissipação da energia das ondas marinhas e na reposição de sedimentos.

Nesse sentido, Meireles et al. (2006) explica que

é através da relação de interdependência entre morfologias definidas, como praia, dunas móveis, canais estuarinos e promontórios, que se processa parte da dinâmica costeira, com a manutenção de um fluxo contínuo de areia para a faixa de praia através da participação de sedimentos provenientes dos campos de dunas móveis. As planícies fluviomarinhas e os promontórios envolvidos com o transpasse de areia para a linha de praia proporcionam a integração entre os fluxos eólico, gravitacional, estuarino e de correntes marinhas (ondas e marés). Foram os responsáveis, em grande parte, pela origem dos campos de dunas e pela contínua transformação morfológica da planície costeira, mesmo quando submetidas aos eventos de mudanças do nível relativo do mar.

Quando o homem interfere nestes processos, modificando a trajetória, a energia envolvida e o volume de areia em transporte, iniciasse uma nova dinâmica, normalmente regida pelo predomínio de fenômenos erosivos. (MEIRELES et al, 2006. p. 109).

Segundo Moraes et al. (2012), os impactos da construção do Porto do Mucuripe e dos vários espigões em Fortaleza foram observados nas praias caucaieiras, em especial as Praias de Icaraí, Iparana, e Pacheco. Somados a esses impactos, tem-se o aumento da especulação imobiliária que promoveu o recuo de aproximadamente 200 metros da linha de costa dessas praias.

Para conter os efeitos da erosão sobre o patrimônio construído, constroem-se obras de defesa. Segundo Paula (2015), em 2011, construiu-se uma estrutura de tipo *Bagwall* na praia de Icaraí. No entanto, a estrutura passou a apresentar diversas falhas construtivas no decorrer de quatro anos após a sua construção, potencializando ainda mais a erosão costeira da praia.

Figura 1 - Erosão marinha e barracas destruídas na praia de Icaraí, Caucaia - Ce.



Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

Figura 2 - Residencial construído à beira-mar na praia de Icaraí, Caucaia - Ce.



Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

A degradação ambiental do litoral ocorre tanto pelas precárias condições sanitárias, quanto pela instalação de empreendimentos imobiliário-turísticos em faixa de praia e campo de dunas que acarretam a impermeabilização do solo, baixa reposição sedimentar e apropriação de recursos hídricos.

Adicionalmente, Caucaia é um dos municípios da RMF com maior número de instalações de empreendimentos imobiliário-turísticos de grande porte associados à demanda imobiliária de alto padrão (CASTRO, 2016). Estes empreendimentos imobiliário-turísticos são responsáveis por se apropriarem de grande volume de água para manutenção de áreas esportivas - campos de golf, por exemplo - e para as atividades aquáticas que são disponibilizadas como serviços para os usuários desses empreendimentos.

Apesar de existirem diversas unidades habitacionais a serem ocupadas e comercializadas na RMF, resta à população detentora de poucos recursos financeiros ocupar as áreas ambientalmente frágeis, principalmente as dunas. Segundo Pequeno (2015), a irregularidade fundiária avançou para os municípios vizinhos da metrópole com vistas à desconcentração do problema habitacional.

Nesse sentido, contribui-se para o aumento da vulnerabilidade ambiental. Costa et al. (2006, *apud* MEDEIROS, 2014) aponta que

a vulnerabilidade ambiental refere-se ao conjunto integrado de fatores ambientais (ecológicos e biológicos) que diante de atividades humanas, ocorrentes ou que venham se manifestar, poderá sofrer alterações afetando, total ou parcialmente, a estabilidade ecológica de um local (COSTA et al. 2006, *apud* MEDEIROS, 2014. p. 37).

Em concordância com Medeiros (2014), afirma-se que existe uma grande tendência dos grupos de alta vulnerabilidade social se fixarem em locais com más condições sanitárias e urbanísticas, assim como em áreas de risco ambiental tais como: terrenos com elevada declividade, áreas de dunas e áreas com cursos de água.

No que diz respeito à vulnerabilidade ambiental no litoral de Caucaia, o que se mostra mais evidente é a ocupação de áreas de dunas e lagoas. Essa ocupação acarreta conflitos entre o poder público e as comunidades assentadas sobre esses ambientes, dada a constante possibilidade de remoção das comunidades das áreas ambientalmente frágeis. Para além do conflito traçado entre poder público e as comunidades, tem-se os constantes transtornos enfrentados pelos moradores em período de quadra chuvosa que ocasiona alagamentos de casas e ruas com pouca ou nenhuma infraestrutura de escoamento hídrico.

3. CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DA MORADIA LITORÂNEA EM CAUCAIA.

A construção deste capítulo segue o padrão que parte do quadro geral para o quadro específico de Caucaia. Esse caminho metodológico é executado partindo de um detalhamento das características gerais e socioeconômicas do município para as especificidades dos bairros que são banhados pelo mar. Esse procedimento possibilita a análise sincrônica e diacrônica dos processos formadores da urbanização de Caucaia, assim como inicia o entendimento da lógica de fixação da população e da formação das áreas de moradia destinadas às populações de baixos rendimentos, vinculadas às atividades de lazer e turismo.

Elencou-se os seguintes indicadores: população, renda e saneamento. Em acordo com Silva (2009), estes são indicadores que explicam as diferenças estruturais e contrastantes da sociedade. Nesse sentido, levou-se em consideração os indicadores pertinentes na consolidação da moradia. Haja vista que a moradia não é constituída somente pela benfeitoria da casa, mas também dos serviços básicos.

Em consonância com a análise, o procedimento metodológico desenvolvido enseja a exposição dos dados sociais e econômicos em materiais estatísticos e cartográficos de modo a espacializar os processos fomentadores da fixação da população no litoral caucaense.

3.1 Características gerais de Caucaia.

Caucaia é um município que possui uma pluralidade de realidades socioespaciais, denotando espaços de valorização e de segregação. A morfologia urbana de Caucaia é constituída de áreas com urbanização consolidada em paralelo às áreas de urbanização precária. Esse município ocupa o segundo lugar no ranking populacional do estado do Ceará, com 361.400 habitantes (IBGE, 2019).

Trata-se de um dos primeiros povoados cearenses estando condicionado à catequese dos jesuítas e ao aldeamento dos índios da nação Potiguar¹¹, realizado

¹¹ Os índios pertencentes a esse grupo também eram conhecidos como os Caucaias, que significa mato queimado, vinho queimado, ou somente queimado no idioma ancestral tupi-guarani.

pelos colonizadores portugueses Luiz Filgueiras e Francisco Pinto a partir do ano de 1735.

O aldeamento indígena foi elevado à condição de vila em fevereiro de 1759, recebendo o nome de Vila Nova Soure e oficializado como Vila Soure em outubro do ano vigente. Isto ocorre posteriormente à ordem dada pelo Marquês de Pombal para o confisco dos bens dos jesuítas e a retirada dos padres da administração das aldeias e povoados.

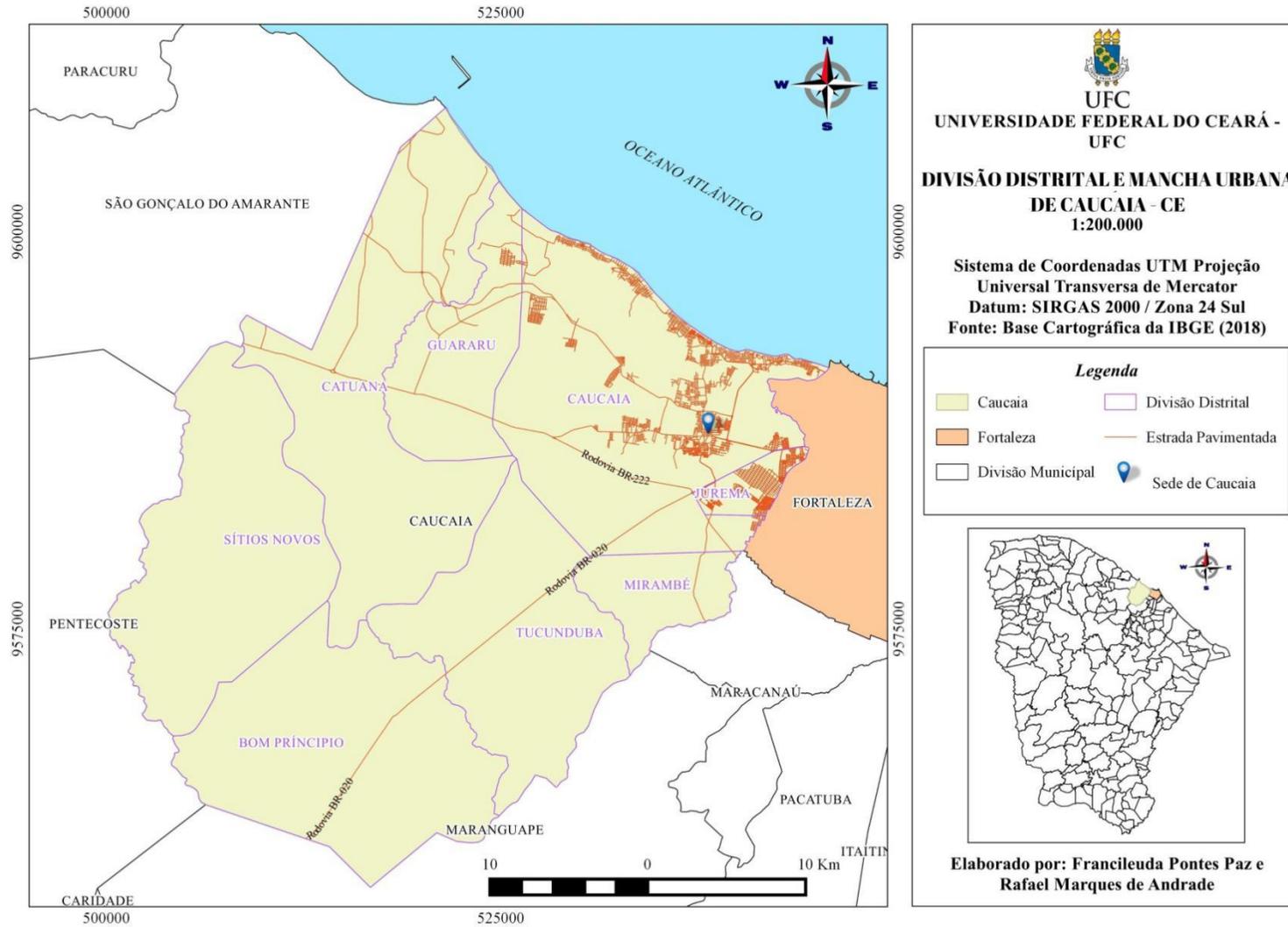
No segundo quartel do século XX, Caucaia foi elevada à condição de cidade pelo Decreto Lei de 1.144 de 30 de dezembro de 1943 (TELES, 2005). Em 1973, o município de Caucaia passa a compor a RMF juntamente com os municípios de Aquiraz, Pacatuba, Maranguape, Maracanaú e a capital fortalezense (COSTA, 2005).

Com uma extensão territorial de 1.229 Km² (SEPLAG, 2019), o território municipal de Caucaia está assentado sobre a zona costeira do estado do Ceará e está administrativamente dividido em 7 distritos (Bom Princípio, Catuana, Guararu, Jurema, Mirambé, Sítios Novos, Tucunduba) e uma sede homônima¹². Com esta extensa área, Caucaia possui limites com os municípios de Fortaleza, ao leste; São Gonçalo do Amarante, ao oeste; Maranguape, ao sul; Maracanaú, ao sudeste; e Pentecoste¹³, ao sudoeste (Mapa 4).

¹² O litoral de Caucaia abrange a sede municipal, o distrito de Catuana e de Guararu.

¹³ Os municípios fronteiriços à Caucaia estão inseridos na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) com exceção do município de Pentecoste que está inserido na macrorregião de planejamento do Litoral Oeste.

Mapa 4 - Divisão distrital e mancha urbana de Caucaia – CE.



Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Em dados gerais, Caucaia possui densidade demográfica de 264,91 hab/km². Do total populacional, 89% dos habitantes compõem a população urbana do município (IBGE, 2010). A média salarial dos trabalhadores formais do município era de 2 salários mínimos no ano de 2017. Contudo, predomina a população com rendimentos mensais de até meio salário mínimo *per capita*, 43% especificamente (IBGE, 2017).

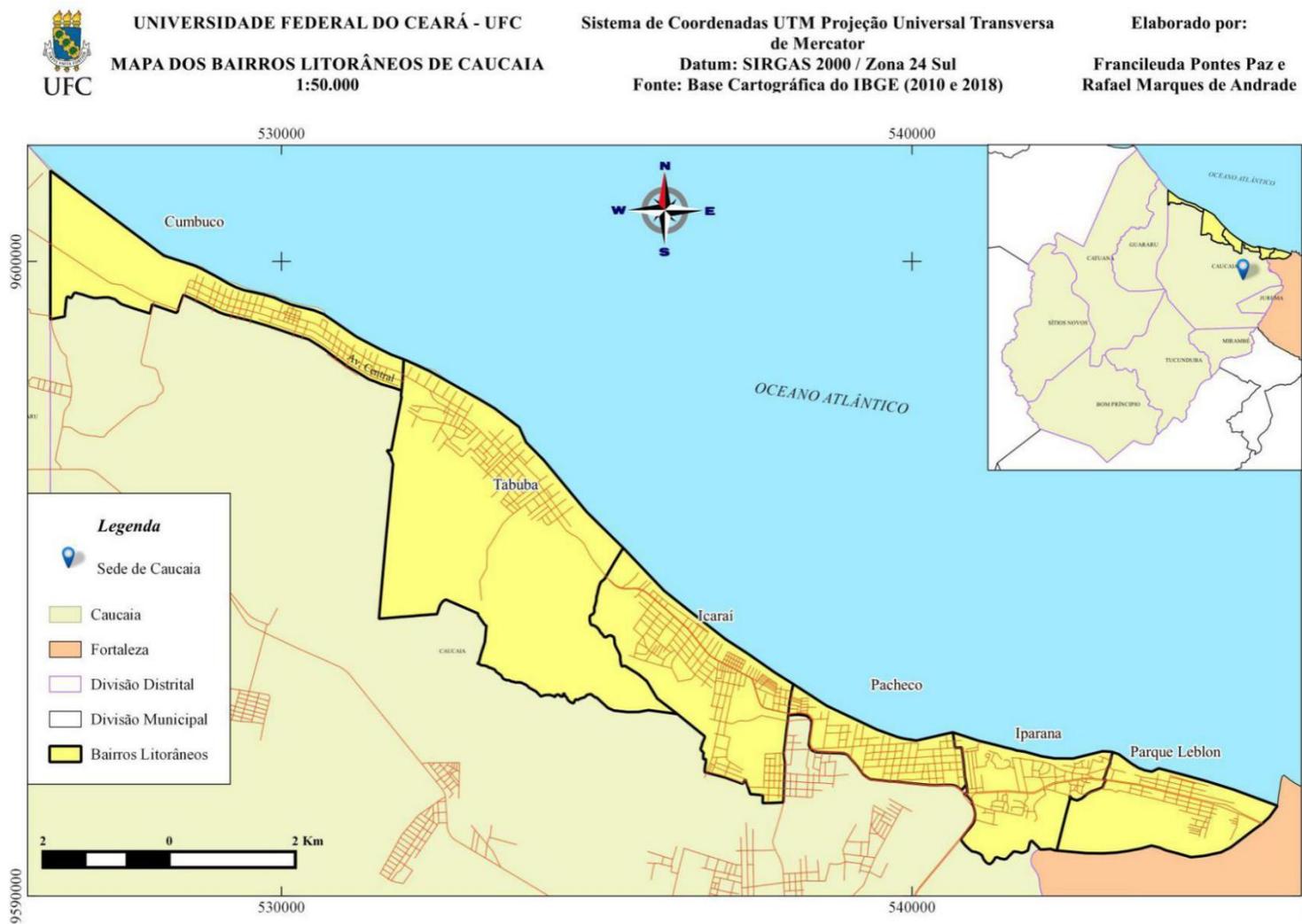
Diferentemente de Fortaleza, que já possui seu solo totalmente apropriado e bastante valorizado, Caucaia tem uma concentração de aglomerações urbanas próximas ao litoral e possui extensas áreas com baixa densidade populacional, residencial e de atividades econômicas no seu território mais continental. Segundo Teles (2005), o território de Caucaia passou a ser destino dos migrantes rurais que anteriormente se deslocavam para a capital cearense. Assim como passou a ser território planejado pelas políticas habitacionais do Estado. Segundo Accioly (2009), a valorização imobiliária da capital dificulta o acesso à moradia e ocasiona emigração para os municípios contíguos da RMF.

Caucaia ocupa o terceiro lugar no ranking de maior participação no PIB cearense com a soma de R\$ 5.860,3 milhões no ano de 2017, ficando atrás de Fortaleza (R\$ 61.579,4 milhões) e Maracanaú (R\$ 8.537,5 milhões), tendo o maior destaque para o setor de serviços com 65,9% (IPEA, 2005). O município obteve ganhos percentuais na participação, o qual passou de 2,91, em 2002, para 3,96 em 2017 (IPECE, 2019). Esses ganhos se devem à instalação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) situado entre Caucaia e São Gonçalo do Amarante.

Nesse sentido, a instalação desse equipamento se configura como um indutor populacional com a geração de empregos no setor da construção civil, de serviços e na indústria. A construção do CIPP acarretou grandes expectativas no setor imobiliário. Essas expectativas estiveram baseadas na geração de novos postos de trabalho que seriam responsáveis pela atração da população de origem intraurbana, intrametropolitana, nacional e internacional.

O município de Caucaia está inserido na rota turística cearense, sendo o segundo destino preferido dos turistas (SETUR, 2016). Levando-se em consideração que o turismo cearense é expressivo na modalidade sol e praia, Caucaia possui atributos litorâneos que possibilitam o desenvolvimento dessa modalidade, pois possui uma linha de costa de 44 km que abrange 6 bairros litorâneos: Parque Leblon, Iparana, Pacheco, Icaraí, Tabuba e Cumbuco (Mapa 5).

Mapa 5 - Bairros litorâneos de Caucaia – Ceará.

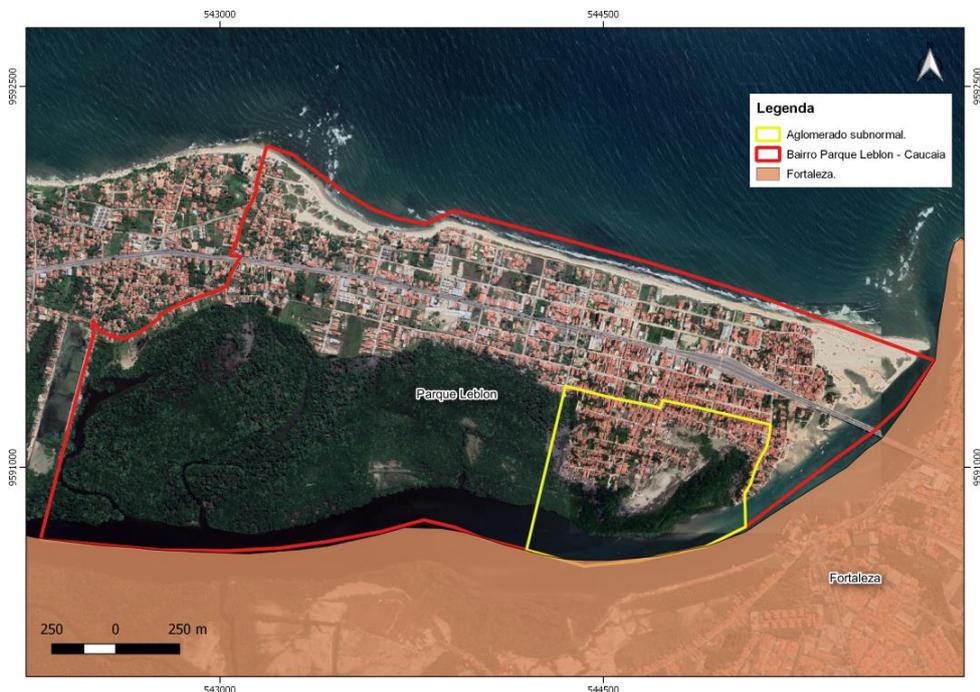


Fonte: IBGE (2010; 2018).

O bairro Parque Leblon é limítrofe à Fortaleza, se integrando à malha urbana da capital por meio da Ponte José Martins Rodrigues sobre o rio Ceará. Esse bairro segue o eixo de expansão do processo de favelização do setor oeste da metrópole e se liga ao bairro Barra do Ceará em Fortaleza.

Dentre os bairros litorâneos, Parque Leblon está em terceiro lugar em população residente urbana com 5.069 habitantes. No ano de 2010, o IBGE identificou um aglomerado subnormal¹⁴ neste bairro, que está situado às margens do rio Ceará (Figura 3). Esse aglomerado subnormal está inserido no perímetro da Área de Proteção Ambiental (APA) do estuário do Rio Ceará e possui 523 domicílios permanentes com média de 3,61 moradores por domicílio de rendimento nominal de 514,97 reais (IBGE, 2010).

Figura 3 - Aglomerado subnormal no bairro Parque Leblon, Caucaia – CE.



Fonte: IBGE, 2010. Elaborado pela autora.

Segundo Silveira (2011), as praias de Iparana, Pacheco e Icarai eram localidades dinâmicas para a vilegiatura e possuem características semelhantes. O

¹⁴ "Aglomerado Subnormal é uma forma de ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia – públicos ou privados – para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas com restrição à ocupação". (IBGE, 2019)

bairro Iparana é pioneiro na ocupação do litoral de Caucaia com a construção do SESC (Serviço Social do Comércio) Iparana na década de 1950, sendo o primeiro empreendimento de veraneio no litoral do município.

Figura 4 - SESC Iparana e a praia ao fundo.



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

O bairro Pacheco tem padrão paisagístico e de infraestrutura semelhantes ao bairro Iparana e ao Icaraí, principalmente no que se refere ao contexto erosivo da faixa de praia, aos baixos índices de saneamento básico - predominando a utilização de fossas rudimentares em mais da metade dos domicílios permanentes dos bairros litorâneos: 54,04% em Pacheco; 53,03% em Iparana e 52,77% em Icaraí (IBGE, 2010).

No que se refere à coleta de lixo, o bairro Pacheco possui a menor taxa de coleta de lixo realizada por serviço de limpeza entre os bairros litorâneos. Especificamente, 17,36% do total de domicílios que utilizam o serviço em Pacheco (Figura 6).

As ruas mais próximas da praia possuem revestimento com rochas. Na medida em que as ruas vão se distanciando da praia, e se aproximando da CE-090, que margeia a linha de costa, o revestimento de rocha ou a pavimentação vão se

tornando rarefeita com a predominância de crateras e de valas pelas quais escoam ou acumulam a água pluvial e/ou oriunda dos domicílios.

Figura 5 - Habitações à beira mar e estrada de terra em Parque Leblon.



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Figura 6 - Estrada de terra e descarte de lixo em Pacheco.



Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Em síntese, os bairros de Iparana, Pacheco e Parque Leblon possuem habitações de variadas tipologias, que se avizinham entre pequenas casas, com faixa de 3 metros e sem maiores padrões arquitetônicos, às casas duplex com faixadas de mais de 6 metros com alto padrão arquitetônico, possuindo amplos jardins e piscina. Acrescentam-se ainda os espaços residenciais fechados com apartamentos de 72 m² e com casas de 148 m².

No que se refere às características de Icaraí, Teles (2005) pontua que a faixa de praia desse bairro passa a ser valorizada a partir da década de 1960 com a construção do Centro de Veraneio Icaraí, que comportava 195 unidades habitacionais pertencentes a veranistas fortalezenses.

Na década de 1970, o processo de valorização do bairro segue em curso com a construção da estrada que liga a sede municipal ao litoral de Icaraí. Seguidamente, cresce o número de investimentos e compra de terrenos com vistas ao veraneio e ao lazer.

Na década de 1980, o veraneio desponta no litoral metropolitano de Fortaleza. Em Caucaia, o veraneio se destacou principalmente na localidade de Icaraí com a criação de infraestruturas que consolidaram essas áreas para a prática do lazer.

A praia do Icaraí inaugurou o modelo multifamiliar no litoral cearense. Influenciado pelos padrões efetivados em São Paulo e no Rio de Janeiro, o gate-keeper carioca Francisco Martins de Moraes adquiriu terrenos a beiramar, denominou a praia com o atual nome (homenagem a existente no Rio de Janeiro) e construiu o Centro de Veraneio de Icaraí constituído por três ruas de casa em frente ao mar e um Clube (Icaraí Club). Como estratégia de promoção, doou terras para construção de equipamentos para serviços públicos, inclusive para a construção da Residência Oficial de Veraneio do Governador. (PEREIRA, 2013. p. 5)

Segundo Silveira (2011), inúmeros espaços residenciais fechados passaram a ser construídos de forma acelerada em Icaraí para atender a demanda por veraneio da classe média na década de 1980. Esse período demarca os investimentos voltados para a segunda residência e também demarca a construção de clubes recreativos para diversas categorias profissionais: Clube dos Correios e o Clube dos Jornalistas, por exemplo.

Figura 7 - Apartamentos construídos na década de 1980 à beira da praia em Icaraí.



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

O bairro Cumbuco é rota turística da *Costa do Sol Poente*¹⁵ juntamente com outras cinco localidades praianas do município: Iparana, Pacheco, Icaraí, Tabuba e Barra do Cauípe. Internacionalmente reconhecido pelos atributos naturais, pela atividade turística e pelas práticas de esportes náuticos, especialmente *Kitesurf* e o *Windsurf*.¹⁶, o bairro possui vários empreendimentos, que se distribuem entre barracas de praia, pousadas, bares, hostel, hotéis, restaurantes e resorts.

¹⁵ Na segunda fase do PRODETUR, novos conceitos foram incorporados ao programa. O conceito de pólos turísticos foi inserido e deu-se início a formação de 16 pólos turísticos no Brasil, dentre os quais 14 pólos foram contemplados com os recursos do PRODETUR II, à saber: Polo Costa do Sol - CE; Polo do Descobrimento - BA; Polo Chapada Diamantina - BA; Polo Litoral Sul - BA; Polo Salvador e Entorno - BA; Polo Costa das Piscinas- PB; Polo Costa dos Arrecifes - PE; Polo Costa do Delta - PI; Polo Costa dos Corais - AL; Polo São Luís e Entorno - MA; Polo Costa das Dunas - RN; Polo Costa dos Coqueirais – SE; Polo Vale do Jequitinhonha - MG; Polo Capixaba do Verde e das Águas – ES (ABREU e MOREIRA, 2017; Grifo nosso).

¹⁶ O *Windsurf* é um esporte náutico praticado a partir da utilização de uma prancha acoplada a uma vela. O *Kitesurf* é praticado através da utilização de uma prancha e de uma pipa. No Cumbuco, esse esporte é praticado o ano inteiro. A localidade foi selecionada por várias vezes para receber as etapas de diversos mundiais internacionais de kitesurf, Com os eventos voltados para esse esporte, o Cumbuco reveste-se de novos níveis de fluxos, tanto de pessoas, quanto de objetos, denotando uma face inversa em comparação aos períodos de baixa estação.

Em 2009¹⁷, o bairro Cumbuco passou a ter os seguintes limites geográficos: ao norte, o oceano; ao leste, o bairro Tabuba; ao oeste, a Barra do Cauípe e, ao sul, limita-se aos bairros Garrote e Lagoa do Banana, ambos separados do Cumbuco por dunas e lagoas. Em se tratando da delimitação do Cumbuco por meio da promoção midiática, as fronteiras desse bairro se expandem e incorporam as áreas litorâneas dos bairros vizinhos, principalmente Tabuba.

Com exceção das praias fortalezenses, Cumbuco ocupou o primeiro lugar na colocação das praias preferidas pelos turistas entre 1999 a 2008 segundo os dados lançados pela Secretaria de Turismo do Ceará (SETUR) em 2009 (Tabela 2).

Tabela 2 - Praias preferidas pelos turistas, excluído o litoral de Fortaleza no período de 1999 a 2008.

Praias	1999	Praias	2008
1. Cumbuco	19,2	1. Cumbuco	16,1
2. Canoa Quebrada	15,3	2. Canoa Quebrada	14,2
3. Morro Branco	11,7	3. Jericoacoara	9,5
4. Porto da Dunas	9,1	4. Icaraí	8,2
5. Jericoacoara	7,0	5. Morro Branco	7,4
6. Icaraí	4,6	6. Prainha	5,3
7. Lagoinha	6,3	7. Porto das Dunas	4,8
8. Praia da Fontes	4,6	8. Iguape	4,4
9. Outras	22,2	9. Outras	30,1
Total	100,0	Total	100,0

Fonte: SETUR, 2009.

Até a década de 1980 e início da década de 1990, a produção de segundas residências em Caucaia se consubstanciava no padrão tradicional de residências unifamiliares, e autoconstrutiva, e de pequenos condomínios multifamiliares.

Em Cumbuco, a década de 1980 é caracterizada por uma paisagem marcada pelas residências de alto padrão e não possuía nenhum empreendimento na tipologia de complexo turístico, apenas um projeto de construção de um hotel denominado de *Saint-Tropez Tropiques*, que não se consolidou a julgar pela falta de

¹⁷ Em 10 de setembro de 2009, a prefeitura de Caucaia criou a Lei nº 2.057 que delimita e cria os bairros do município de Caucaia, instituindo os bairros do Distrito Sede, do Distrito de Jurema e do Distrito de Guararu.

investimentos dos estrangeiros, nesse caso, os franceses (PEREIRA, 2013; CUNHA, 2017).

Os esforços governamentais passam a ser direcionados ao melhoramento e extensão das vias de acesso às localidades praianas. Nessa lógica da produção do espaço litorâneo, Pereira (2013) indica que há na origem dessa produção um entrecruzamento dos diversos interesses privados e do interesse público. Porém, o elemento propulsor de maiores investimentos ocorreu da esfera estatal, ocasionando uma redefinição da vilegiatura marítima.

Anteriormente a inserção do PRODETUR, predominava-se a vilegiatura marítima de modelo autóctone, espacializando-se de forma pontual e individual. Com a inserção desse programa governamental na década de 1990, a vilegiatura marítima ganha nova nuance, sendo redefinida pela inserção do modelo alóctone, ou seja, várias localidades do litoral nordestino passaram a compor o destino turístico do público estrangeiro, assim como passaram a compor o quadro espacial destinado aos investimentos estrangeiros (PEREIRA, 2012).

Nesse interim, os meios de hospedagens também são incrementados com novos padrões de tipologias – resorts e hotéis com diversos serviços. Portanto, o planejamento regional da década de 1990, pensado para o turismo receptivo de padrão internacional e para a criação de novos lugares turísticos, soma-se às áreas anteriormente apropriadas pelos vilegiaturistas autóctones e promotores imobiliários.

Nesse segmento, Cumbuco adentra a rota turística estrangeira principalmente na década de 1990, tendo a Política Nacional de Turismo (PNT), em 1992, e o PRODETUR, em 1994, como grandes indutores dessas transformações. O programa governamental insere o município de Caucaia como prioridade na alocação de infraestruturas para saneamento, transporte e recuperação ambiental.

Concomitante, acompanha-se a inserção do imobiliário-turístico no Cumbuco, que passa a transformar e diversificar a morfologia urbana da localidade, modificando a configuração territorial e o contexto social do espaço urbano litorâneo.

Vizinho ao Cumbuco, encontra-se o bairro Tabuba. Este bairro possui os seguintes limites geográficos: ao leste, faz fronteira com o bairro Icaraí; ao sul, limita-se com os bairros Alto Garrote, Cipó e Barra Nova; ao oeste, limita-se ao Cumbuco e ao bairro Garrote. Diferentemente de Cumbuco, o bairro Tabuba possui extensas glebas, totalizando uma extensão territorial de 12,94 km², adentrando a porção mais continental da zona costeira.

O bairro Tabuba possui base natural de grande potencial turístico como lagoas interdunares e dunas móveis. Destaca-se também o padrão construtivo com edificações de variados tipos e dimensões: parques aquáticos, barracas de praia, hotéis, segundas residências e moradias unifamiliares.

Apesar das amenidades e belezas naturais, a faixa de praia do bairro apresenta os problemas iniciais das construções que se deram muito próximos do mar. A erosão marinha na praia age sobre as edificações, ao passo que os proprietários constroem enrocamentos com vistas a amenizar o avanço marinho sobre as edificações (Figura 8 e 9).

Figura 8 – Enrocamento na frente da casa de veraneio em Tabuba.



Fonte: Albino Produções Imagens Aéreas.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=T26I61YYuUE>.

Figura 9 – Barraca na faixa de praia e contenção das ondas com enrocamento em Tabuba.



Fonte: Albino Produções Imagens Aéreas.
Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=T26I61YYuUE>.

No que se refere ao uso e ocupação do solo, os bairros de Cumbuco e Tabuba estão classificados como Zona de Baixa Densidade (ZBD), constituindo-se em zona com até 124 hab/ha e Zona de Baixa Densidade com Ocupação Restrita (ZBD - OR). Esta última é classificada levando-se em consideração as áreas ambientalmente frágeis e possui relação com a Zona Ambiental de Ocupação Restrita (ZAOR).

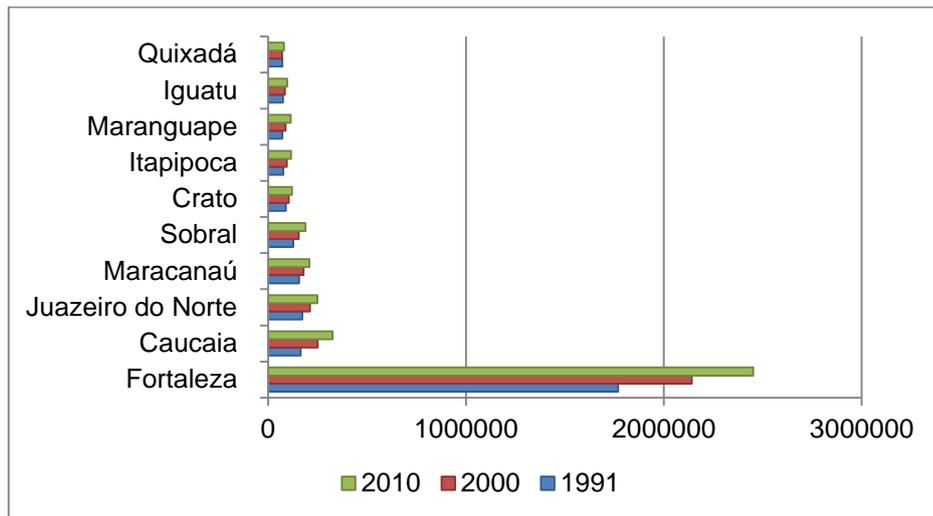
3.2 Dados socioeconômicos de Caucaia.

A população de Caucaia é indicativa de três processos simultâneos: a migração regional e intrametropolitana; a expansão da malha urbana da metrópole; e a integração da RMF com a metrópole. O gráfico 1 apresenta Caucaia na classificação entre as 10 maiores populações do estado, no qual o município ocupa o segundo lugar no ranking (325.441 habitantes) e representou 3,8% da população total do Ceará (8.452.381 habitantes) segundo o censo demográfico de 2010 (CENSO, 2010).

Ainda é possível notar a macrocefalia na metrópole fortalezense que possuía 2.452.125 habitantes em 2010. Ambos os municípios se mostram inversamente proporcionais no que concerne à quantidade de habitantes e extensão

territorial. A capital cearense ultrapassa Caucaia em termos populacionais, especificamente, significa pontuar que Fortaleza possuía 7 vezes mais o número de habitantes em comparação ao município de Caucaia no ano de 2010. Em contrapartida, Caucaia é 3,9 vezes maior em extensão territorial em relação à Fortaleza (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Os 10 municípios cearenses com maior contingente populacional segundo o censo de 1991, 2000 e 2010.



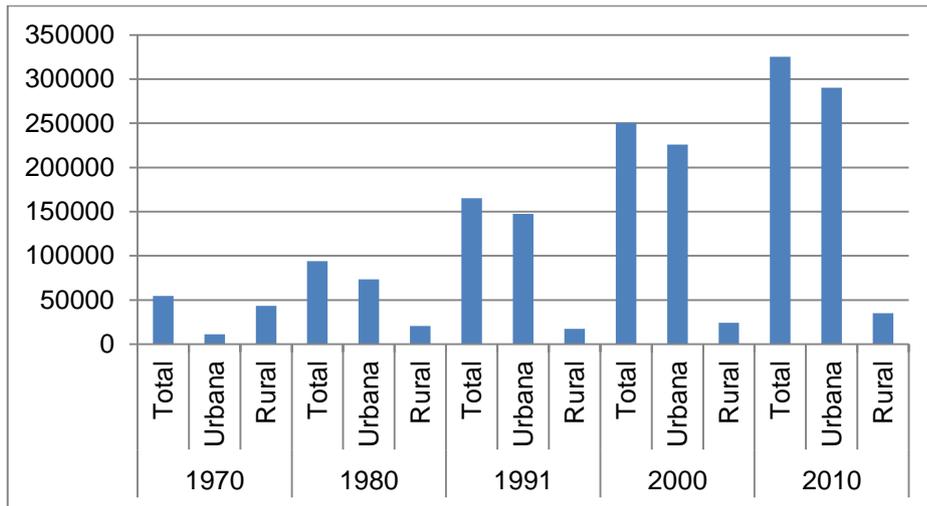
Fonte: SIDRA/IBGE, 2019 (Amostra, Série temporal 1991, 2000, 2010).

A taxa de urbanização de Caucaia alcançou a marca de 89,28% no ano de 2010 (IPECE, 2017), estando acima da média do estado (75,09%). No gráfico 2, observa-se a transição da população rural para a população urbana a partir da década de 1970, registrando, em termos absolutos, uma diminuição de 22.752 pessoas pertencentes à população rural entre as décadas de 1970 e 1980. Inversamente, a população urbana registrou o aumento de 62.104 pessoas.

Em termos percentuais, denota o aumento de 84,72% da população urbana no período compreendido entre as duas décadas.

Este fator está relacionado à abertura de vias, construção de conjuntos habitacionais e reestruturação produtiva com desconcentração da indústria para Caucaia e Maracanaú, assim como o investimento no setor terciário da economia com destaque para as atividades de lazer e turismo.

Gráfico 2 - Evolução da população de Caucaia de 1970 a 2010.



Fonte: IBGE, 2010.

A população de Caucaia mostrou-se bastante concentrada na sede do município desde o início da sua ocupação no município. Em uma série histórica dos censos demográficos de 1991, 2000 e 2010, percebe-se a concentração populacional nos distritos caucaenses que são fronteiriços à Fortaleza (Tabela 3).

Na contemporaneidade, a sede permanece com o maior número de habitantes, aproximadamente 149.659 residentes (CENSO, 2010). Esses habitantes avizinham-se ao distrito de Jurema, que também possui um significativo quantitativo populacional, aproximadamente 129.276 habitantes (CENSO, 2010), e está na fronteira com os bairros periféricos e de forte adensamento populacional da metrópole fortalezense¹⁸ no sudoeste do município.

De acordo com Silva (2009), ocorre um processo de transferência da população pobre para os municípios localizados no sudoeste e sul da RMF, agravando o quadro de pobreza e de precariedade das infraestruturas, equipamentos e serviços concernentes à habitação, saneamento básico e educação.

¹⁸ O distrito de Jurema faz fronteira com os bairros fortalezenses: Antônio Bezerra; Genibaú, Conjunto Ceará I, Conjunto Ceará II, Granja Lisboa.

Tabela 3 – Evolução da população de Caucaia por distritos na série temporal de 1991, 2000 e 2010.

Sede e Distritos de Caucaia.	População		
	1991	2000	2010
Caucaia (sede)	7.2792	115.383	165.459
Bom Princípio	2.283	2.761	3.257
Catuana	4.337	6.803	9.092
Guararu	2.179	4.007	4.278
Jurema	75.434	109.314	129.276
Mirambé	3.101	5.089	5.076
Sítios Novos	3.113	4.682	5.990
Tucunduba	1.860	2.440	3.013
TOTAL	165.099	250.479	325.441

Fonte: CENSO (1991, 2000, 2010).

Percebe-se que a sede municipal e o distrito de Jurema mantiveram o maior número de habitantes da década de 1990 a 2010. O fator locacional possibilitou uma maior interrelação de fixos e fluxos com a metrópole fortalezense. Analiticamente, pontua-se a capital como centro irradiador e concentrador, tanto de serviços, quanto de demandas que contribuiu para intensificar os fluxos metropolitanos, reforçando o aumento populacional de Caucaia.

A proximidade com a capital gera maior integração com os municípios limítrofes. A integração dos municípios denota a mudança de funções da Metrópole. Ao passo que reforça a capacidade de comando de Fortaleza (SILVA e DANTAS, 2009).

A expansão da Região Metropolitana demonstra um processo combinado de desconcentração, expansão e adensamento em torno do desenho de novas centralidades no território da metrópole como também de complexo porto-industrial, corredores de atividade industrial e eixos litorâneos. Tal racionalidade reforça-se em lógica contemporânea de economia globalizada, associada a atividades ligadas ao agronegócio, lazer e turismo (SILVA e DANTAS, 2009. p. 18 - 19).

Na análise dos níveis de integração dos municípios, Costa e Amora (2015), baseadas nos estudos do Observatório das Metrôpoles em 2012, pontuam o município de Caucaia com o nível de muito alta integração. Segundo as autoras, 25,70% da população se deslocam para outro município com o objetivo de trabalhar e estudar no ano de 2010. Nesse sentido, o município se destaca com o maior número de saídas pendulares (61.705) em comparação aos demais municípios da RMF.

O incremento populacional do município é resultante de um processo de metropolização que se mostrou como transbordamento de relações sociais ocorridas na metrópole fortalezense (PEREIRA, 2014). Segundo Gonçalves (2011. p. 149), o aumento das taxas de crescimento populacional de Caucaia nos últimos anos se deram pelos seguintes fatores: “construção de conjuntos habitacionais, migração do interior do estado; valorização do uso do solo em Fortaleza; proximidade da capital e de seus serviços, e infraestrutura de acesso à Fortaleza”.

O conjunto de demandas metropolitanas recai sobre os territórios de seu entorno, isto é, as necessidades geradas nas grandes aglomerações metropolitanas são repassadas para as cidades circunvizinhas como forma de eliminar essas necessidades. Contudo, isto não é uma regra geral, na qual explica e generaliza a maneira como as cidades integrantes de uma região metropolitana se relacionam, mas esclarece, parcialmente, como se formam novas espacialidades e novas relações entre as cidades constituintes de uma região metropolitana. Nesse sentido, a produção do espaço de Caucaia tem íntima relação com a forma pela qual o município se conecta com a metrópole. Dado que os processos oriundos da dinâmica urbana metropolitana influenciam diretamente nas demais cidades correlatas.

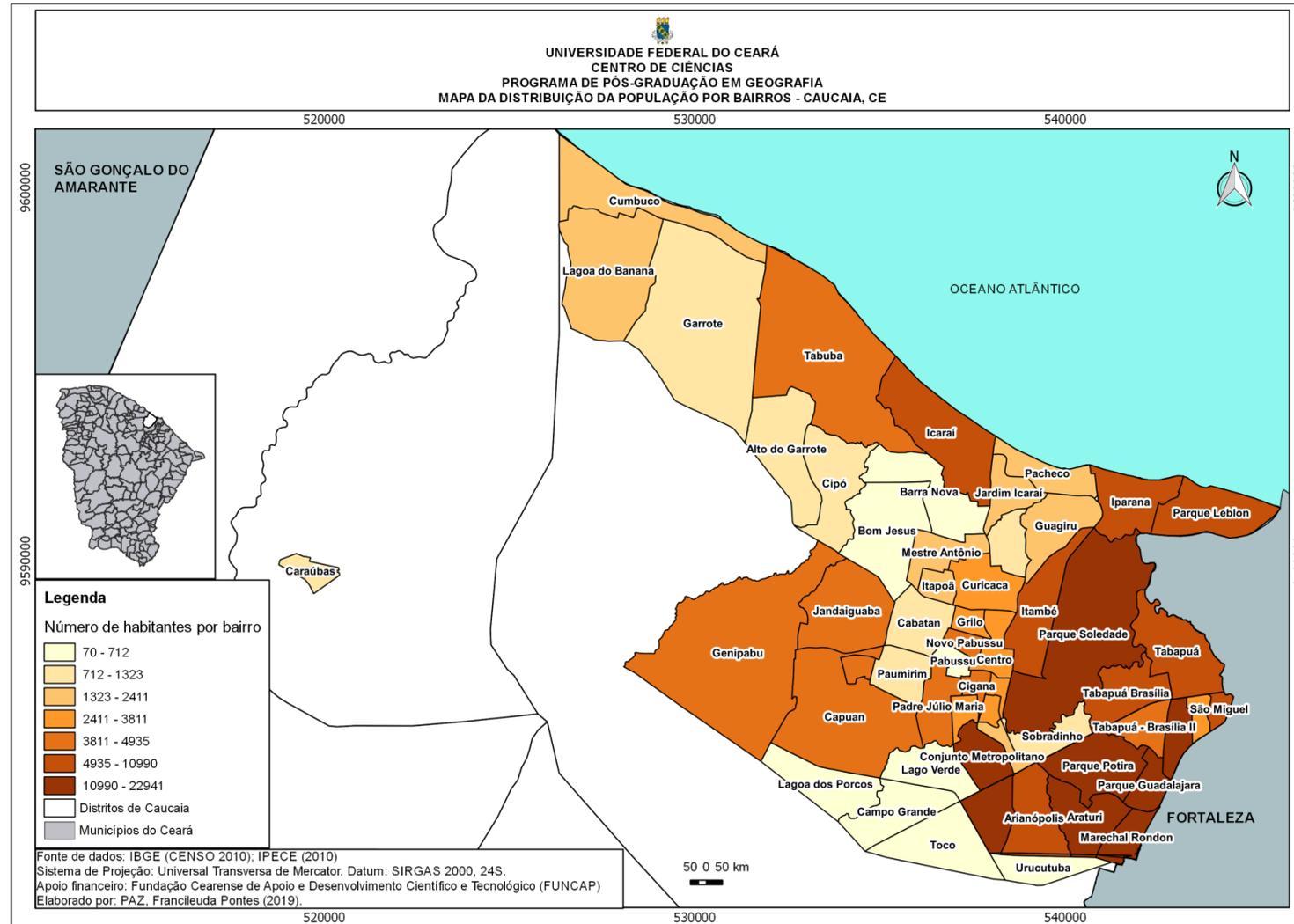
No mapa 6, verifica-se a distribuição da população por bairros e corrobora-se a premissa de que os bairros mais populosos estão próximos à capital cearense. Na porção sudoeste do município, o acentuado contingente populacional se deve à construção de vários conjuntos habitacionais¹⁹ pelo Banco Nacional da Habitação (BNH) a partir do final da década de 1960 a 1970, que foram construídos

¹⁹ Teles (2005) pontua a construção de 10 conjuntos habitacionais no distrito de Jurema e três na sede municipal. Desses conjuntos, surgiram os bairros Guadalajara, Araturi e Nova Metrópole. Em sua totalidade, esses conjuntos habitacionais possuíam 16.915 unidades habitacionais destinadas a abrigar um grande contingente de trabalhadores que praticavam alguma atividade na capital em sua maioria.

com vistas a amenizar o déficit habitacional acentuado de Fortaleza e às demandas da população reivindicadora por moradia (GONÇALVES, 2011). Assim como, serviram de reduto absorvedor dos removidos das áreas de intervenções públicas.

Segundo Pequeno (2015), a produção habitacional de interesse social na RMF com recursos do BNH esteve situada principalmente em Caucaia, Fortaleza e Maracanaú. Essa produção associava-se a algumas dinâmicas espaciais tais como: a expansão industrial; a indução do processo de conurbação entre a capital e os municípios vizinhos; a presença de enormes glebas vazias desprovidas de infraestrutura e o deslocamento de demandas oriundas de bairros pericentrais para a periferia.

Mapa 6 - Distribuição da População por bairros em Caucaia – CE.



Fonte: IBGE (CENSO 2010); IPECE (2010). Elaborado pela autora.

O padrão de adensamento populacional de Caucaia também segue a linha de costa, unindo-se ao adensamento dos bairros litorâneos da porção oeste de Fortaleza. O deslocamento e a integração entre Fortaleza e Caucaia pelo litoral se intensificou com a inauguração da Ponte José Martins Rodrigues em 1997. Conhecida popularmente como Ponte da Barra do Ceará, a ponte foi construída sobre o rio Ceará e conecta o bairro Barra do Ceará, em Fortaleza, ao bairro Parque Leblon em Caucaia. Desse modo, a ponte reduziu o tempo de deslocamento entre as praias de ambos os municípios, assim como demarca espacialmente o padrão adensado de moradia de baixa renda do litoral oeste de Fortaleza ligado ao litoral leste de Caucaia.

Partindo-se da escala municipal, Caucaia possui densidade demográfica de 264,91 hab/Km² (CENSO, 2010). No entanto, sabe-se que a população do município está bastante adensada em porções específicas desse território, gerando adensamento em alguns bairros do município e, conseqüentemente, aumentando a demanda por serviços básicos.

A densidade demográfica em áreas específicas da cidade está associada à procura dos moradores por áreas com preços do solo acessíveis, mercadorias e serviços, assim como a proximidade e acesso ao mercado de trabalho. Nesse sentido, encontra-se uma relação direta entre o barateamento das condições de reprodução e a fixação da população na cidade.

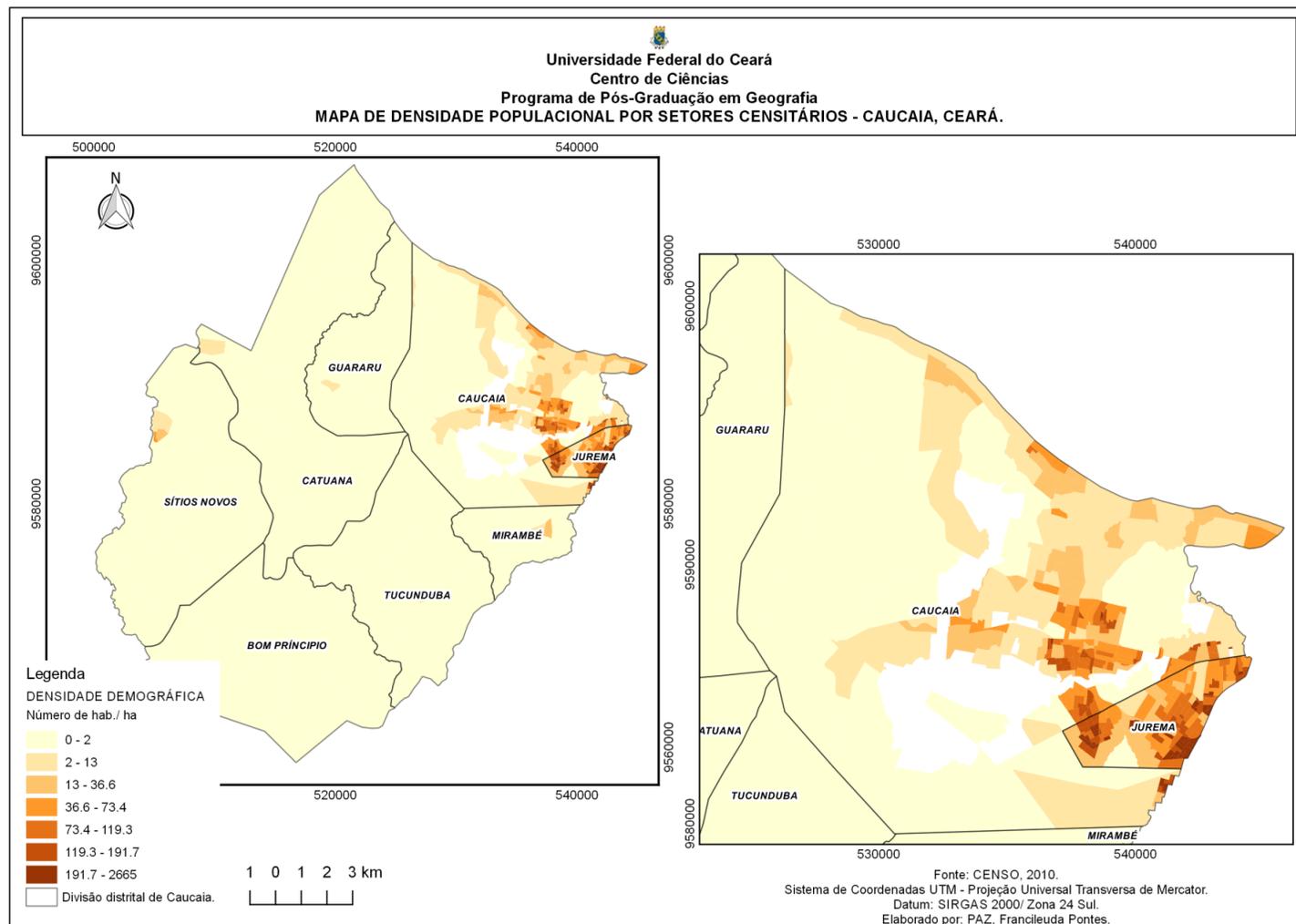
Conforme as condições de renda, os habitantes selecionam bairros, ruas, avenidas e lugares, avaliando as condições de infraestrutura, a centralidade, a acessibilidade e a circulação, em cada espaço da cidade. Locais próximos ou de fácil acesso a terminais rodoviários e metrô permitem alta mobilidade urbana nos deslocamentos residência-trabalho, residência-lazer e residência-escola/posto de saúde. Por outro lado, tais locais estratégicos são custosos e concorrem com espaços de circulação e distribuição de mercadorias e serviços. Assim, nem sempre a melhor localização da residência é compatível ao poder aquisitivo da maioria dos cidadãos e chefes de família, porque os fatores de localização que influenciam na produção e realização da mais-valia se reproduzem no habitar. (CARLEIAL e ARAÚJO, 2010. p. 27)

A pulverização de áreas adensadas é representada no mapa 7, demarcando a densidade de habitantes por hectare a partir dos setores censitários²⁰ do município. Verifica-se que na maior parte da porção territorial de Caucaia

²⁰ “O setor censitário é a menor unidade territorial, formada por área contínua, integralmente contida em área urbana ou rural, com dimensão adequada à operação de pesquisas e cujo conjunto esgota a totalidade do Território Nacional, o que permite assegurar a plena cobertura do País” (IBGE, 2010. p. 4)

predomina as classes de densidade demográfica de 0 a 2 e de 2 a 13 habitantes por hectare. Porém, a densidade demográfica das classes de 119,3 a 191,7 e 191,7 a 2665 se evidenciam na sede municipal e no distrito de Jurema, concentrando 90,56% da população total do município.

Mapa 7 – Densidade Demográfica de Caucaia por setores censitários.



Fonte: Censo, 2010. Elaborado pela autora.

No tocante à densidade demográfica por hectare nos bairros litorâneos do município, tem-se destaque para o bairro de Icaraí. Este apresenta o maior número de setores censitários (14 setores) dentre os bairros litorâneos de Caucaia e comporta o maior número de habitantes (10.974) em comparação aos demais bairros banhados pelo mar. Esses dados sobre Icaraí são demonstrativos da dinamicidade do bairro no que se refere à ocupação do solo litorâneo voltados para o veraneio, o lazer, o turismo e a moradia permanente.

Icaraí segue a lógica de apropriação do espaço litorâneo de Caucaia que se configura em intensidades e temporalidades diferenciadas (TELES, 2005), compondo um quadro diverso nas tipologias de uso no litoral e demonstrando as mudanças de funções das antigas formas espaciais, dado que o bairro foi pioneiro na instalação de segundas residências e na contemporaneidade passa a se consolidar como bairro de moradia permanente.

Nesse âmbito, denota-se na tabela 4 que Icaraí se destaca na quantidade de domicílios permanentes e nos domicílios particulares de uso ocasional (DUO) na década de 2010.

Tabela 4 – Domicílios permanentes e domicílios de uso ocasional nos bairros litorâneos de Caucaia – Ce, 2010.

Bairros litorâneos de Caucaia	Domicílios particulares permanentes	Domicílios particulares de uso ocasional
Cumbuco	641	435
Icaraí	3.271	2248
Iparana	1.586	210
Pacheco	507	249
Parque Leblon	1.359	178
Tabuba	1.211	459

Fonte: IBGE (CENSO, 2010).

Seguidamente, os bairros de Cumbuco e de Tabuba também se destacam na quantidade de DUO. Este fator se consubstancia pelo aumento dos investimentos em empreendimentos imobiliário-turísticos, que diversificam os padrões de turismo e da vilegiatura, assim como diversificam a forma de acesso a esses

empreendimentos, tendo como um dos exemplos a propriedade compartilhada (*time share*) (PEREIRA e SILVA, 2014).

No que se refere à quantidade de moradores por domicílio, Caucaia possui uma média de 3,62 moradores por domicílio (IBGE, 2010). Os bairros Nova Metrópole, Araturi, Marechal Rondon, Parque Potira se sobressaem com os domicílios que possuem somente 1 morador.

Em dados percentuais, representam 9,27; 8,83; 7,87; 7,55 do total de domicílios respectivamente. Os bairros Marechal Rondon e Parque Potira também se destacam com os domicílios de 10 moradores (tabela 5). Os bairros de Iparana e Pacheco, pertencentes à faixa litorânea, possuem média de moradores por domicílio acima da média municipal com 3,77 e 3,71 nessa ordem (IBGE, 2010).

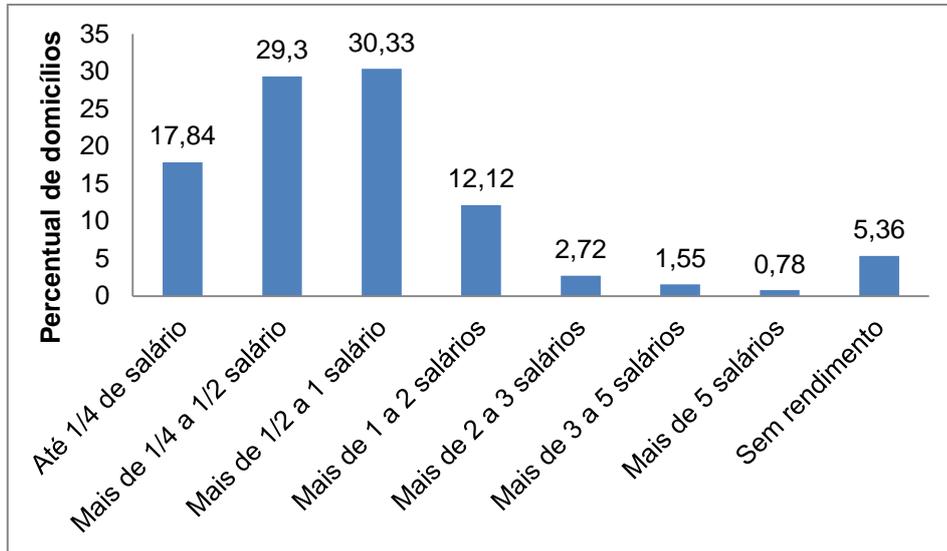
Tabela 5 – Bairros com menos e mais moradores por domicílios em Caucaia – CE, 2010.

Bairros	Total de domicílios	Domicílios com 1 morador
Nova Metrópole	6.845	613
Araturi	5.808	513
Marechal Rondon	5.233	412
Parque Potira	5.416	409
Icaraí	3.271	397
Parque Albano	3.550	313
Conjunto Metropolitano	3.556	306
Bairros	Total de domicílios	Domicílios com 10 moradores
Parque Potira	5.416	27
Marechal Rondon	5.233	25
Itambé	2.625	16
Araturi	5.808	15
Parque Guadalajara	3.049	14
Parque Soledade	3.020	13
Parque Albano	3.550	12
Tabapuã	2.643	11

Fonte: IBGE (Censo, 2010).

Em Caucaia, as faixas de 1/4 a 1/2 salário mínimo e de 1/2 a 1 salário mínimo são predominantes dentre as classes de rendimento nominal mensal domiciliar *per capita*, 29,3% e 30,33% respectivamente.

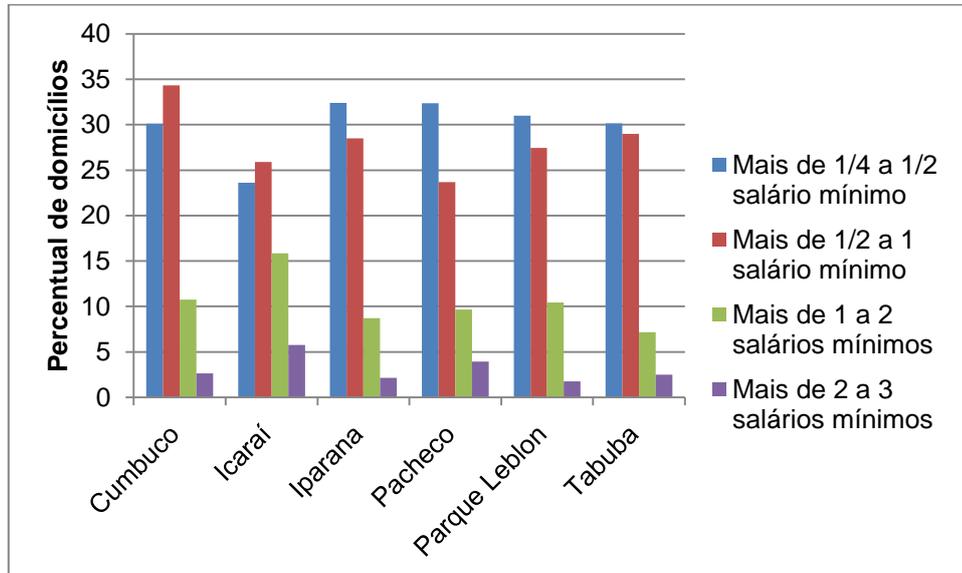
Gráfico 3 – Percentual dos domicílios particulares permanentes por classes de rendimento nominal mensal *per capita* em Caucaia, 2010.



Fonte: Censo, 2010. Elaborado pela autora (2020)

Os seis bairros banhados pelo mar de Caucaia seguem com quadro percentual análogo ao restante do município, com domicílios de rendimento nominal mensal *per capita* de 1/4 até 1 salário mínimo. Em Cumbuco e Icaraí, a maior parte da população possui a faixa salarial de 1/2 a 1 salário mínimo. Nos outros quatro bairros litorâneos, predomina-se a faixa salarial de 1/4 a 1/2 salário mínimo (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Percentual dos domicílios particulares permanentes por classes de rendimento nominal mensal *per capita* nos bairros litorâneos de Caucaia, 2010.



Fonte: Censo, 2010. Elaborado pela autora (2020).

3.3 Saneamento básico em Caucaia: o encerramento do paraíso turístico.

Apesar de Caucaia se configurar em um dos principais destinos turísticos da RMF²¹, o espaço litorâneo do município é uma amálgama de processos socioespaciais que se desvela na estigmatização de algumas praias.

A praia de Icaraí é emblemática para se pensar nesse sentido. Ao passo que essa praia foi precursora na conformação do veraneio em Caucaia, seguidamente foi uma área que se verticalizou e se tornou um dos principais destinos dos fortalezenses. Contudo, anteriormente a uma densidade demográfica, tem-se uma densidade construtiva associada à infraestrutura precária (Tabela 6).

²¹ Em 2016, Caucaia ocupou o segundo lugar dentre os destinos turísticos preferidos no Ceará, estando atrás da capital cearense que permaneceu em primeiro lugar (SETUR, 2016).

Tabela 6 – Percentual de domicílios permanentes com abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo e energia elétrica no litoral de Caucaia.

Bairros Litorâneos	Domicílios (%)
Cumbuco	31,2
Icaraí	49,98
Iparana	43,76
Pacheco	15,38
Parque Leblon	72,85
Tabuba	11,07

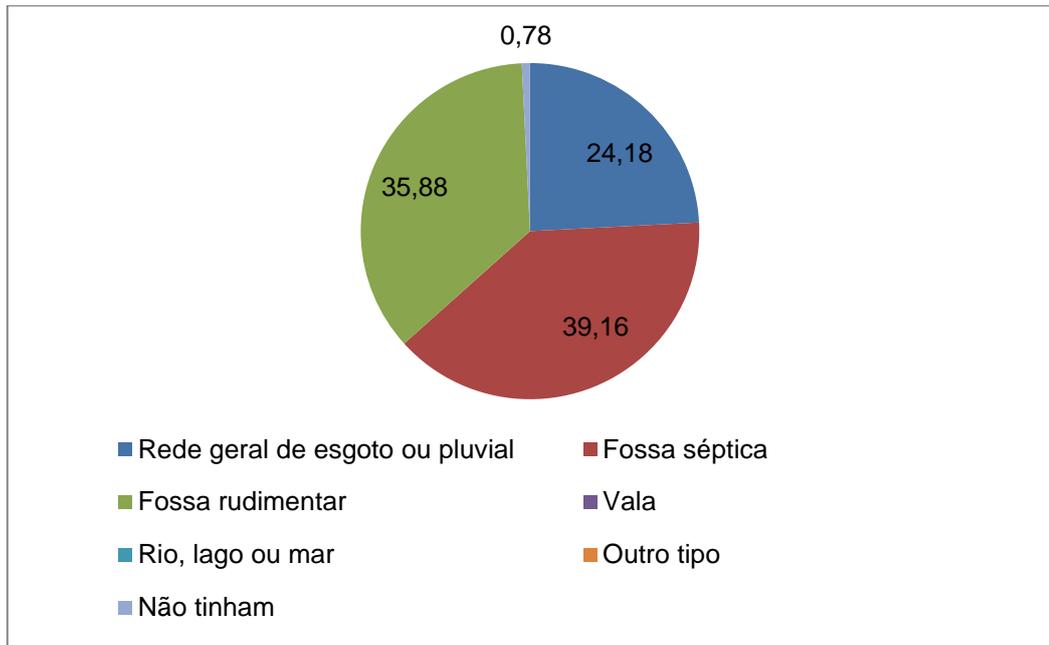
Fonte: IBGE (2010)

Várias características urbanísticas anunciam a fragilidade do paraíso tropical de Cumbuco e de Tabuba apesar de suas edificações majestosas. A pouca infraestrutura de saneamento básico traz danos ao ecossistema por meio do lançamento de efluentes sanitários sem a devida destinação, ocasionando a contaminação do lençol freático, que retorna para a população por meio da captação de água em poços artesianos.

Pela tipologia usada no Censo Demográfico 2010, a situação dos domicílios de Cumbuco e de Tabuba apresentava considerável diferença, embora o quadro geral seja precário nos dois bairros. Cumbuco tinha uma melhor situação relativa, com 24,18% de ligações à rede geral de esgoto para seus efluentes, ao passo que Tabuba apresentava apenas 3,63% de ligações à rede geral de esgoto. Contudo, a predominância de fossas rudimentares e fossas sépticas nos dois bairros mostram a precariedade do saneamento básico (Gráfico 5 e 6).

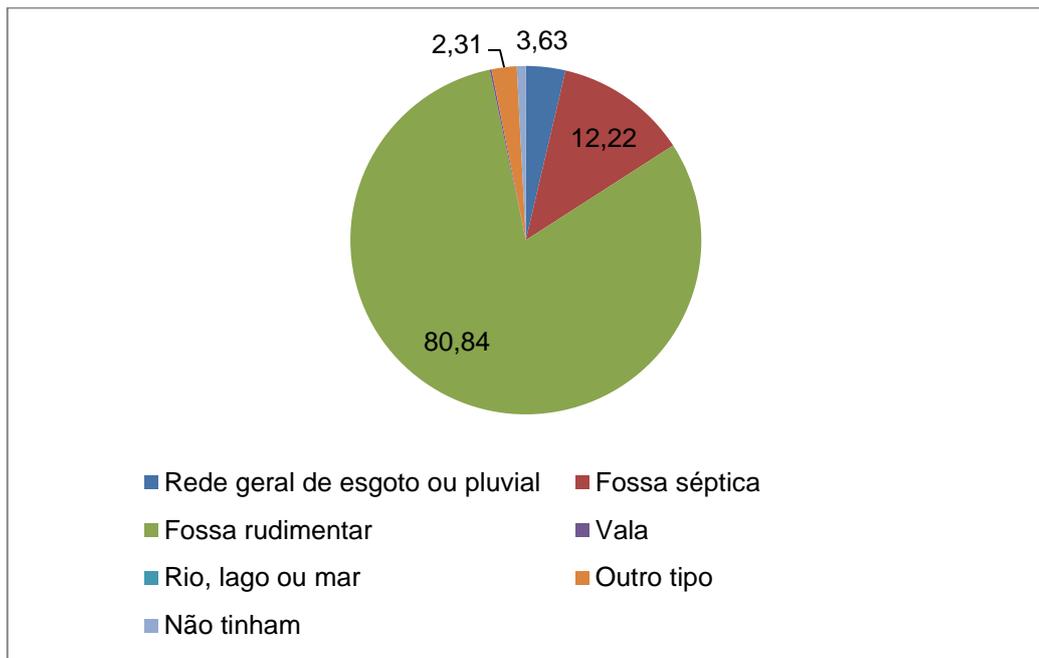
Em Cumbuco, 39,16% dos domicílios utilizavam fossas sépticas e 35,88% utilizavam fossas rudimentares. Em Tabuba, o quadro sanitário é mais acentuado: 80,84% dos domicílios utilizavam fossas rudimentares para lidar com seus efluentes. A consequência desse quadro é a poluição hídrica que compromete importantes ativos ambientais como as águas subterrâneas superficiais, sistemas lacustres, riachos e rios.

Gráfico 5 – Percentual dos domicílios por tipo de esgotamento sanitário no bairro Cumbuco, 2010.



Fonte: Censo, 2010. Elaborado pela autora (2020).

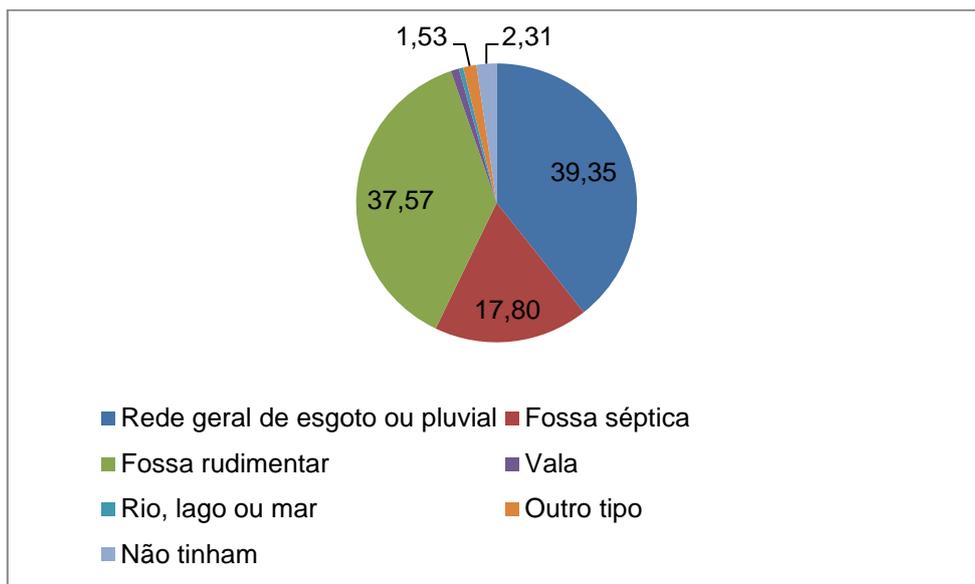
Gráfico 6 - Percentual dos domicílios por tipo de esgotamento sanitário no bairro Tabuba, 2010.



Fonte: Censo, 2010. Elaborado pela autora (2020).

Os dados para o conjunto do município de Caucaia são reveladores da condição dos bairros turísticos Cumbuco e Tabuba. O percentual 39,35% de domicílios ligados à rede geral de esgoto no município de Caucaia, embora insuficientes, denota que mais de 60% da população não possui saneamento, ainda demonstra estar bem acima dos percentuais apresentados por Cumbuco e Tabuba (Gráfico 7).

Gráfico 7 - Percentual dos domicílios por tipo de esgotamento sanitário no município de Caucaia, 2010.



Fonte: CENSO, 2010.

A partir dos dados apresentados acima, torna-se evidente a necessidade de uma política eficaz de ampliação da rede geral de esgoto, de modo a expandir o acesso à água tratada e de qualidade. Ainda é possível pontuar que o quadro econômico e sanitário dos residentes de Caucaia não resultou em proeminentes melhorias, apesar de Caucaia ser alvo de concentrados investimentos públicos e privados voltados para o turismo, o imobiliário e a indústria.

4. ESTRATÉGIAS E CONTRADIÇÕES NA MORADIA LITORÂNEA EM CAUCAIA.

O litoral é bastante reconhecido por seus atributos ambientais que possibilitam os investimentos e a prática do lazer e do turismo. Contudo, anteriormente a essas práticas, tem-se a prática do morar na praia, sendo representada pela reprodução da vida com o tempo de lazer pautado organicamente no tempo de trabalho dos residentes.

Portanto, a produção do espaço litorâneo esteve primeiramente imbricado entre o trabalho e a reprodução da vida dos primeiros moradores. Evidenciando, assim, que apesar do litoral ser lembrado como uma área de fluxos intensos e sazonais relacionados às práticas marítimas modernas, essa porção do território é bastante emblemática no que concerne à reprodução da vida daqueles que moram nela. Esse quadro socioespacial se mostra ainda mais diverso quando se põe em análise o contexto de metropolização com a dinamização e intensificação do número dos fixos e dos fluxos de pessoas.

Ao abordar a ocupação e o desenvolvimento produtivo do litoral cearense, Dantas (2011) destaca que essa porção do território se mostrou pouco significativa nos aspectos tecnológicos e naturais para o seu desenvolvimento, culminando em um território dependente da produção agropecuária e de diversos artigos produzidos no sertão.

No entanto, apesar da ocupação rarefeita, o litoral do Ceará esteve primeiramente ocupado por vilarejos pesqueiros, servindo de base territorial tanto para a moradia das classes menos abastadas, quanto para a realização da atividade pesqueira e das trocas comerciais através dos portos (DANTAS, 2010).

Cavalcante e Silva (2015) reforçam que o litoral cearense era *sinônimo de liberdade* para remanescentes indígenas e de migrantes oriundos de outras partes do estado cearense até a década de 1970. Esse quadro social adquire novos elementos socioespaciais na medida em que os territórios litorâneos serão apropriados com vistas às demandas de lazer e de turismo no terceiro quartel do século XX.

O litoral de Caucaia não foge à lógica de uma ocupação rarefeita citada acima. Segundo Pereira e Araújo (2011), a ocupação inicial do litoral de Caucaia se dava pela predominância de pescadores expulsos, tanto pela falta de áreas para

habitação na capital fortalezense, quanto pela vilegiatura que se instalou na capital fortalezense na década de 1920 a 1930.

A moradia litorânea em Caucaia é indicativa de processos migratórios de nível metropolitano e regional. Parte da população que passou a ocupar essa porção do território é oriunda dos municípios da RMF, de outras regiões, assim como de outras localidades litorâneas. Segundo Pequeno (2009),

como resultado do empobrecimento do campo e das estiagens recorrentes, os municípios da região metropolitana ainda tem recebido um contínuo fluxo migratório vindo da zona rural. Paralelamente, num processo intra-metropolitano, o surgimento de novas favelas e a expansão das antigas áreas de ocupação tem representado um efeito do crescimento da miséria e exclusão social na cidade, assolando os espaços livres restantes da cidade, onde a natureza é mais frágil e contraditória, acolhendo e desabrigoando seus ocupantes (PEQUENO, p. 94, 2009).

A formação da moradia no litoral de Caucaia denota descontinuidades, homogeneidades e fragmentos no tecido urbano, que se reifica em uma diferenciação residencial e social. O conjunto de fragmentos nesse tecido urbano é demonstrativo da divisão de classes na sociedade que possuem diferentes ganhos financeiros e que repercutem na dificuldade das populações de baixos rendimentos de acessarem o mercado imobiliário e as áreas com melhores infraestruturas.

A diferenciação residencial na morfologia urbana do litoral caucaense está atrelada às formas de moradia das classes de menor poder aquisitivo e à produção de segundas residências com diferentes situações fundiárias, localizadas em loteamentos precoces e pequenos. Soma-se a isto o incremento turístico resultante das ações estatais na instalação de infraestruturas na zona de praia de Caucaia por meio de política de turismo.

A chegada de novos moradores com vistas aos investimentos na vilegiatura marítima e no lazer trilha o caminho para geração de novas dinâmicas espaciais e sociais. Após a década de 1970, os veranistas passaram a construir segundas residências nas zonas de praia dos municípios cearenses. Isto se deu pela insatisfação dos frequentadores das praias fortalezenses que apresentavam características de poluição, assim como eram frequentadas por atores indesejáveis (DANTAS, 2011).

Essa procura por novos espaços litorâneos se consolidou com o veraneio que ocupou inicialmente as praias próximas de Fortaleza, à saber: Icaraí e Cumbuco, em Caucaia, e a praia do Iguape em Aquiraz no litoral leste do Ceará. A

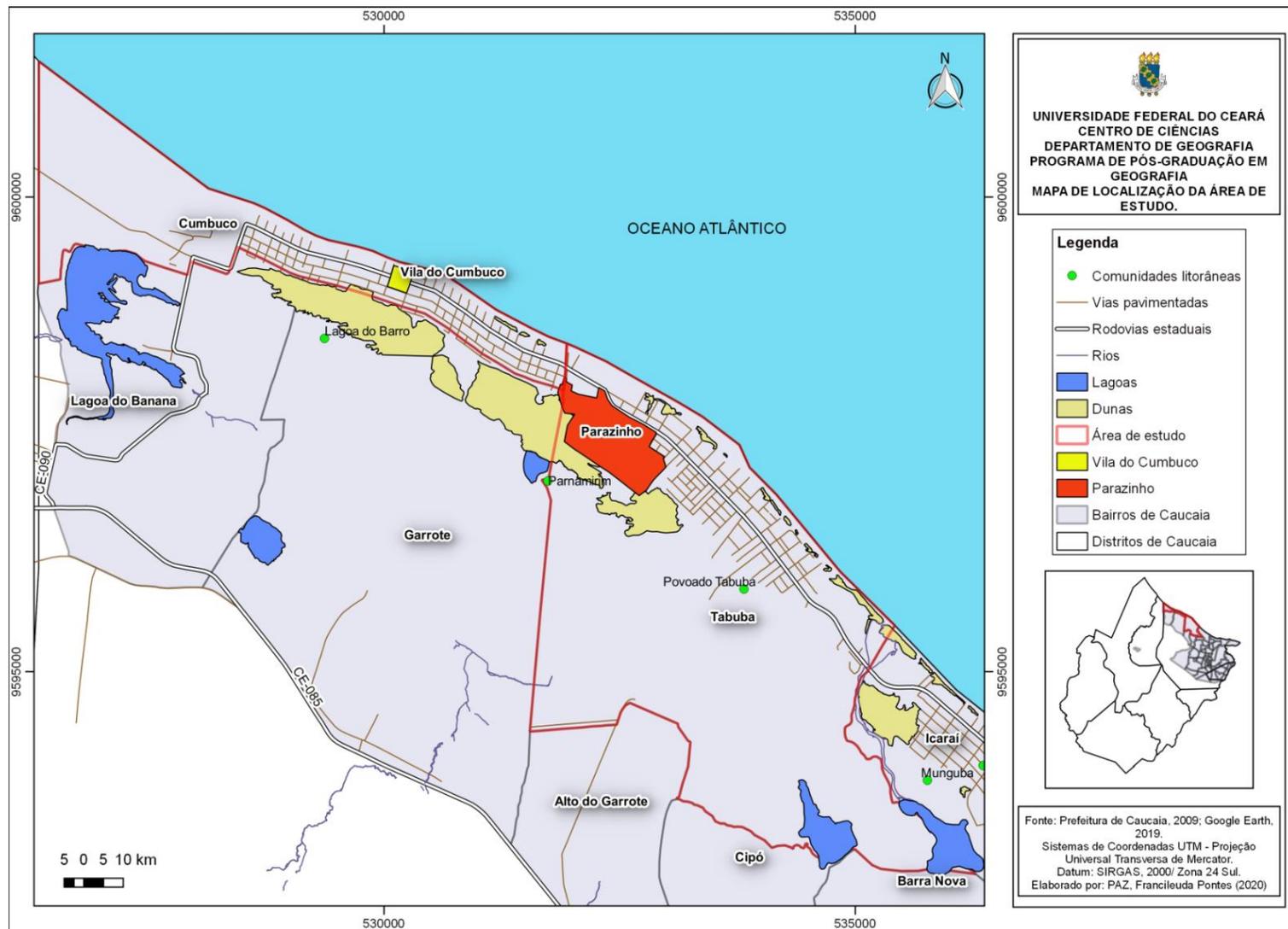
consolidação do veraneio nas localidades caucaieiras citadas, e conseqüentemente a valorização dessas áreas, foi reforçada pelo interesse e incorporação imobiliários.

A análise neste capítulo é direcionada às classes de baixos rendimentos que estão fixadas em comunidades litorâneas situadas nos bairros Cumbuco e Tabuba, com enfoque empírico na comunidade Parazinho²² localizada no bairro Tabuba (Mapa 8). Justifica-se a escolha dos bairros por ser uma área litorânea com alto interesse imobiliário e propaganda turística em Caucaia, o que dá subsídio para entender a relação dos moradores de baixa renda com as atividades e os empreendimentos voltados para o turismo e o lazer.

Este capítulo é composto por dois subtópicos. O subtópico intitulado “Moradia x consumo turístico do lugar” aborda a formação das áreas de moradia no litoral de Cumbuco e Tabuba. O subtópico “Trabalho e (In) Mobilidade da força de trabalho no litoral de Cumbuco e Tabuba” aborda as estratégias de sobrevivência dos moradores de baixa renda no litoral.

²² A comunidade Parazinho não possui limites geográficos delimitados pelos órgãos administrativos. No entanto, os trabalhos de campo viabilizaram a delimitação da comunidade, que se deu a partir da fala, das vivências e das ações dos moradores no território da Parazinho, possibilitando-nos delimitar uma área de abrangência da comunidade, que possui como referência geográfica o posto de gasolina do Cumbuco e a praça da Tabuba, localizados na CE-090, e as lagoas e dunas ao sul do bairro, que conformam o quadro físico-natural da comunidade.

Mapa 8 – Mapa de Localização da Área de Estudo.



Fonte: Prefeitura de Caucaia, 2009; Google Earth, 2019; COGERH, 2020. Elaborado pela autora (2020).

4.1 Moradia x consumo turístico do lugar.

Apesar das áreas de praia serem apropriadas e planejadas para as atividades turísticas, conformando áreas alvos de especulação imobiliária e de valorização, a ocupação delas não se estabelece somente pelos grupos de alto poder aquisitivo, pelo contrário, nos diversos contextos históricos da produção do espaço de algumas localidades litorâneas, tem-se remanescentes de temporalidades que remetem ao passado do litoral habitado por grupos de moradores que possuíam profunda relação com o mar e que demarcaram as áreas de praia como lócus da sua reprodução.

Com esse enfoque, torna-se evidente que a moradia na praia é um dos sustentáculos da produção do espaço litorâneo, sendo pertinente discuti-la, considerando as estratégias e as demandas dos moradores das comunidades que se estabeleceram no litoral de Caucaia.

Indicativas da diversidade do morar na praia, as comunidades litorâneas estão pulverizadas ao longo do litoral cearense e, em Caucaia, elas participam de um mosaico de áreas estruturadas para a moradia, o trabalho e o lazer. Sem surpresas, as comunidades litorâneas são emblemáticas no que se refere aos conflitos na moradia do litoral. Este abordado, anteriormente, como território de inúmeros investimentos voltados para o lazer, o turismo e a indústria, sendo uma porção territorial de intenso uso e de interesse para vários grupos sociais.

No município de Caucaia, as primeiras comunidades litorâneas seguem a lógica de formação pautada na sobrevivência a partir das atividades da pesca e da agricultura de subsistência. Na contemporaneidade, a composição e a consolidação das comunidades litorâneas estão dimensionadas pelo processo de metropolização, que permeia com características metropolitanas o espaço urbano das cidades circunvizinhas da metrópole, de modo a diversificar e aumentar os fluxos e os fixos, possibilitando o incremento de pessoas a partir de migrações intraurbanas e metropolitanas.

Somado a isto, as condições de reprodução da vida se complexificam na medida em que as áreas litorâneas são cooptadas pelos investidores imobiliários e turísticos, permitindo a valorização das zonas de praia e condicionando as classes de menores rendimentos a desenvolverem estratégias de sobrevivência que

reduzam, e que tornem satisfatórios, os custos de vida para permanecerem nessas áreas tensionadas para os investimentos turísticos. Nesse âmbito, o morar na praia está permeado de temporalidades pretéritas e atuais que denotam o movimento dialético de permanência, adaptação, transformação e readaptação frente às dinâmicas sociais e econômicas decorrentes do espaço metropolitano e que está relacionada às escalas locais, regionais, nacional e global da produção do espaço.

O morar na praia em Cumbuco e Tabuba segue como demonstrativo do processo simultâneo de apropriação, expropriação e reapropriação da moradia no tempo-espaço litorâneo de Caucaia. À exemplo disso, tem-se a moradia litorânea na Vila de Pescadores, no bairro Cumbuco, e na comunidade Parazinho, em Tabuba. Os contextos históricos e espaciais de criação de ambas as espacialidades se entrecruzam na medida em que novos produtos turísticos e imobiliários são criados em citados bairros, ocasionando modificações no preço do solo, nos modos de vida dos residentes, influenciando na mobilidade das populações residentes²³ e criando novas áreas de moradia no litoral.

4.1.1 A Vila do Cumbuco.

O histórico de criação da Vila de Pescadores marca o início da formação e expansão do bairro do Cumbuco. A Vila foi assentada no terreno de uma antiga fazenda abandonada, com escritura de 1848, e possuía o seguinte limite geográfico: ao norte, o oceano; ao sul, o Travessão de Nossa Senhora dos Prazeres; ao leste, as terras do Parnamirim e, ao oeste, as terras do Canto Verde (CONSTRUTORA CUMBUCO Ltda, 1997).

A ocupação do terreno, que compõe o bairro, se deu por meio da construção de casas de palhas erguidas por famílias de pescadores, que desenvolviam a pesca artesanal e que completavam a economia da localidade com

²³ Utiliza-se o termo residente nessa pesquisa com a mesma definição de morador para o IBGE. Segundo esse órgão, é considerada "moradora a pessoa que tinha o domicílio como local habitual de residência e que, na data de referência, estava presente ou ausente por período não superior a 12 meses em relação àquela data, por um dos seguintes motivos: Viagens: a passeio, a serviço, a negócio, de estudos etc.; Internação em estabelecimento de ensino ou hospedagem em outro domicílio, pensionato, república de estudantes, visando a facilitar a frequência à escola durante o ano letivo; Detenção sem sentença definitiva declarada; Internação temporária em hospital ou estabelecimento similar; ou embarque a serviço (militares, petroleiros etc.)" (IBGE, 2010. p. 18)

as atividades manuais de bordado e a renda de labirinto, as quais eram realizadas pelas mulheres (PINHO, 1981).

O relato de um antigo morador da Vila do Cumbuco indica a morfologia da localidade e o dia-a-dia dos moradores anteriormente à construção da Vila:

Os primeiros moradores de Cumbuco moravam distantes uns dos outros. Alguns trabalhavam até na agricultura, porque tinham as suas vazantes e um terreno que dava pra plantar. Eles moravam próximos das lagoas e ali muitas pessoas plantavam o seu feijão, a macaxeira, o milho. Depois a construtora veio e fez a Vila de Pescadores e ficamos resumidos nela (Entrevista direta, ex-morador do Cumbuco, 2020).

A maior parte da produção do pescado era vendida para comerciantes de Caucaia e o restante era comercializado na vizinhança e consumido pelos familiares dos pescadores. Segundo Pinho (1981), esse quadro econômico e social começa a se transformar na década de 1950 com a inserção da pesca da lagosta. A venda desse tipo de pescado incrementou a renda do pescador, de modo a possibilitar a construção de algumas casas de tijolos e o acesso a bens de consumo e de lazer.

Porém, as transformações foram pontuais. A localidade permaneceu composta por limitada infraestrutura habitacional com a maioria das casas construída com palha e sem banheiro. Acrescenta-se ainda a inexistência de atendimento médico na comunidade, sendo necessário se deslocar para a sede municipal com o deslocamento, geralmente, realizado sem transporte, pois o ambiente físico composto por dunas e lagoas impossibilitava o fluxo de carros.

A partir do final da década de 1970, a comunidade passou por uma reestruturação sob o comando do engenheiro e promotor imobiliário João Bosco Aguiar Dias, que inaugurou a Vila de Pescadores em janeiro de 1978 e reagrupou os pescadores em casas conjugadas, anteriormente distribuídos pelo terreno. Essa reestruturação ocasionou o aterramento de lagos, retirada de sítios e de coqueiros, cedendo lugar para o loteamento da localidade (PINHO, 1981).

A área adquirida pela construtora compreendia 182,52 ha. Desse total, cerca de 100 ha já eram ocupados por 120 famílias de pescadores. No entanto, 40 famílias abandonaram o local no período em que se deu início ao loteamento, restando 80 famílias que foram realocadas para casas conjugadas na Vila de Pescadores, ocupando a metade do terreno (50.616 m²) o qual dispunham anteriormente (PINHO, 1981).

Quem ganhou uma casa na época, a casa era 6x6, era uma casinha pequena,[...], 36m². Aí você tinha mais um restante de quintal que o terreno todo era 180m², que era 6x30. Era grande pra época...

O terreno foi usado para fazer as casas e para fazer a maternidade, porque nessa época existia muita mortalidade infantil. Aí a Construtora Cumbuco junto com a Colônia de Pescadores conseguiu a parceria com o Governo do Estado, da época, e o governo municipal, da época, e lá, à pedido dos próprios moradores, foi construído essa maternidade que atendia as famílias de pescadores. (Entrevista direta, ex-morador do Cumbuco, 2020).

A construção da Vila, em 1978, fixou os pescadores na localidade por meio de escritura de compra e venda da casa. Mas, também racionalizou a utilização do solo e possibilitou a geração de maior renda da terra para os investidores do loteamento. Visto que o preço do lote aumentou extraordinariamente em poucos anos após a construção da Vila de Pescadores e após o aumento da promoção midiática voltada para o lazer e o turismo na localidade. (PINHO, 1981).

Com a compra do terreno, a realização do loteamento e a construção das casas realizados pela construtora Cumbuco Empreendimentos Turísticos LTDA, desenvolve-se uma nova configuração territorial, que é resultado da estratégia comercial do promotor imobiliário com o intuito de estimular a instalação de veranistas na localidade, atraídos pelo cenário bucólico da Vila.

Conseqüentemente, tem-se o aumento dos fluxos de turistas e a maior inserção de infraestruturas da localidade praiana, resultando na contemporaneidade em uma Vila composta por pequenas casas - muitas resultantes do fracionamento do terreno para construção das casas de familiares dos primeiros moradores –, pousadas, bares e lojas com propagandas e faixadas elaboradas para o público estrangeiro.

Nesse momento do pensamento, é essencial lembrar a abordagem de Santos (2014) sobre a importância dos fixos e dos fluxos no território. De acordo com o autor,

Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam (SANTOS, 2014. p. 61 - 62).

Sabe-se que o real se constitui a partir da simultaneidade de tempos. Desse modo, as transformações em uma dada espacialidade criam novas tendências em outras espacialidades.

A questão da moradia é muito pertinente para os antigos moradores da Vila e seus respectivos familiares. Na medida em que o número de familiares aumenta, os custos com a moradia também aumentam, pressionando os moradores a desenvolverem estratégias de barateamento dos custos de vida.

As famílias foram crescendo. Aí aquela família que conseguiu ficar com sua casa e o quintal, o filho já fez a casa no quintal. Alguns conseguiram fazer um 'duplexzinho' e outro que tinha a família muito grande, não dava pra fazer mesmo, aí foi esses que venderam (Entrevista direta, ex-morador do Cumbuco, 2020)

A impossibilidade de acessar o mercado formal de terras em áreas turísticas com seus altos preços²⁴ e o inflacionamento dos produtos que são dimensionados a partir de moeda estrangeira de maior valor que a moeda nacional, cria-se a tendência de saída dos moradores da Vila de Pescadores do Cumbuco, impelidos pela lógica de valorização econômica e cultural de dimensão internacional.

A consolidação da migração desses moradores se dá por meio da valorização do solo, do aumento nos custos de vida e do crescimento do núcleo familiar, sem, no entanto, ser acompanhado pelo aumento dos salários.

A migração dos moradores de Cumbuco, para a nova moradia, é possibilitada também pela geração de uma renda inicial com a venda ou aluguel da casa. O preço da terra na Vila é bastante elevado, pois se trata de uma área central no bairro. Em pesquisa direta realizada por Cavalcante (2012), constatou-se a venda de um lote na Vila (180 m²), com a casa de 36 m², no valor de 350 mil.

A partir desse valor, o morador passa a criar estratégia de obter benefícios com a venda da casa como relata um ex-morador do Cumbuco: “o preço de uma casa na Vila é bom e dá para conseguir comprar outra casa mais barata noutro lugar. E ainda dar pra fazer um comércio para quem sabe se haver” (Entrevista direta, ex-morador de Cumbuco, 2020).

A saída dos moradores das antigas áreas de moradia no litoral coloca em pauta a ocupação de novas áreas que, em se tratando de áreas litorâneas, na maior parte das vezes são áreas com proibições ou restrições ao uso e ocupação, tal como lagoas e dunas.

²⁴ Em Cumbuco, os imóveis são vendidos entre 300 mil reais a mais de 1 milhão de reais. Ver: <https://www.imovelweb.com.br/imoveis-venda-cumbuco.html>

Nesse âmbito, novos conflitos socioambientais são gerados. O morador das áreas seguidamente apropriadas conviverá com os transtornos ambientais – alagamentos ocasionados pelo regime de chuvas e soterramento da casa pela duna, por exemplo – assim como a iminência de remoção, tensionados pelo poder público em garantir as leis ambientais.

Isto se corrobora empiricamente nas comunidades que margeiam as dunas de Caucaia - Munguba, em Icaraí; Lagoa do Barro, em Garrote, e Parazinho, em Tabuba, por exemplo. Na medida em que as áreas anteriores de moradia vão se valorizando e/ou as oportunidades de trabalho vão se tornando escassas para a classe de menores rendimentos, a venda da casa passa a ser uma prática interessante para se conseguir reduzir os custos de vida e novos contextos socioespaciais vão se desenvolvendo em novas áreas de moradia.

Desse modo, julga-se pertinente compreender as transformações e as permanências no âmbito do morar na praia para essas classes no recorte espacial dessa pesquisa. Nesse sentido, elencou-se a comunidade Parazinho, em Tabuba, como elemento do empírico, que auxilia na análise do real, de modo a entender as especificidades locais e de contextos sociais e espaciais que estão em constantes processos globais de homogeneização, ocasionados principalmente pela atividade turística, mas que, no entanto, se reproduzem demarcando as diferenças do lugar.

4.1.2 Parazinho: reprodução do morar na praia.

A comunidade do Parazinho está localizada no bairro de Tabuba, limitado a oeste pelo bairro Cumbuco. Suas características físicas, com entorno de campo de dunas e lagoas interdunares, estabelecem fortes pressões sobre o seu crescimento diante das restrições de uso por parte da legislação de proteção ambiental. Além disso, esse pequeno território, lugar de moradia de populações de baixa renda, está encravado em um espaço litorâneo dinamizado pela rápida expansão dos negócios turísticos e a especulação imobiliária em Tabuba e Cumbuco.

O Parazinho foi muita área invadida, né?! As pessoas começaram a construir as casas. Porque ainda tinha moradores (no Cumbuco) antes da especulação imobiliária. Aí uns depois foram vendendo para outras pessoas... Teve algumas invasões e muitos pescadores saíram da Vila e vieram morar no Parazinho”.

“Muitos fizeram isso. É porque, em relação à questão imobiliária, uma casa no Cumbuco é muito cara, sabe?! E muitas pessoas venderam lá e compraram uma casa aqui no Parazinho com um preço menor e construíram a casa no Parazinho. É tanto que nós temos um porto na Vila e tem outro porto de jangada aqui no Parazinho, na praia da Tabuba (Entrevista direta, pescador e morador da Parazinho em Tabuba, 2020).

Figura 10 - Comunidade Parazinho sobre as dunas no bairro Tabuba, Caucaia – CE.



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

A comunidade Parazinho é oriunda dos processos migratórios de antigos moradores da Vila do Cumbuco e é reduto de moradores migrantes da RMF. Com a ocupação dos últimos lotes vazios da Vila e com o crescimento das famílias, os moradores começaram a migrar na década de 1990 (CAVALCANTE, 2012). Segundo depoimento de um morador da Parazinho, anteriormente a chegada em massa dos moradores de outras localidades, essa comunidade possuía poucas famílias:

O Parazinho sempre existiu. Mas, era uma comunidade muito pequena. Talvez, na década de 70, existisse somente 5 famílias. Aí com a expansão imobiliária dentro da Vila, aí os pescadores começaram a vender as suas casas dentro da Vila e começaram a vir pro Parazinho. Isso na década de 80. Aí começaram a vir pro Parazinho. O foco grande foi já no final da década de 90. Teve um fluxo grande de pessoas comprando muitos imóveis. As pessoas vendendo lá e comprando no Parazinho, que era baratinho aqui o terreno (Entrevista direta, morador da Parazinho em Tabuba, 2020)

No sentido norte-sul, a entrada na comunidade Parazinho²⁵ se dá por várias ruas que são perpendiculares à CE-090 e não possuem asfaltamento. As principais referências locacionais da comunidade são: o Posto de Gasolina do Cumbuco, a praça da Tabuba, a escola de ensino básico e as dunas da Tabuba, nas quais a comunidade se expande tanto para o sul, quanto para o leste dessas dunas .

As ruas principais da comunidade possuem irregularidades no terreno que as tornam tortuosas e perpendicular a várias vielas estreitas que terminam na duna ou em casas com quintais cercados por arames e troncos de árvores. Ao leste, a vista partindo da comunidade é sempre as dunas do bairro. Caminhando para o oeste, e já nas terminações da comunidade, as casas de tipologias unifamiliares e pequenas se misturam com casas grandes e de muros altos contendo piscinas e/ou constituintes de espaços residenciais fechados.

Figura 11 - Rua com maior número de comércios no sentido leste da duna na Parazinho, Tabuba, Caucaia – CE.



Fonte: Elaborado pela autora.

²⁵ A Parazinho não é delimitada oficialmente pelos órgãos públicos. Contudo, para efeito de estudos, a delimitação da comunidade foi viabilizada a partir das experiências dos moradores dentro da comunidade. Desse modo, demarcou-se uma área de abrangência da comunidade na qual os moradores indicam como pertencente ao território da Parazinho.

A organização coletiva da comunidade se realiza na Associação de Moradores do Parazinho que possui as funções de organizar os terrenos para a construção das casas; entregar material de construção; entregar correspondências dos moradores; realizar campanhas de vacinação; quantificar a população residente na comunidade; realizar intercâmbio entre os moradores e os órgãos públicos. Essas funções são financiadas pelas mensalidades pagas pelos moradores da comunidade. A associação ainda atende outras comunidades próximas – Povoado Parnamirim, Sovaco da Cobra e Lagoa do Barro.

Figura 12 - Associação do Parazinho, Tabuba, Caucaia.

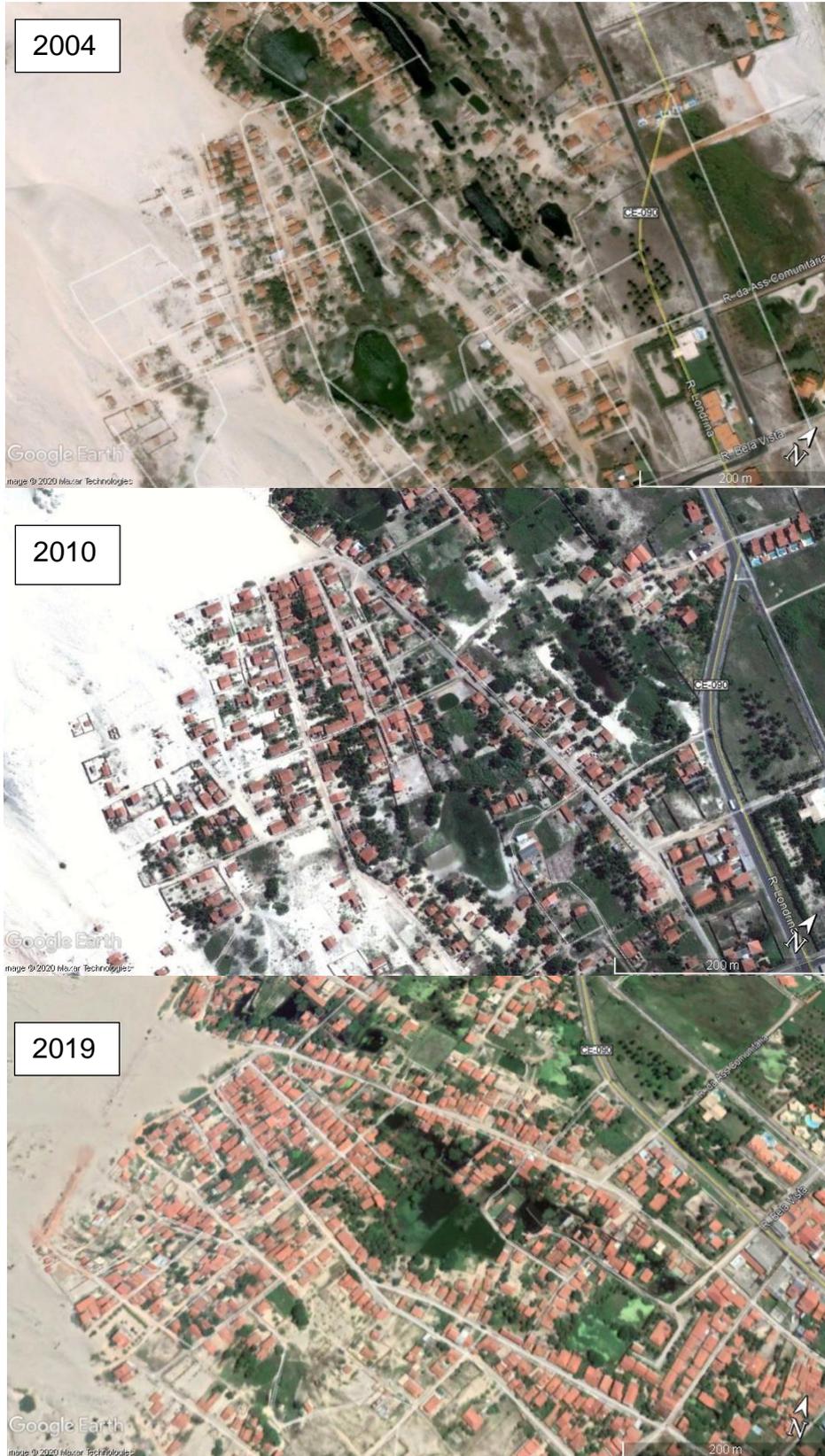


Fonte: Elaborado pela autora.

A Parazinho impressiona pela agilidade com que se expande ao longo da duna e pelo fluxo migratório intenso de moradores em curto período de tempo. Na série histórica da imagem de satélite, percebe-se o rápido crescimento da comunidade sobre a duna em 15 anos (Figura 13). Vale ressaltar que, apesar de boa parte dos moradores serem familiares de antigos moradores da Vila do Cumbuco, a comunidade também possui moradores recém-chegados de outros municípios da RMF. Estes são atraídos principalmente pelos empregos gerados pelo setor

industrial (CIPP) e possibilidades de emprego no setor de serviços vinculados à cadeia turística.

Figura 13 - Expansão da Comunidade Parazinho sobre as dunas do bairro Tabuba na série histórica dos anos 2004, 2010 e 2019.



Fonte: Google Earth, 2020.

A rápida expansão da comunidade Parazinho, e comunidades próximas, tem relação com o citado processo de valorização do Cumbuco e com o mercado irregular de terras, que demarca os lotes de dunas e comercializa rapidamente os terrenos. Ao se apossar do terreno, o morador constrói a moradia para garantir a posse. Tem-se a estratégia de construir e urbanizar para dificultar a retirada das casas e garantir a posse por uso capião (Figuras 14 e 15):

A gente tem de iluminar as ruas e asfaltar para poder não derrubar. Vai urbanizando para não mexer nas casas. Porque é tipo apossado, sabe?!(Entrevista direta; moradora do Parazinho, 2020).

Ademais, a expansão da Parazinho também tem relação com a pouca eficiência da política urbana e habitacional em universalizar o acesso ao mercado formal de terras para a classe de baixa renda. Nesse sentido, Freitas (2014) adverte que a questão ambiental está diretamente vinculada às políticas públicas de habitação e que tanto a questão ambiental, quanto a questão habitacional possuem igual grau de importância na política urbana.

Figura 14 - Lote de duna à venda em Parazinho – Tabuba, Caucaia.



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Figura 15 - Rua com calçamento e energia elétrica em Parazinho, Tabuba.



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Em novembro de 2019, a comunidade passou pelo processo de remoção de casas que estavam instaladas sobre as dunas da Tabuba. Segundo depoimento de uma moradora, a ação judicial de retirada das casas já existia há mais de uma década:

A gente tá lutando mesmo por conta que veio uma liminar de 15 anos atrás, pelo Estado, pra derrubar as casas.

Aí, agora, já teve várias audiências no Foro. Grande! Porque foram derrubadas mais de 12 casas. Casas feitas. Com pessoas dentro, né?! E, assim, é um dinheiro jogado no lixo pra quem não tem. Porque aqui até os pescador de muito tempo que morava aqui, a casa foi derrubada. (Entrevista direta, moradora da Parazinho em Tabuba, 2020)

O relato da moradora diz respeito à ação civil gerada no ano de 2009 pelo Ministério Público Federal. Segundo o assessor técnico da prefeitura de Caucaia (2013), a ação visava demolir casas que não estavam habitadas, assim como tinha por objetivo regularizar as casas que já estavam instaladas há mais de trinta anos, para, em seguida, impedir a construção de novas habitações sobre as dunas (Figura 16).

Figura 16 - Demolição de casa em Parazinho, Tabuba.



Fonte: Jornal Jangada Online (2019).

O resultado final da ação civil foi a remoção das habitações e o cadastramento das famílias para fins de regularização fundiária das habitações localizadas nas ruas com maior número de infraestrutura na comunidade.

A paisagem litorânea do recorte espacial manifesta um modelo de desenvolvimento desigual. Isto é visível tanto do ponto de vista social, com habitações modestas próximas às mansões de veraneio, quanto do ponto de vista ambiental, com ocupação irregular de praia, dunas e lagoas. Trata-se de um cenário demonstrativo dos diferentes usos do paraíso turístico – Cumbuco e Tabuba, que para alguns é local de férias, para outros é a terra ocupada ou adquirida para fins de moradia e de trabalho. Este cenário remete ao conceito de conflito ambiental de Henri Acselrad (2004):

Os conflitos ambientais são, portanto, aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem, ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos (ACSELRAD, 2004. p. 21).

Os conflitos ambientais não devem ser observados apenas nos espaços de apropriação material, com a luta direta no espaço de distribuição do poder sobre a base material, mas também no espaço de apropriação simbólico, ou das representações culturais.

Em muitas áreas de proteção passa a prevalecer a ideia de que as habitações dos mais pobres são menos sustentáveis, ou seja, que gerariam um maior nível de perturbação ao ecossistema por não contar com a infraestrutura e a tecnologia dos outros imóveis - como por exemplo, por terem um sistema de saneamento mais precário. Ao passo que o turismo e o veraneio seriam menos prejudicial ao meio ambiente, contando ainda com um forte apoio social em razão de seus reflexos econômicos.

Esse aspecto ideológico cria um falso ambientalismo que se torna uma forma cultural de higienismo social: “O turista não veio aqui para ver favela. Ele veio para ver dunas. Ele quer ver natureza” (Assessor técnico da prefeitura de Caucaia em reunião dos representantes públicos e lideranças sobre a ação civil de remoção nas dunas da Tabuba, 2013).

E, nesse sentido, as classes de menores rendimentos são responsabilizadas pela degradação das áreas ambientalmente frágeis e pelo insucesso econômico do turismo, que se utiliza da imagem da natureza intocada para atrair os turistas.

O Estado e os municípios entendem a indústria do turismo como um vetor de crescimento econômico e de atração de novos investimentos privados, assumindo o papel de coordenador e de facilitador das atividades da iniciativa privada, atraindo recursos para o município por meio da urbanização pautada no turismo litorâneo.

Deste modo, a governança direciona seus esforços no sentido de atrair recursos financeiros comercializando uma imagem das praias de Caucaia como lugares paradisíacos para se visitar, se divertir e consumir. Contudo, este modelo desenvolvimentista acaba por não somente funcionar como veículo concentrador de renda, pois se trata de uma área que concentra luxuosos condomínios e resorts, mas também tendem a agravar problemas sociais no que se refere a acesso à moradia.

Em Cumbuco e Tabuba, as casas de veraneio não sofrem em igual proporção a pressão que sofrem as habitações populares do Parazinho, o que evidencia o conflito no plano simbólico. Tem-se como exemplo, a operação de remoção citada acima, que segundo o relato de moradores entrevistados, teriam atingido em apenas as habitações mais pobres.

É preciso ir além e enxergar que a origem do conflito não está nas ocupações em si. Mas, sim, em problemas sociais típicos da sociedade capitalista. Para Santos (2007), o espaço costuma ser utilizado como veículo do capital e instrumento da desigualdade social. Portanto, o capital do negócio turístico não atenua as desigualdades sociais, pelo contrário, segue a tendência de acentuá-las.

Se é verdade que o espaço reflete a sociedade em que vivemos, então a exclusão territorial da população de baixa renda nada mais é do que um reflexo da exclusão social, que funciona como barreira ao acesso à moradia. À margem das políticas públicas, a população de baixos salários tem buscado concretizar o direito/necessidade de moradia por meio dos assentamentos, que muitas vezes, se localizam em áreas ambientalmente protegidas pela legislação.

Portanto, em se tratando do mercado imobiliário e das relações capitalistas na comercialização de terras, o que é passível de riso, também é passível de prantos. Isto se reflete nos discursos entorno da proteção do meio ambiente que se consubstancia em dois pesos e duas medidas.

Ao passo que as populações de baixos rendimentos se fixam em áreas ambientalmente frágeis e sofrem pressão judicial por estarem transgredindo as leis de proteção ao meio ambiente, os empreendimentos de tipologia condominial, por exemplo, também se instalam em áreas de dunas e nas faixas de praia sem, contudo, passarem pelas mesmas pressões em igual proporção²⁶. Contrariamente, as áreas ambientalmente frágeis são utilizadas pelo *marketing* imobiliário para promover, valorizar e valorar os empreendimentos.

Em se tratando da moradia das classes de baixos salários instaladas em áreas ambientalmente frágeis, o discurso ambiental prevalece dando ênfase à degradação, o que é pouco levado em consideração quando o foco são as moradias de alto padrão. Portanto, é inegável que a ocupação nas áreas citadas ocasiona

²⁶ Ver: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2015/03/duna-avanca-derruba-muro-e-invade-condominio-em-caucaia-no-ceara.html>

diversos impactos ambientais que podem ser pontuados desde o soterramento e poluição de lagoas aos problemas de reposição de sedimentos. Porém, a questão ambiental é trabalhada e discutida de formas diferentes na medida em que os padrões de moradia também são diferentes.

4.2 Trabalho e (In) Mobilidade da força de trabalho no litoral de Cumbuco e Tabuba.

Em turismo, a hospedagem implica impactos mais aparentes. Isto se dá, principalmente, nas novas tipologias do imobiliário-turístico. Isto porque a construção dessas tipologias se efetiva a partir da apropriação de grandes lotes, de modo a produzir novas territorialidades à custa de novas desterritorializações.

A construção dos empreendimentos turísticos ocasiona uma série de efeitos socioespaciais na morfologia urbana do litoral. Dentre esses efeitos, Pereira (2014, p. 97) pontua os seguintes: 1 - a elevação do número de venda de lotes em parcelamentos urbanos anteriormente constituídos; 2 – a construção de novos parcelamentos urbanos; 3 – a construção de empreendimentos de menor porte (condomínios e *flats*) e, 4 – o aumento de segundas residências em padrão unifamiliar. Nesse âmbito, os moradores mais antigos têm o modo de vida impactado pelas atividades turísticas e pelos efeitos de valorização do solo urbano.

A instalação dos empreendimentos imobiliário-turísticos no litoral de Cumbuco e Tabuba inseriu novos padrões de consumo, dinamizou o mercado de terras desses bairros, especialmente na faixa de praia, e expandiu o tecido urbano. Consequentemente, criou-se um movimento simultâneo de atração e de repulsão de pessoas.

No movimento atrativo, essas localidades praianas incorporaram variados estratos de renda, dado que as áreas com intensos investimentos atraem pessoas com diversos objetivos que se destacam desde a busca por novos negócios à procura por moradia e emprego. Estes últimos são os principais objetivos dos estratos sociais de baixos salários, que se instalam predominantemente em terrenos próximos às áreas alvos de investimentos.

A moradia e a força de trabalho das classes de menores rendimentos são importantes e inerentes ao processo de produção e reprodução das relações capitalistas. Segundo Araújo (2010),

as categorias trabalho e habitação selecionam-se como centrais no trato de espaço e população, por serem o que há de mais concreto sobre a realidade, em termos da acumulação capitalista e de reprodução da força de trabalho.

O trabalho é o elemento comum e definidor da relação espaço, capital e população. Também define o espaço produtivo e reprodutivo: aquele utilizado na produção e realização capitalista (do comércio e serviços), bem como ocupado para a reprodução de trabalhadores. Define inclusive o tipo de residência. (ARAÚJO, 2010. p. 23)

Nesse sentido, os trabalhadores de menores rendimentos são complementares na cadeia produtiva do turismo, de modo a constituírem a mão-de-obra formal e, na maioria das vezes, informal que atua no setor de serviços.

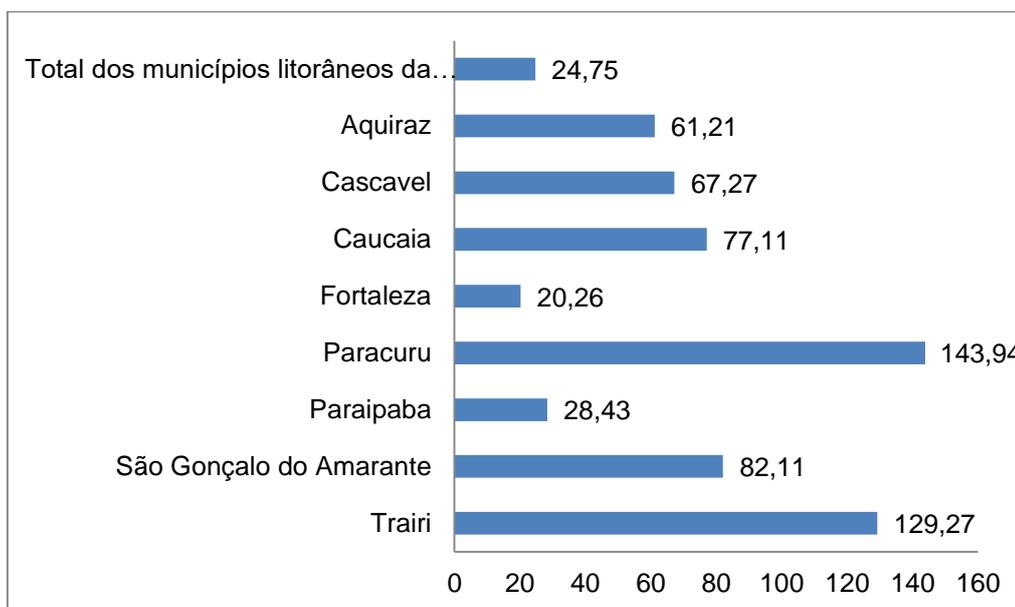
No que se refere ao movimento repulsivo de pessoas, pontua-se a valorização do solo urbano e os baixos salários como um dos principais fatores. Ao passo que a localidade se torna atrativa para o público de alta renda e de diversas nacionalidades, torna-se também quimera para as classes de menores rendimentos que possuem objetivo de moradia e que não conseguem acessar o mercado de terras. A comercialização dos imóveis e lotes da área de estudo se desenvolve com valores exorbitantes que se assemelham ou ultrapassa os valores dos imóveis comercializados em áreas nobres da metrópole fortalezense.

No entanto, as classes de baixos salários desenvolvem estratégias para permanecerem próximas dessas áreas valorizadas, levando-se em consideração a dinamicidade produtiva, que serve de mote para permanência dessas classes que almejam empregabilidade. Indagados sobre quais os motivos que são responsáveis pela permanência dos moradores nessas áreas turísticas, as respostas são predominantes entorno das oportunidades de emprego:

Aqui é bom pela oportunidade de emprego, né?! Uma renda. Renda fixa. Uma parte trabalha fora e outra parte trabalha dentro. Até eu sou camareira. Essa é uma oportunidade muito grande porque o desemprego é muito alto (Entrevista direta; moradora da Parazinho em Tabuba, 2020).

De fato, o turismo gera muitos postos de trabalho. Isto pode ser corroborado no gráfico abaixo que demonstra o crescimento dos empregos nas ACT's no período de 2010 a 2018 para os municípios litorâneos da RMF (Gráfico 8).

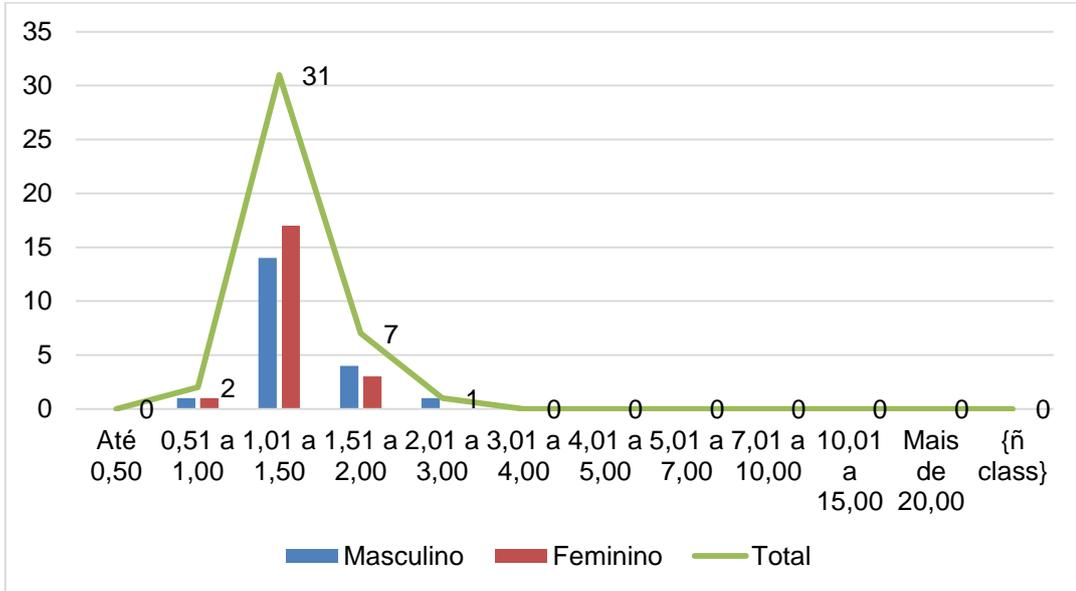
Gráfico 8 – Percentual de crescimento dos empregos no total das ACT's nos municípios litorâneos da RMF: 2010-2018.



Fonte: RAIS/CAGED (2010/2018).

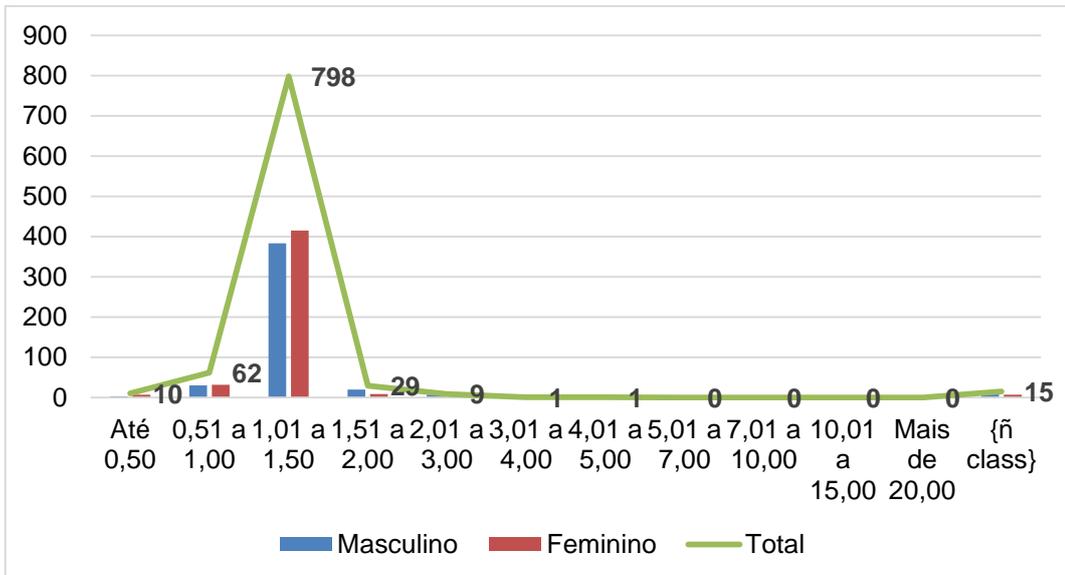
No entanto, a maior geração de emprego não significa absorver a mão-de-obra local, dado que alguns postos de trabalho em turismo requerem qualificação profissional e acabam por serem assumidos por mão-de-obra externa. Ademais, os salários nas ACT's com maior número de ocupação – alojamento e alimentação - predominam entre 1 a 1,5 salário mínimo (Gráfico 9 e 10). Desse modo, a atividade turística gera emprego, mas não gera altas remunerações para a maior parte dos empregados.

Gráfico 9 - Faixa de remuneração média salarial - ACT "Outros tipos de alojamento", Caucaia, 2018.



Fonte: RAIS/CAGED (2018).

Gráfico 10 - Faixa de remuneração média salarial - ACT "Restaurantes e outros (alimentação e bebidas)", Caucaia, 2018.



Fonte: RAIS/CAGED (2018)

Com a não inserção no mercado de trabalho formal, os trabalhadores adaptam-se às atividades vinculadas ao lazer como meio de sobrevivência e inicia

um processo de deslocamento para áreas circunvizinhas, em grande parte as áreas de proteção ambiental, tendo o objetivo de reduzir os custos de vida, assim como de permanecer e sobreviver em áreas litorâneas bastante valorizadas.

Nesse interim, os trabalhadores permanecem desenvolvendo atividade pesqueira e acrescentam na sua jornada de trabalho o oferecimento de serviços de: passeios de jangadas, de cavalo, skibunda, tirolesa, toboágua na duna, dentre outros com valores que custam de 20 a 30 reais (Figura 17 e 18).

Existem ainda trabalhadores ambulantes, que não possuem vínculo empregatício, mas que somente são autorizados a trabalhar e transitar em algumas barracas mediante o uso de uniforme e de cadastramento em associação. Este é o caso dos vendedores ambulantes da Coovernam, que trabalham nas praias de Cumbuco e Tabuba.

Figura 17 - Jangadas utilizadas para pesca e para passeio em Tabuba.



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Figura 18 - Pescadores realizam passeio à cavalo para usuários da praia.



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

As estratégias não partem somente das classes de menores rendimentos. O mercado imobiliário também se utiliza de várias estratégias rentáveis para permanecer e lucrarem com essas áreas litorâneas. Isto porque a atividade turística se consolida em consonância com o tempo de trabalho, assim, os maiores fluxos de turistas ocorrem em períodos de férias.

Para lidar com a sazonalidade, o setor imobiliário-turístico passa a abranger outros perfis de consumidores, direcionando os investimentos imobiliários para a classe produtiva do setor secundário que foi imensamente dinamizado, dada a ampliação do Porto do Pecém e da construção do CSP em São Gonçalo do Amarante, município vizinho de Caucaia.

No ano de 2012, o bairro Cumbuco passou por um boom imobiliário, que dinamizou o mercado de terras com investimentos voltados para a classe de trabalhadores estrangeiros que iriam trabalhar na construção do CSP. Para além da procura de aluguéis, esse público estrangeiro também firmava negócios com os empresários locais (DIÁRIO DO NORDESTE, 2015). Nesse período, a paisagem urbana do Cumbuco adquiriu um grande número de anúncios de venda e/ou de

aluguéis de imóveis escritos em coreano, demonstrando a expectativa no novo nicho de consumidores e a formação de novos territórios no litoral de Cumbuco (Figura 19 e 20).

Figura 19 - Anúncios em Cumbuco no idioma coreano.



Fonte: Jornal Diário do Nordeste (2013). Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/novo-nicho-de-renda-no-cumbuco-com-coreanos-1.136670>.

Figura 20 - Placa de imobiliária com o idioma coreano.



Fonte: Jornal Diário do Nordeste (2015). Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/cumbuco-mercado-imobiliario-reaquece-com-sul-coreanos-1.1219589>

Ressalte-se ainda que o bairro Icaraí, reconhecido pelos condomínios residenciais da vilegiatura marítima da década de 1980, também passou pelo aumento de alugueis, ocasionados pela chegada dos novos trabalhadores.

Por fim, é interessante notar que o litoral de Caucaia está no epicentro dos processos metropolitanos. O município ganha importância tanto para o turismo, fruto da demanda fortalezense, quanto ganha importância para o setor industrial, atrelado ao CIPP instalado em São Gonçalo do Amarante. Desse modo, o litoral do município de Caucaia acaba por ser um reduto daqueles que procuram emprego e moradia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O morar na praia perpassa por várias nuances no tempo-espaço da produção do espaço urbano do litoral. O morar em áreas litorâneas emerge das transformações metropolitanas e da valorização das zonas de praia, assim como da combinação das demandas sociais, políticas, econômicas e culturais da escala local com as demandas regionais, nacionais e internacionais que se consolidam na produção do espaço urbano litorâneo.

Os dados populacionais e econômicos citados ao longo deste trabalho assinalam para uma conformação do espaço urbano de Caucaia que se deu em tempos, ritmos e processos diferentes de outras áreas pensadas para o turismo e o lazer. Para além da dinâmica que a atividade turística ocasiona nas localidades, a qual se instala, os processos advindos da produção do espaço metropolitano também foram decisivos na estruturação e fixação da população.

A abordagem nesse trabalho a respeito da moradia no litoral de Caucaia, por meio do processo de metropolização, coloca em ênfase o conjunto de dinâmicas sociais as quais as populações de baixa renda protagonizaram na produção do espaço litorâneo de Caucaia. Concedeu-se especial importância à escala regional e à intraurbana, pois tem-se a compreensão de que o espaço metropolizado se trata de uma totalidade aberta e complexa.

Nesse sentido, tornou-se possível identificar as seguintes dinâmicas socioespaciais em Caucaia: expropriação fundiária dos grupos sociais de menores rendimentos; expansão da favelização no nível metropolitano; mobilidade da força de trabalho na escala metropolitana, mudança no modo de vida das populações litorâneas; formação de novas áreas de moradia em áreas de proteção ambiental; Dissociação entre a política habitacional, a política de turismo e a questão ambiental no nível local.

Algumas peculiaridades da área estudada se destacaram durante a realização da pesquisa de campo, sendo uma delas o conflito socioambiental existente entre os residentes e produtores do espaço litorâneo de Cumbuco e de Tabuba. A existência de diferentes estratégias de produção do espaço pelos grupos sociais resulta em diferentes formas de apropriação do espaço no recorte estudado.

Resultando em um cenário de grande desigualdade social, retratada especialmente na paisagem das formas de morar: ao lado de mansões de veraneio à beira mar, as moradias precárias que se localizam nas encostas de dunas.

As formas de apropriação do ambiente natural são representadas por dois pesos e duas medidas. As casas de veraneio, condomínios particulares, os hotéis, os resorts e as barracas de praia, e seus respectivos parques aquáticos, avançam na faixa de praia e são livremente tolerados pelo setor público, até mesmo assegurando medidas de contenção dos impactos ao patrimônio instalados em área de preservação.

De outro lado, as comunidades de moradores locais (residentes) sofrem o enquadramento da legislação ambiental ao ocuparem parte do campo de dunas após sua exclusão do mercado imobiliário dos antigos locais de moradia. Esses processos de remoção ocorrem frequentemente, como ocorreu na comunidade Parazinho em novembro de 2019.

Como já foi exposto, o município de Caucaia, situado na Região Metropolitana de Fortaleza, é comercializado por suas praias de areias brancas, sol e ventos fortes, atraindo milhares de turistas com suas belezas naturais e a prática de esportes náuticos radicais como o Kitesurf, constituindo-se em um pólo turístico de referência internacional com seus hotéis de luxo, condomínios e resorts.

Desse modo, o turismo é hoje a atividade econômica de destaque na economia do município, especialmente no bairro Cumbuco, que abriga uma pequena colônia de pescadores e no bairro Tabuba. A partir da década de 1970, observou-se a ampliação da atividade turística no litoral de Caucaia com a prática do veraneio, bastante dinamizada inicialmente na Praia do Icaraí. Após a construção da ponte sobre o Rio Ceará e das rodovias CE-085 (Estruturante – rota do sol poente) e CE-090 que margeia o litoral de Caucaia, houve forte dinamização do turismo litorâneo, ampliação da demanda por segundas residências, rápida expansão dos loteamentos, hotéis, pousadas e resorts.

No entanto, os ventos do turismo que embalam as velas para a prática do kitesurf no litoral desses bairros são os mesmos que empurraram os habitantes da Vila de Cumbuco em direção ao Parazinho. Nessa comunidade, encontram-se diversas situações socioespaciais que também resultam da expropriação e falta de oportunidade de emprego no restante do litoral cearense. Assim, surge a encosta de

duna como opção de moradia do pobre ao lado da produção do espaço de consumo do paraíso turístico e de veraneio.

A crescente valorização imobiliária funcionou como indutor para o deslocamento de famílias da colônia de pescadores em Cumbuco em direção ao Parazinho. Até o pequeno porto de embarcações se deslocou, tendo uma segunda locação numa faixa de praia entre Cumbuco e Tabuba.

O crescimento decorrente da implantação da atividade turística, o planejamento urbanístico “empreendedorista” e a inconsistente política habitacional tornaram a questão da moradia um grave problema social, ocultado pela maciça propaganda sobre o “paraíso turístico” de Cumbuco e Tabuba.

O avanço do capital imobiliário, orientado pelos investimentos no turismo e nos novos postos de trabalho gerados pelos investimentos no CIPP, contribuiu para um cenário com altos preços de residências e de déficit habitacional para a população de menores rendimentos. A especulação imobiliária decorrente tornou cada vez mais difícil o acesso das camadas de menor renda à moradia.

Os assentamentos informais em áreas de risco e/ou em conflito com a legislação ambiental, com padrão precário, têm sido para a população de baixa renda a única possibilidade de ter acesso à moradia próxima ao enclave turístico de alto padrão. Essa situação é bem evidente no deslocamento de moradores residentes da antiga colônia de pescadores na Vila do Cumbuco para comunidades próximas, como é o caso da Parazinho, em Tabuba, e da Lagoa do Barro no bairro Garrote.

Esse tipo de segregação espacial entre o centro valorizado com infraestrutura e a periferia sem infraestrutura corresponde ao modelo observado nas transformações da paisagem do morar na praia.

O controle urbano exercido pela Prefeitura de Caucaia parece que apenas corrobora as diretrizes urbanísticas permissivas emanadas pelo PRODETUR, evitando restrições ambientais e construtivas aos empreendimentos turísticos e/ou derivados do mercado de segunda residência. Resultando nas diversas tentativas de conter a dinâmica costeira através de muros de proteção e enrocamentos de proteção às construções irregulares.

É necessário pontuar que tanto a política habitacional, quanto a política de turismo devem levar em consideração o residente. A atividade turística só se torna

efetivamente sustentável quando a população possui uma vida igualmente sustentável. Nesse sentido, a participação da população na elaboração das políticas públicas é essencial, de modo que ela também se beneficie do capital cultural do litoral.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Luciano Muniz; MOREIRA, João Paulo Noronha. Políticas de Turismo e território: uma análise da experiência brasileira com foco no Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE). In: **Anais...** Colóquio Nacional sobre Cidades Litorâneas e Turismo – I CILITUR, 30 e 31 de outubro de 2017. Universidade Federal do Pernambuco, Recife. p. 120 – 138. Disponível em: <http://cilitur.com.br/cilitur/arquivos/2017/caderno-de-artigos-i-cilitur-2017.pdf> Acesso em: 10 jan. 2019.
- ACCIOLY, Vera Mamede. Mobilidade e expansão urbana na Região Metropolitana de Fortaleza: da concentração à dispersão urbana. In: COSTA, Clélia Lustosa; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia (Orgs.). **Vulnerabilidade Socioambiental na Região Metropolitana de Fortaleza**. Fortaleza: Edições UFC, 2009. p. 99 – 136.
- ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Heinrich Böll, 2004. p. 13 – 35.
- ARAÚJO, Ana Maria Matos. **Fortaleza, metrópole regional: trabalho, moradia e acumulação**. Fortaleza; EDUECE, 2010. 208 p.
- ARAUJO, Enos Feitosa de; PEREIRA, Alexandre Queiroz. O turismo e a valorização do litoral metropolitano: espacialidade turística em Caucaia-Ce. In: **RAÍGA 21** (2011), Curitiba, Departamento de Geografia – UFPR. ISSN: 2177-2738. p. 78-104
- ASSIS, Lenilton Francisco de. Residências Secundárias: expansão e novos usos no litoral cearense. In: SILVA, José Borzacchiello da et al. (Orgs.). **Litoral e Sertão: natureza e sociedade no nordeste brasileiro**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006. p. 263 – 278.
- BENEVIDES, Ireleno. O amálgama componente dos destinos turísticos como construção viabilizadora dessa prática sócio-espacial. In: **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 21, pp. 85 - 101, 2007.
- BERNAL, Maria Cleide Carlos. **A metrópole emergente: a ação do capital imobiliário na estruturação urbana de Fortaleza**. Fortaleza: Editora UFC/ Banco do Nordeste do Brasil S.A, 2004.
- CARLOS, Ana Fani. Da organização à produção do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani; SOUZA, Marcelo Lopes; SPOSITO, Maria Encarnação (Orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 53 – 73.
- CARLOS, Ana Fani. A tragédia urbana. In: CARLOS, Ana Fani; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto (Orgs.). **A cidade como negócio**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2018. p. 43 – 63.

CARLEIAL, Adelita Neto; ARAÚJO, Ana Maria Matos (Orgs.). **Atlas de Fortaleza 2000**. Fortaleza : EdUECE, 2010.

CASTRO, Tiago da Silva. **O sol nasce para todos?** Planejamento, Turistificação e Urbanização Litorânea na Costa do Sol Poente do Ceará. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

CAVALCANTE, Eider de Olivindo. Modernização Seletiva do Litoral: conflitos, mudanças e permanências da localidade do Cumbuco (CE). Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

CAVALCANTE, Eider de Olivindo; SILVA, José Borzacchiello. Contenção Territorial e Reterritorialização: O caso da localidade de Cumbuco – Ce. In: **Revista GEOgraphia**, Niterói, ano. 17, nº34, 2015, p. 168 – 185

CAVALCANTE, Eider de Olivindo. Incorporação e renovação urbana da frente marítima. In: **Os meandros do habitar na metrópole: expansão urbana e territorial na produção do litoral de Fortaleza**. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017. p. 154 – 193.

CEARÁ. Secretaria do Turismo (SETUR). Evolução recente do turismo no Ceará 2006/16. In: **Estudos e Pesquisas**. 2016 15p. Disponível em: <https://www.setur.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/59/2016/11/evolucao-turismo-2006-2016-artigo.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019

CEARÁ. Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG). Coordenadoria de Planejamento, Orçamento e Gestão. **Planejamento Participativo & Regionalizado: Caderno Regional Grande Fortaleza 2019**. Fortaleza, 2019. 48 p. Disponível em: <https://www.seplag.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/14/2019/11/Caderno-Grande-Fortaleza.pdf> Acesso em: 10 out. 2019.

CONSTRUTORA CUMBUCO LTDA. **História resumida do Cumbuco**. Fortaleza, 1997.

CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano: notas teórico-metodológicas. In: **GEOSUL**. Nº 15. Ano VIII. 1º semestre de 1993. p. 13 – 18.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1999.

CORRÊA, Roberto Lobato. Segregação residencial: classes sociais e espaço urbano. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. (Orgs.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2018. p. 39 – 59.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. Fortaleza: expansão urbana e organização. In: SILVA, José Borzacchiello; CAVALCANTE, Tércia Correia; DANTAS, Eustógio Wanderlei

Correia (Org.). **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2005. p. 51 – 100

COSTA, Maria Clélia Lustosa; AMORA, Zenilde Baima. Fortaleza na rede urbana brasileira: de cidade à metrópole. In: Costa, Maria Clélia Lustosa, Pequeno, Renato. **Fortaleza: transformações na ordem urbana**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2015. p. 31 - 76

CLAUDINO SALES, Vanda Carneiro de; PEULVAST, Jean-Pierre. Geomorfologia da Zona Costeira do estado do Ceará, Nordeste do Brasil. In: SILVA, José Borzacchiello da et al. (Orgs.). **Litoral e Sertão: natureza e sociedade no nordeste brasileiro**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006. p. 349 – 366.

CUNHA, Gabriela Bento. **Urbanização Litorânea e planejamento na Metrópole: a produção do espaço urbano de Fortaleza**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação de Geografia da UFC. Fortaleza, 2017.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; ARAGÃO, Raimundo Freitas; LIMA, Ernandy Luis Vasconcelos de; THÉRY, Hervé. Nordeste Brasileiro Fragmentado: de uma região com bases naturais a uma de fundamentação econômica. In: SILVA, José Borzacchiello da et al. (Orgs.). **Litoral e Sertão: natureza e sociedade no nordeste brasileiro**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006. p. 23 – 43.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. **Maritimidade nos trópicos: por uma geografia do litoral**. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. **Mar à vista: estudo da maritimidade de Fortaleza**. 2 ed. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

DIAS, Sharon. Urbanização rentável e questão da moradia no Brasil: da financeirização à reprodução dos grandes conjuntos habitacionais, novos e velhos padrões. In: **Anais...** Enanpege. Geografia, Ciência e Política: do pensamento à ação, da ação ao pensamento ISSN: 2175-8875 Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/paraonde/article/view/82923/51107> Acesso em: 21 jan. 2019

DIÁRIO DO NORDESTE, JORNAL. **Metro quadrado no Icarai tem alta de 220%**. Disponível em: <http://blogs.diariodonordeste.com.br/cidade/sem-categoria/238/> Acesso em: 05 jan. 2019

DIÁRIO DO NORDESTE, JORNAL. **Cumbuco: mercado imobiliário reaquece com sul-coreanos**. Disponível em: https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/cumbuco-mercado-imobiliario-reaquece-com-sul-coreanos-1.1219589_ Acesso em: 05 jan. 2019.

ENGELS, Friedrich (1845). **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução: B. A. Schumann. Supervisão, apresentação e notas José Paulo Neto. (Edição Revista) São Paulo: Boitempo, 2010. 388p. (Coleção Marx – Engels)

ENGELS, Friedrich. (1872). **Sobre a questão da moradia**. Tradução: Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2015. 159p.

FREITAS, Clarissa Figueiredo Sampaio. Ilegalidade e degradação em Fortaleza: os riscos do conflito entre a agenda urbana e ambiental brasileira. In: **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana** (Brazilian Journal of Urban Management), v. 6, n. 1, p. 109-125, jan./abr. 2014.

GONÇALVES, Tiago Estevam. Região Metropolitana de Fortaleza: o município de Caucaia na dinâmica de integração e mobilidade intrametropolitana. In: **Revista Caminhos de Geografia**. Uberlândia, v. 12, n. 40, dez/2011, p. 144 – 154. ISSN:1678-6343 Disponível em: <http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html> Acesso em: 2 maio 2019.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: **Anais... X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo**. p. 6774 - 6792 Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Teoriaymetodo/Conceptuales/19.pdf> Acesso em: 20 jan. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Base de informações do Censo Demográfico 2010**: Resultados do Universo por setor censitário. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html> Acesso em: 10 abr. 2019

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Base de informações do Censo Demográfico 2010**: Resultados do Universo por setor censitário. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/redeipea/images/pdfs/base_de_informacoess_por_setor_censitario_universo_censo_2010.pdf Acesso: 10 abr. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela>. Acesso em: 10 abr. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Geociências**. https://downloads.ibge.gov.br/downloads_geociencias.htm. Acesso em: 10 abr. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Sidra**: Banco de dados. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br> Acesso: 01 maio 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Análise Comparativa das Funções Públicas de Interesse Comum da RM de Fortaleza. In: **Relatório de Pesquisa**. Caracterização e Quadros de Análise Comparativa da Governança Metropolitana no Brasil: análise comparativa das funções públicas de interesse comum (Componente 2), Rio de Janeiro, 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Ministério do Turismo. SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE O MERCADO DE TRABALHO NO SETOR TURISMO – SIMT. **Relatório com as estimativas da caracterização da ocupação formal e informal do turismo, com base nos dados da RAIS* e da PNAD** 2013, para o Brasil e regiões.** Março, 2015. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/extrator/arquivos/160204_caracterizacao_br_re.pdf Acesso em: 10 jan. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE O MERCADO DE TRABALHO NO SETOR TURISMO – SIMT. In: **Extrator de Dados - IPEA.** Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/extrator/simt.html> Acesso em: 09 jan. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ - IPECE. **Perfil Municipal 2017.** Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/perfil-municipal-2017> Acesso em: 10 abr. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ - IPECE. PIB dos municípios cearenses 2016. In: **IPECE informe – Nº 142 – Dezembro/ 2018.** Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/ipece-informe/> Acesso em: 10 abr. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ - IPECE. Análise do PIB dos Municípios Cearenses – 2002, 2010, 2016 e 2017. In: IPECE. **Produto Interno Bruto Municipal.** nº3, Dezembro de 2019. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2019/12/PIB_dos_Municipios_Cearenses_2002_2017.pdf Acesso em: 22 mar. 2020.

KNAFOU, Remy. Turismo e Território: Por uma abordagem científica do turismo. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). **Turismo e Geografia:** reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Editora Hucitec, 1996. p. 62 - 74

LEFEBVRE, Henri. Perspectives de Sociologie Rurale. In: **Cahiers Internationaux de Sociologie,** Vol. VI, 1949. p. 78 -100. Disponível em: <https://thecharnelhouse.org/wp-content/uploads/2017/08/Henri-LefebvrePerspectives-de-la-Sociologie-Rurale-1953.pdf> Acesso em: 20 jan. 2019.

LENCIONI, Sandra. Reconhecendo metrópoles: território e sociedade. In: SILVA, Catia Antonia da; FREIRE, Désirée Guichard; OLIVEIRA, Floriano José Godinho (Orgs.). **Metrópole:** governo, sociedade e território. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006. p. 41 – 57.

LENCIONI, Sandra. Metropolização do espaço: processos e dinâmicas. In: FERREIRA, Álvaro; RUA, João; MARAFON, Glaucio José; SILVA, Augusto César Pinheiro da. (Orgs.). **Metropolização do espaço:** gestão territorial e relações urbano-rurais. Rio de Janeiro, 2013. p. 17 – 34.

LENCIONI, Sandra. Urbanização difusa e a constituição de megarregiões: O caso de São Paulo-Rio de Janeiro. In: **E-metropolis**. nº 22, ano 6, setembro de 2015.

LIMA, Maria do Céu de. Pescadoras e pescadores artesanais do Ceará: modo de vida, confrontos e horizontes. In: **Mercator** - Revista de Geografia da UFC, ano 05, número 10, 2006. p. 39 - 54.

LUCHIARI, Maria Tereza D. P. Urbanização turística: um novo nexos entre o lugar e o mundo. In: LIMA, Luiz Cruz (Org.). **Da cidade ao campo: a diversidade do saber-fazer turístico**. Fortaleza: UECE, 1998. p. 15 – 29.

MARICATO, Ermínia. Planejamento para a crise urbana no Brasil. In: **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 47 – 124.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2012.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015. 112 p.

MARTINS, José de Souza. **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. 1 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1996. 151 p.

MEDEIROS, Cleyber Nascimento de. Planície Litorânea. In: **Vulnerabilidade socioambiental do município de Caucaia (CE): Subsídios ao ordenamento territorial [recurso eletrônico]** Tese (Doutorado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia. Fortaleza, 2014. p. 118 – 122.

MEDEIROS, Cleyber Nascimento de; SOUZA, Marcos José Nogueira de. Mapeamento dos Sistemas Ambientais do Município de Caucaia (CE) utilizando Sistema de Informação Geográfica: Subsídios para o Planejamento Territorial. In: **Revista Brasileira de Geografia Física**, v.08, n.01, 2015, p. 25 – 40.

MEIRELES, Antônio Jeovah de Andrade; SILVA, Edson Vicente da; THIERS, Paulo Roberto Lopes Thiers. Os campos de dunas móveis: fundamentos dinâmicos para um modelo integrado de planejamento e gestão da zona costeira. In: **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, nº 20, p. 101 - 119, 2006.

MINISTÉRIO DO TURISMO (MTur). **PRODETUR**. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/programas/5066-prodetur.html> Acesso em: 10 out. 2019.

MORAES, Antonio Carlos Robert. A ocupação da zona costeira do Brasil: uma introdução. In: **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil: Elementos para uma Geografia do Litoral Brasileiro**. São Paulo: Annablume, 2007. p. 29 - 53.

MORAIS, Lúcia de Fátima Sabóia de. **Para onde sopram os ventos do Cumbuco?** Impactos do turismo no litoral de Caucaia, Ceará. Dissertação (Mestrado em

Geografia) Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia. Fortaleza, 2010. 129 p.

MORAIS, J. O et al. Ceará. In: MUEHER, Dieter (Orgs). **Erosão e progradação do litoral brasileiro**. Ministério do Meio Ambiente, 2012. Disponível em: https://www.mma.gov.br/estruturas/sqa_sigercom/_arquivos/ce_erosao.pdf Acesso em: 10 jan. 2019.

O POVO, JORNAL. **O MERCADO ESTÁ DE OLHO NO PECÉM**. Disponível em: <https://www20.opovo.com.br/app/opovo/imoveis/2016/08/27/notimoveis,3652542/o-mercado-esta-de-olho-no-pecem.shtml> Acesso em: 09 nov. 2019.

PAIVA, Ricardo Alexandre. Turismo e metropolização na Região Metropolitana de Fortaleza. In: MACHADO, Denise P. et al. (org.). I Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (I ENANPARQ). **Anais...** Rio de Janeiro: PROURB, 2010. [CD-ROM]. ISBN 978-85-88027-21-3. Disponível em: <https://www.anparq.org.br/dvd-enanparq/simposios/38/38-237-1-SP.pdf> Acesso em: 16 jun. 2019

PAIVA, Ricardo Alexandre; DIÓGENES, Beatriz H. N. Usos Litorâneos na Região Metropolitana de Fortaleza: Impactos e Conflitos. In: I Colóquio de Nacional sobre cidades litorâneas e turismo (I CILITUR). **Anais...** Pernambuco: UFPE, 2017. p Disponível em: <http://cilitur.com.br/cilitur/arquivos/tematica5/DIOGENES-B-H-N-PAIVA-R-A.pdf> Acesso em: 16 jun. 2019

PAULA, Davis Pereira de. Erosão costeira e estruturas de proteção no litoral da Região Metropolitana de Fortaleza (Ceará, Brasil): um contributo para artificialização do litoral. In: **REDE – Revista Eletrônica do PRODEMA**, Fortaleza, Brasil, v. 9, n. 1, p. 73-86, jan./jun. 2015. ISSN: 1982-5528

PEQUENO, Luis Renato Bezerra. **Como anda Fortaleza**. In: PEQUENO, Luis Renato Bezerra (Org.). Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2009.

PEQUENO, Renato. ROSA, Sara Vieira. Inserção urbana e segregação espacial: análise do Programa Minha Casa Minha Vida em Fortaleza. In SANTO AMORE, Caio; SHIMBO, Lucia; RUFINO, Maria Beatriz Cruz (Org.) **Minha casa... e a cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.p 131-164.

PEREIRA, Alexandre Queiroz. Urbanização e veraneio marítimo no Ceará. In: SILVA, José Borzacchiello ; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; ZANELLA, Maria Elisa; MEIRELES, Antônio Jeovah de Andrade (Orgs.). **Litoral e Sertão: natureza e sociedade no nordeste brasileiro**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006. p. 279 – 288.

PEREIRA, Alexandre Queiroz; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. Reflexões sobre a Vilegiatura Marítima nos Trópicos. IN: DANTAS, E. W. C; FERREIRA, A. L; CLEMENTINO, M. L. M (Orgs.). **Turismo e imobiliário nas metrôpoles**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010. p. 71 – 85.

PEREIRA, Alexandre Queiroz. **A urbanização vai à praia: contribuições da vilegiatura a metropolização no Nordeste do Brasil.** Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação de Geografia da UFC. Fortaleza, 2012.

PEREIRA, Alexandre Queiroz. Quatro Décadas de Transformações: A vilegiatura marítima no litoral metropolitano de Fortaleza, Ceará – Brasil. In: **Revista Confins**. n. 17, 2013. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/8329?lang=pt> Acesso em: 05 dez. 2018.

PEREIRA, Alexandre Queiroz. **A urbanização vai à praia: vilegiatura marítima e metrópole no Nordeste do Brasil.** Fortaleza: Edições UFC, 2014.

PEREIRA, Alexandre Queiroz; SILVA, Marília Natacha de Freitas. O litoral nordestino e o imobiliário-turístico: Bahia, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte. In: **Revista GeoTextos**, vol. 10, n. 1, jul. 2014. p. 59 – 82.

PEREIRA, Alexandre Queiroz. CUNHA, Gabriela Bento. Vilegiatura marítima e os municípios litorâneos da Região Metropolitana de Fortaleza: o caso de Aquiraz, Caucaia, São Gonçalo e Cascavel. In: **Geosaberes**. Fortaleza, v. 6, número especial (3), p. 417 - 426, Fevereiro. 2016.

PINHO, Elizabeth Magalhães Martins de. **A atuação do Capital imobiliário em um distrito pesqueiro cearense.** Monografia (Graduação em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1981.

RIBEIRO, Luís César de Queiroz; PECHMAN, Robert Moses. **O que é questão da moradia.** São Paulo: Nova Cultural/Brasiliense, 1985. (Coleção Primeiros Passos)

SANTOS. Milton. **A urbanização brasileira.** Editora: HUCITEC. São Paulo, 1993.

SANTOS. Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.** Tradução Myrna T. Rego Viana. Editora da USP. São Paulo, 2004.

SANTOS. Milton. **Pensando o espaço do homem.** 5ª ed. São Paulo: Edusp. 2007.

SANTOS. Milton. O espaço: sistemas de objetos, sistemas de ação. In: SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 4. ed. 8. reimpressão. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014. p. 61 – 88.

SECRETARIA DO TURISMO DO ESTADO DO CEARÁ – SETUR. Evolução Recente do Turismo no Ceará. In: **Estudos turísticos da SETUR**, nº 17. 4º ed, maio de 2009.

SCHUMPETER, Joseph A. O Processo da Destruição Criadora. In: **Capitalismo, Socialismo e Democracia.** (Tradução Ruy Jungmann). Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.p. 108 – 113.

SILVA, José Borzacchiello. Fortaleza, a metrópole sertaneja do litoral. In: SILVA, José Borzacchiello; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; ZANELLA, Maria Elisa; MEIRELES, Antônio Jeovah de Andrade (Orgs.). **Litoral e Sertão: natureza e sociedade no nordeste brasileiro**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006. p. 45 – 54.

SILVA, José Borzacchiello. Características Gerais da Região Metropolitana de Fortaleza. In: DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; COSTA, Clélia Lustosa (Org.). **Vulnerabilidade socioambiental na Região Metropolitana de Fortaleza**. Fortaleza: Edições UFC, 2009a. p. 15 – 24.

SILVA, José Borzacchiello; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. A formação histórica da Metrópole e principais tendências de desenvolvimento. In: PEQUENO, Luis Renato Bezerra (Org). **Como anda Fortaleza**. Rio de Janeiro: Letra Capital/ Observatório das Metrôpoles, 2009b. p. 1 – 39.

SILVEIRA, Bruno Rodrigues da. **O morar permanente na praia: moradia e vilegiatura na localidade praiana do Icaraí – CE**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

SOUZA, Marcos Nogueira de; MENELEU NETO, José; SANTOS, Jader Oliveira; GONDIM, Marcelo Saraiva. **Diagnóstico Geoambiental do Município de Fortaleza: subsídios ao macrozoneamento ambiental e à revisão do plano diretor participativo - PDPFor**. 1ª ed. Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza, 2009.

SOUZA, Eudes André Leopoldo. A Expansão Metropolitana de Fortaleza: eixos, níveis e escalas na produção do espaço. In: **GEOgraphia** - Ano. 17 - Nº 34 – 2015. p. 112 – 133.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. (Orgs.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2018. p. 61 – 93.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e espaço: Rumo a um conhecimento transdisciplinar**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

TELES, Glauciana Alves. O trabalho, a moradia, o lazer e o turismo como elementos de ordenamento territorial metropolitano. In: **Dinâmicas Metropolitanas Contemporâneas: Caucaia na Região Metropolitana de Fortaleza**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2005. p. 133 - 166.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA DESTINADO ÀS LIDERANÇAS E MORADORES MAIS ANTIGOS DAS COMUNIDADES LITORÂNEAS DE CUMBUÇO E TABUBA.

1. Quando e como se deu a ocupação da localidade?
2. Qual o papel da Associação do Parazinho na ocupação dos terrenos e na organização da comunidade?
3. Quais os bairros que os moradores residiam anteriormente? Quais as principais motivações que impulsionaram os moradores a ir morar naquela comunidade?
4. Qual a situação de moradia deles anteriormente? (situação de rua, aluguel, coabitação ou casa própria)
5. Qual foi o regime de construção das casas? (individual ou coletiva)
6. Os moradores tiveram apoio de profissional ligado diretamente aos órgãos públicos? Se sim, quais órgãos públicos estiveram engajados na construção das casas?
7. Os moradores tiveram apoio técnico para a construção das casas?
8. Quais são os equipamentos urbanos construídos na comunidade?
9. Existem demandas por equipamentos urbanos para atender a comunidade? Se sim, quais?
10. Qual a relação dos moradores com os empreendimentos turísticos?
11. Qual a relação dos moradores com o bairro Cumbuco?
12. A comunidade já passou por intimidação ou tentativa de expulsão/remoção? Detalhar.
13. Quais as principais problemáticas sociais e ambientais enfrentadas pelos moradores?
14. Existe anseio por parte dos moradores de migrar para outro bairro? Detalhar.
15. Quais as vantagens e desvantagens de se morar nos bairros de Cumbuco e/ou Tabuba?
16. Indique as principais mudanças/transformações da comunidade desde sua formação.